



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MASCULINIDADES NEGRAS: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Autor: Rafael Moreira da Silva de Oliveira

Brasília, 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MASCULINIDADES NEGRAS: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Autor: Rafael Moreira da Silva de Oliveira

Orientadora: Prof^ª. Doutora Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)

Banca: Prof^ª. Doutora Jacqueline Moraes Teixeira

Prof. Doutor Danilo Sales do Nascimento França

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), instituição à qual agradeço o financiamento integral.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Haydée Glória Cruz Caruso a paciência, a insistência, a fé e o acolhimento, acima de tudo.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Jacqueline Moraes Teixeira a abertura, a generosidade, a perspicácia e o comprometimento.

Agradeço ao Prof. Dr. Danilo Sales do Nascimento França a empolgação, a curiosidade, o engajamento e a empatia.

Agradeço às(aos) docentes Ana Cristina Collares, Arthur Trindade, Carlos Benedito Martins, Edson Farias, Emerson Ferreira Rocha, Fabrício Monteiro Neves, Joaze Bernadino-Costa, Stefan Klein, Sérgio Barreira Tavolaro, Tânia Mara Campos de Almeida, Tiago Ribeiro Duarte, e minha orientadora Haydée a formação como sociólogo.

Agradeço a minha mãe Nilde Maria – como gosta de ser chamada – a amizade e o cuidado.

Agradeço ao meu irmão, Miguel, a amizade e companheirismo.

Agradeço à Maria Ester, minha primeira amizade.

Agradeço às pessoas que me cuidaram, que confiaram em mim, que apostaram em mim, que acreditam que um dia poderei entregar algo bom. Meus amigos e amigas, os homens do subsolo, Luiz Gustavo, Lucas, Pedro, André, Luan, Gabriela, Marcos, Sara, Juliana, Felipe, Thula, Maria Gabriela, Cíntia, Naum, Sophia, Fernando, Luiza, Júlyya, Natiele, Davi, Pedro, Marina e todas as pessoas que investem afeto e esperança em mim e nas minhas ideias.

Agradeço ao meu pai. Este trabalho é culpa sua.

Sou só um garoto, Leoni. As circunstâncias me fizeram homem.

(Sant, O Que Separa os Homens dos Meninos vol. I, 2015)

RESUMO

Diante do desafio da sociologia da violência em proporcionar explicações que considerem a influência do racismo na realidade violenta urbana brasileira, este trabalho busca oferecer os estudos sobre masculinidades negras como um caminho alternativo, sobre a base epistemológica do encontro colonial e da interseccionalidade para tentar ultrapassar as constatações atributivas sobre a vulnerabilidade da população negra à violência e alcançar chaves explicativas sobre como o racismo fundamenta estas vulnerabilidades. Sob a hipótese de que o tema aqui estudado ainda não constitui um campo de pesquisa estruturado, realizei um estudo bibliométrico sobre o tema nas revistas científicas brasileiras ranqueadas como CAPES Qualis A. A bibliometria compreendeu 685 textos, publicados entre 2013 a 2023, submetidos a uma série de filtros de leitura, resultando numa seleção de 56 artigos científicos de maior relevância e performance acadêmica. Os resultados apontam para um crescimento do tema nas revistas Qualis A até 2022, com desaceleração a partir de 2023. É possível notar a recorrência do arcabouço teórico dos estudos feministas e decoloniais, e de metodologias da pesquisa social sobre educação, mas no que diz respeito à racialização das masculinidades, ainda não há considerável coerência teórica. Houve aumento do número de pesquisadores homens no tema, ultrapassando o número de mulheres após 2019. Um grupo pequeno de pesquisadores tem sido responsável por impulsionar dossiês, coautorias e outras formas de promover o tema em espaços acadêmicos, propondo um programa epistemológico que envolve colonialismo, interseccionalidade, assujeitamento e a disputa pelo conceito de genocídio.

PALAVRAS-CHAVE: masculinidades negras; interseccionalidade; violência; genocídio; bibliometria.

ABSTRACT

Given the challenge faced by the sociology of violence in providing explanations that take into account the influence of racism on the reality of urban violence in Brazil, this paper seeks to offer studies on black masculinities as an alternative path, grounded on the epistemological basis of the colonial encounter and intersectionality, trying to overcome the attributive findings on the vulnerability of the black population to violence and reach explanatory keys on how racism underpins this vulnerability. Under the hypothesis that the subject studied here does not yet constitute a structured research field, I have conducted a bibliometric study on this subject in Brazilian scientific journals ranked as CAPES Qualis A. The bibliometrics comprised 685 texts, published between 2013 and 2023, which were submitted to a series of reading filters, resulting in a selection of 56 scientific articles of greater relevance and academic performance. The results point to a growth of the topic in Qualis A journals until 2022, with a slowdown from 2023 onwards. It was noted that the theoretical framework of feminist and decolonial studies, as well as methodologies from social research on education, are recurring, however, regarding racialization of masculinities, there is still not a considerable level of theoretical coherence. There has been an increase in the number of male researchers on the subject, surpassing the number of women after 2019. A small group of researchers has been responsible for promoting dossiers, co-authorships and other forms of promoting the subject in academic circles, proposing an epistemological program that involves colonialism, intersectionality, subjectification and the dispute over the concept of genocide.

KEYWORDS: black masculinities; intersectionality; violence; genocide; bibliometrics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de trabalho do software PoP8	42
Figura 2 - Gráfico de Comparação entre os Achados e Cobertura das Plataformas Google Acadêmico (Azul), Scopus (Verde), e Web of Science (Laranja).	49
Figura 3 - Representação do número de artigos de alta performance publicados (y), por ano (x).	50
Figura 4 - Representação do número de artigos de alta performance publicados (y), por ano (x). Fonte: elaboração própria	54
Figura 5 - gráfico representando o N° de publicações em cada revista	58
Figura 6 - Representação gráfica do N° de revistas por tema e afinidade	59
Figura 7 - gráfico de distribuição e associação das revistas por tema e N° de publicações.	61
Figura 8 - gráfico representando o número de publicações por UF do país.	63
Figura 9 - N° de citações dos artigos em cada nível Qualis.	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN.	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CAPES.	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DataSUS.	Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
EUA.	Estados Unidos da América
FAEEBA.	Faculdade de Educação da Bahia
FBSP.	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE.	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IESP.	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Infopen.	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
ISSN.	International Standard Serial Number
Orgs.	Organizadores
PoP8.	Harzing 's Publish or Perish 8
PUC-Rio.	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RJ.	Rio de Janeiro
Scielo.	Scientific Electronic Library Online
séc.	Século(s)
SIM.	Sistema de Informações sobre Mortalidade
TPI.	Tribunal Penal Internacional
UERJ.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA.	Universidade Federal da Bahia
UFES.	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF.	Universidade Federal Fluminense
UFOPA.	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPE.	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ.	Universidade Federal do rio de Janeiro
UFRN.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS.	Universidade Federal de Sergipe
UnB.	Universidade de Brasília
UNESP.	Universidade Estadual Paulista
UNILA.	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
URL.	Uniform Resource Locator

USP. Universidade de São Paulo
W.E.B. William Edward Burghardt Du Bois
WoS. Web of Science

SUMÁRIO

1. Introdução: o que significa estudar masculinidades negras e violência?	1
2. Metodologia: o uso político da sociologia para uma abordagem científica às masculinidades negras.	7
3. A outra história das masculinidades negras: o giro epistemológico e seus desdobramentos teóricos.....	18
3.1. Genocídio: um conceito em disputa.	18
3.2. Interseccionalidade: mais que uma ferramenta.	34
4. Procedimentos de Pesquisa	41
5. Resultados	49
5.1. Ano de publicação.....	50
5.2. Revistas	53
5.3. Dossiês	56
5.4. Temas das revistas.....	57
5.5. Região.....	58
5.6. Índice-h.....	59
5.7. Nível Qualis.....	60
5.8. Coautoria	62
5.9. Gênero	62
5.10. Referências	65
6. Considerações Finais.....	70
Bibliografia	76

1. Introdução: o que significa estudar masculinidades negras e violência?

O estudo das masculinidades negras, nomeadas dessa exata maneira, origina de duas raízes principais, quais sejam: os estudos sobre o racismo e as desigualdades dele resultantes e; dos estudos sobre as masculinidades, principalmente a partir do refino do conceito de “masculinidades hegemônicas”, de Raewyn Connell (1985; 1987).

A problematização social sobre as práticas e experiências de homens negros, como parte da sociedade¹, pode ter origens anteriores, mas considero neste trabalho o marco proposto pelo sociólogo estadunidense Alford A. Young Jr. (2021) que, em sua revisão sistemática sobre homens negros e masculinidades negras, elenca a década de 1960 como o momento de consolidação de estudos da sociologia com foco na situação dos homens negros dos Estados Unidos da América (EUA) “considerados mal preparados para se adaptarem à ordem industrial emergente da América” (YOUNG, 2021. p. 438), tanto em termos econômicos, quanto em termos culturais. De acordo com o autor, as primeiras contribuições sociológicas para a observação das práticas e experiências de homens negros nos EUA estão no trabalho de W.E.B Du Bois, “*The Philadelphia Negro*” (1899) e, nessa virada para o século XX, este e outros trabalhos conexos traziam como preocupações centrais os efeitos do racismo na (in)capacidade de homens negros adquirirem os recursos humanos e sociais necessários à mobilidade ascendente, e as presumíveis atitudes que estes adotaram para reagir à sua condição (Ibidem).

Esse movimento acadêmico pavimentou o discurso que se tornara uma contundente, porém profícua crítica à outra raiz de onde florescem os estudos mais bem delimitados sobre masculinidades negras, qual seja o conceito de “masculinidades hegemônicas”. Se por um lado a noção gramsciana de hegemonia deu materialidade às disputas e práticas que culminam na dominação masculina, por outro, permitiu aplicar ao próprio grupo masculino – tido por lacuna como aparentemente homogêneo – a pesquisa por uma historicidade de hegemonias em disputa entre diferentes homens, que pregavam diferentes modelos de masculinidade, frequentemente concorrentes, mas que, sobretudo, questionavam a suposta comunhão para o recebimento dos dividendos do patriarcado.

A proposta de hierarquização de masculinidades, em hegemonias e dissidências, proporcionou o questionamento de qualquer reivindicação universalizante sobre a categoria homem, relegando os dividendos do patriarcado principalmente às

¹ É claro que os estudos sobre as desigualdades entre homens brancos e negros é objeto de problematização social, de maneira ampla, deste – o século XVIII

masculinidades hegemônicas e destacando que estas não eram majoritárias, e sim minorias de grande capacidade normativa (ibid., p. 243). Estes questionamentos ainda permitiram entender que as críticas raciais feitas à teoria de Connell, em verdade, contribuíam para o esforço de não universalização da categoria homem (ibid., p. 245). As conclusões da autora sobre o conceito de masculinidades destacaram a influência complexa de múltiplas desigualdades e diversas transversalidades que não permitem afirmar apenas uma opressão determinante na estruturação de padrões de masculinidades.

De acordo com diferentes estudos sobre masculinidades, os maiores representantes (ou os preceptores) desta crítica foram os pesquisadores e militantes do movimento de Liberação Gay e a partir de suas intervenções, as discussões em volta do conceito ganharam mais contribuições, desta vez em relação às distorções observadas em modelos de masculinidade atravessados pelo marcador racial, de forma que o conceito se consolidou pela atenção à complexa influência de múltiplas desigualdades (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013).

As masculinidades consistem, então, num processo de configuração de práticas de gênero, que se expressam em relações atravessadas por instituições sociais, processo este centrado na dominação global do masculino sobre o feminino (CONNELL, 1987), e num caráter local, as masculinidades podem ser analisadas como formas de se posicionar socialmente, através de práticas discursivas (CONNELL, 1995). Não obstante, há de se destacar os históricos de recusa e resistência, tanto aos estigmas conferidos às masculinidades subalternizadas quanto às suas possíveis vantagens residuais, bem como as lutas sociais de lugares subordinados, que também influenciam formas dominantes (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), pois esta complexa dinâmica é que escreve a historicidade das práticas de gênero de diferentes maneiras em diferentes sociedades e produzem importantes desdobramentos em sua teorização.

Sob outro ponto de vista, tratar de masculinidades negras é fazer emergir realidades que escapam às noções mais universalizantes sobre as práticas discursivas de gênero e propor observar em que termos homens negros orientam suas práticas de gênero em disputa com modelos considerados hegemônicos, ou quando escolhem se aliar às normas hegemônicas, e com que expectativas. Sobre o aspecto colonial das masculinidades hegemônicas, Connell sugere que as marginalizações de grupos étnicos contribuem para o surgimento de “masculinidades de protesto” (Ibid. p. 264) contra as metrópoles coloniais, mas também contra o modelo de masculinidade por elas proposto. Pode ser uma boa chave para análise, mas antes de enquadrar certa configuração de

práticas no conceito de “masculinidades de protesto”, parece necessário entender com certa minúcia como se deu essa marginalização do grupo étnico que os homens negros constituem. Pois que, da corrente de estudos sobre o racismo, as discussões sobre o desafio da autoinscrição do povo negro desafiam conclusões que apontem para uma deliberada masculinidade de protesto.

Por conta de uma inserção anterior ao tema, acredito que a discussão em torno das masculinidades negras passa inexoravelmente pela violência, em especial a violência colonial, a violência de Estado e a violência urbana, às quais a população negra é especialmente vulnerável. A inautenticidade da ontologia negra (PINHO, 2021) é verdadeira querela para os movimentos negros, como para as epistemologias decoloniais e pós-coloniais. Este “oxímoro” reflete o entrelaçamento das inscrições corporais do poder, das consequências psicanalíticas do racismo, e da reprodução institucional do Estado Colonial nos dias de hoje². Portanto, investigar as práticas sociais de gênero, no processo de posicionamento discursivo de sujeitos racializados, é investigar um indivíduo em interação com a sociedade por meio da violência.

A antropóloga Alba Zaluar introduziu noções do conceito de masculinidades nos estudos sobre a violência urbana – sem se filiar aos estudos de Connell – já em 1994, utilizando o conceito de “*ethos* do guerreiro” (PAMPLONA e BARROS, 2021). Seu objetivo era entender e explicar a realidade violenta que inebriava o cotidiano de jovens negros nas favelas do Rio de Janeiro, e sua compreensão de masculinidade ainda girava em torno de uma figura quase universal da categoria “homem”, mas sua contribuição pioneira para antropologia e sociologia da violência revelaram a necessidade pouco aprofundada de explicar a íntima relação entre masculinidades, principalmente as de jovens negros favelados, e a violência no Brasil.

Com efeito, trabalhamos em segurança pública com a consciência de que a relação entre homens negros e violência é problema social de conhecimento público, de maneira mais ou menos evidenciada. O Mapa da Violência de 2016, por exemplo, aponta que o número de homicídios na população branca, entre 2003 e 2014, registrou queda de 26,1%, enquanto na população negra registrou aumento de 46,9% (WAISELFISZ, 2016). Para trazer outro exemplo, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), que traz dados de 2014, informou que aproximadamente 62% dos presos no Brasil são

² Faustino e Ribeiro (2017) resgatam importante conceito fanoniano, as “aparições coloniais”. Estas seriam “atribuições externas de significação identitária que interditam as próprias auto-explicações sobre si” (p. 4).

negros (MOURA & RIBEIRO, 2014). Considerando ainda que a condição econômica de certos grupos populacionais pode ser determinante para o acesso a segurança e prevenção da violência, o fato de a população branca possuir, em média, renda 75,2% superior à população negra (IBGE, 2011) corrobora o argumento de que esta população está sob maior vulnerabilidade à insegurança e à violência.

Em 2023, O Anuário Brasileiro de Segurança Pública identificou que o perfil da população privada de liberdade agora é composto por 68% de pessoas negras – crescimento de seis pontos percentuais –, 62% de jovens e 95% do sexo masculino. Sobre as mortes violentas, a população negra corresponde a 76,5% das vítimas e ainda 83% das vítimas de morte por intervenção policial. Inclusive os próprios policiais que mais morreram de causas violentas foram homens (98%) negros (67%) (BUENO *et al.*, 2023). O anuário também aponta para vulnerabilidade da população negra, dentre outras, ao discurso de ódio, que precede viabiliza e naturaliza a letalidade desigual neste grupo.

Alguns teóricos brasileiros pensaram a histórica relação entre a violência e a população negra, por meio da categoria genocídio, como é o caso de Abdias do Nascimento, no livro “Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado” (2016 [1978]). O autor elucida a continuidade entre a sociedade colonial escravocrata e a sociedade do século XX, quando afirma, que:

desde a abolição legal da escravidão em 1888 até o presente, este regime [de liquidação do negro africano] foi continuado por meio de vários mecanismos bem definidos de opressão e de extermínio, deixando a supremacia branca sem ameaças no Brasil (NASCIMENTO, 2016, p.59).

Embora existam teóricos brasileiros e diversos relatórios técnicos sobre violência e segurança pública, relatando a vulnerabilidade da população negra à violência e denunciando a ligação com o passado colonial, poucos estudos, principalmente contemporâneos, se propõem a discutir a sociologia da violência, tendo as relações raciais como chave explicativa de suas discussões.

A maioria dos estudos empíricos da sociologia da violência se deparam com um perfil de sujeito de pesquisa em comum: homens, jovens, negros, de baixa escolaridade (SINHORETTO, 2018). Seria possível imaginar que masculinidades negras, como conceito que agregue boa parte do sujeito protagonista deste perfil comum, possa ser acionada para pesquisar este perfil, contudo, se ainda não é comum mobilizar o conceito de raça e racismo como chave explicativa da distribuição desigual de violência, ainda menos se espera do uso do termo “masculinidades negras”. Esta pesquisa também aponta

que, diante dos estudos mais endógenos sobre as masculinidades negras, a operacionalização do termo como conceito não parece capaz de delimitar, agrupar revelar ou descrever, de maneira precisa, uma realidade social de um agrupamento de sujeitos, de fenômenos, entre outros.

A presente dissertação se propôs realizar uma discussão medular sobre os estudos acerca das masculinidades negras, a partir de uma revisão bibliométrica dos artigos publicados nas revistas mais bem ranqueadas no sistema CAPES Qualis, e com o intuito de contribuir com a sociologia da violência no Brasil, buscando pontos de contato, representações e contribuições sobre masculinidades negras também neste campo da sociologia. O trabalho também lança mão de referenciais teóricos sobre o racismo, masculinidades e violência.

O produto imediato é um “estado da arte” do tema objeto de pesquisa, constituído pelo levantamento bibliográfico e a análise de dados quantitativos organizados pela pesquisa bibliométrica. Posteriormente, discute-se qual o lugar possível das masculinidades negras para a pesquisa sociológica sobre a violência, no sentido de questionar e investigar o próprio termo “masculinidades negras”, buscando tendências teóricas e metodológicas, para discutir criticamente as lacunas aqui levantadas. No caso, discutir criticamente formas de abordar a violência urbana protagonizada pela população negra e, como discutirei, discutir o conceito do genocídio da juventude negra.

Faz-se necessário demarcar um pressuposto teórico, de maneira introdutória, que guia a pesquisa. Acredito que a investigação científica das masculinidades negras nos leva a ilustrar, de maneira interseccional, a violência estrutural à qual a população negra está desigualmente submetida, violência que retroalimenta processos de subjetivação dos homens negros, remontando os regimes coloniais de controle social (CONRADO & RIBEIRO, 2017). Diante deste pressuposto, espero encontrar um discurso em comum nos artigos pesquisados, que confirme a expectativa da centralidade do racismo e seus desdobramentos nos processos de subjetivação e assujeitamento.

Sobre o objeto central de análise o que está por vir é um *corpus* de, aproximadamente, 58 artigos científicos considerados os mais pertinentes perante os parâmetros metodológicos colocados. Em observação preliminar, pude perceber que estes artigos articulam as masculinidades negras de diversas maneiras, sob diferentes metodologias e em campos variados. Contudo, interessa mais observar e relatar como tem se dado o processo de estabilização do tema “masculinidades negras” no meio acadêmico

de alto impacto brasileiro, processo este que, mais ou menos deliberadamente, está em andamento.

A relevância desta proposta de pesquisa reside justamente na lacuna sobre o racismo em relação com a violência e com as masculinidades, e no esforço teórico de construir trabalhos científicos sobre estes pontos, centralizando a realidade social local, discussão que também será detalhada durante a construção do objeto de pesquisa. Espera-se que este trabalho possua caráter utilitário para pesquisas futuras sobre as masculinidades negras, através das sistematizações e análises, tanto qualitativas durante revisões críticas de literaturas, como quantitativas, por meio de pesquisa bibliométrica, levando a um estado da arte das masculinidades negras, que permita discutir as questões e problemas levantados neste projeto, como outras possíveis inquietações futuras.

Com isso, registro aqui que o objetivo geral deste trabalho é o de organizar um estado da arte da produção científica atual sobre masculinidades negras no Brasil, que possa dialogar com a sociologia da violência, mas que principalmente contribua com esta agenda de pesquisa. Portanto, realizar análise bibliométrica da produção científica mais relevante sobre masculinidades negras, para então observar possibilidades e tendências teóricas e metodológicas na produção mapeada e discutir criticamente lacunas e continuidades entre os conjuntos de literaturas, constituem os objetivos específicos. Enfim, não se perde de vista a crença de que o cumprimento desses objetivos pode tornar mais tangível, palpável e compreensível a realidade violenta do Brasil, alcançando, no limite, a discussão sobre o genocídio da juventude negra.

O que veremos a seguir é um esforço que pode ser dividido em três grandes momentos: i) uma explicação metodológica (capítulo 2), que contextualizará a pesquisa e explicará como me localizo perante o tema e diante do campo a ser pesquisado, discutindo agendas de pesquisa, formas e técnicas de se abordar o problema social em análise; ii) uma discussão teórica e epistemológica (capítulo 3), que foi inclusive atravessada pelo contato com os textos sobre o tema e se assentou na discussão sobre a disputa pelo conceito de genocídio, em especial da juventude negra brasileira, e sobre a valorização da ideia de interseccionalidade como ferramenta analítica e preocupação metodológica; iii) a exposição dos dados levantados e analisados em bibliometria (Capítulos 4, 5, 6).

2. Metodologia: o uso político da sociologia para uma abordagem científica às masculinidades negras.

Esta pesquisa teve como seu primeiro incômodo a leitura dos relatórios anuais sobre a violência no país. A atual produção científica sobre violência no Brasil encara um contraditório cenário de aumento de políticas públicas para prevenção à violência³, em detrimento do também crescente número de homicídios ano após ano (SILVA *et al*, 2018). Um dado que causa ainda mais espanto na crescente de homicídios dos últimos dez anos é a clivagem racial: uma baixa de 12,9% nos assassinatos de pessoas não negras se opõe a um aumento de 11,5% nos assassinatos de pessoas negras, o que nos permite afirmar que existe uma inércia na crescente violência letal contra pessoas negras, na última década, e que atinge prioritariamente homens negros, jovens e pobres (ALVES *et al*, 2020).

A partir do encontro com a problemática em questão, várias perguntas foram suscitadas: o aumento de pesquisas na sociologia da violência e seus resultados não surtem efeito na população negra? Por que os homicídios continuam crescendo na população negra? Por que jovens negros são justamente os mais afetados? Para responder estas perguntas, é necessário entender as relações entre o masculino, o negro e a violência, a fim de encontrar evidências que expliquem os números que são tão distintos, quando se observa o homem negro jovem.

Acredito que possa haver uma reprodução cultural e institucional, racista, que propaga e perpetua violência organizadora do controle social sobre a população negra e pobre. Esta configuração poderia até ser o pilar fundamental das masculinidades negras, dando complexidade ao debate, com discussões sobre soberania, biopolítica e necropolítica, em interação com uma noção mais “interacional”, na qual as práticas de gênero se dão numa relação dialógica protagonizada pelo indivíduo, perante a historicidade das estruturas sociais. Porém, antes desta discussão, existem gargalos metodológicos a serem reconhecidos e superados e, para tanto, estou apostando que a

³ Durante o período entre 2000 e 2020, o Brasil implementou várias políticas públicas federais de segurança, incluindo o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP, 2000), o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci, 2007), o Plano Estratégico de Fronteiras (2011), o Pacote Anticrime (2019), e o Plano Estratégico de Segurança nas Rodovias Federais (2020). No âmbito estadual, também se destaca programas como o “Pacto Pela Vida” (2007), em Pernambuco; o sistema de videomonitoramento “Olho Vivo” (2010), em Minas Gerais, juntamente do programa “Fica Vivo” (2003); o “Pacto pela Segurança” (2011), na Bahia e; o programa “Segurança Presente” (2015), no Rio de Janeiro.

introdução do estudo das masculinidades negras contribui para a elucidação desses imbróglis.

Para demonstrar parte desses gargalos, durante uma busca por pesquisas que enfoquem jovens negros e violência, percebi primeiro que os trabalhos sobre a juventude masculina e violência não são raros. Entre os anos de 2008 e 2019, há pelo menos dezenove artigos⁴ dedicados exclusivamente ao estudo da delinquência juvenil – uma subárea de análise dentro da sociologia da violência – e estes apresentaram alguma contribuição para o estudo do masculino e da masculinidade no campo. Demonstraram, por exemplo, que os índices sociais negativos observados na população jovem brasileira impulsionaram as primeiras políticas públicas para jovens no país (CAMARANO & MELLO, 2006), entretanto, a forma como esses estudos se moldaram pode também ter contribuído para a construção de um vício de tratamento (ou enquadramento) das juventudes como um problema social.

Acredita-se que o grupo populacional jovem masculino correu o risco, enquanto objeto de pesquisa, de ser pré-construído por marcos teóricos aplicados aos problemas sociais, que eram subjetivamente percebidos por seus pesquisadores à época (SALLAS & BEGA, 2006), aprisionando os objetos e resultados de pesquisa numa espécie de profecia que se cumpre automaticamente. Há, portanto, uma possibilidade problemática a ser enfrentada: caso o risco seja fato consumado, os resultados das pesquisas só poderiam corresponder às respectivas configurações do problema social, da teoria e do objeto pré-construídos (BOURDIEU, 1998). Trata-se de uma importante preocupação metodológica trazida da sociologia das juventudes e que deve ser considerada nos trabalhos da sociologia da violência e da sociologia das relações de gênero.

O sociólogo Guerreiro Ramos, em seus estudos sobre a redução sociológica já problematizava a não correspondência entre conceitos importados e a realidade social nacional. Uma sociedade sem consciência de liberdade em seu agir perante a natureza, perante os obstáculos nacionais e internacionais etc. não é capaz de agir enquanto sujeito coletivo e se torna um dependente, importando história, cultura e ciência externas para lidar com a própria realidade (RAMOS, 1996 [1958]). Quando o objeto de pesquisa é pré-construído pelos problemas sociais e por seus pressupostos teóricos, deve-se considerar que estes abrangem toda a tradição intelectual, metodológica e acadêmica as quais o pesquisador está filiado (BOURDIEU, 1998). Logo, importar categorias e conceitos

⁴ Estes artigos não passaram pelos mesmos critérios utilizados no levantamento central desta pesquisa. Os 19 artigos foram coletados da plataforma SciELO (Brasil) de indexação de artigos científicos.

estrangeiros implica o risco de importar problemáticas (ou silenciamentos) raciais tácitos já cristalizados, que refletirão nos resultados das pesquisas futuramente.

Exemplarmente, o conceito de “amefricanidade”, de Lélia González, se apresentou como um conceito interdisciplinar possível para análise localmente centrada. A autora passa por estudos da sociologia e psicanálise para tratar da “neurose cultural” que sustentava a crença de que a formação histórico-cultural do país era fundamentalmente branca e europeia (GONZÁLEZ, 1988). A categoria político social possui, como pressuposto histórico, a diáspora negra em interação com a colonização europeia, cujos descendentes colonizados são formalmente iguais, pós-abolição, mas ocupam materialmente o lugar da vulnerabilidade e da violência até os dias de hoje. A oportunidade para relacionar a “amefricanidade” com conceitos estabelecidos na sociologia é ilustrada por Thula Pires:

Com expressiva força epistêmica, a categoria da amefricanidade permite que grupos subalternizados pelo modelo moderno/colonial produzam, a partir de suas experiências e processos de resistência, conhecimentos e fazeres que desafiem os lugares sociais e estruturas de poder próprias da colonialidade. [...] acessa os diversos rostos e corpos que compõem o mosaico da América Ladina [...] (PIRES, 2017. p. 11).

Neste sentido, sugiro uma hipótese pertinente: a de que os estudos brasileiros do campo da sociologia da violência que abordam a relação entre o masculino e a violência, ainda pouco dialogam com teorias sobre racismo, o que limita, pelas diferenças epistemológicas, o fator raça a um mero atributo no perfil dos grupos estudados e o descarta enquanto chave explicativa (SINHORETTO *et al*, 2018), uma vez que a importação de conceitos estrangeiros para explicar o fator masculino é preponderante.

Ora, mesmo no consolidado campo da sociologia da violência ainda há lacunas e possibilidades de articulação teórica, como é apontado na obra de Misse quando pondera, em nota de rodapé, que havia o interesse em pensar seu trabalho pela perspectiva do interacionismo simbólico de Goffman (MISSE, 1997), ou quando Machado da Silva pensa, também em nota, a possibilidade de articular a fenomenologia a seus estudos da sociabilidade violenta (SILVA, 2004). Para que os trabalhos apontem possibilidades teóricas no tema das masculinidades negras é preciso explicitar a relevância do tema e fornecer as ferramentas teórico metodológicas para o entendimento do tema e de sua produção.

Vale lembrar que hoje uma “virada antirracista no campo da sociologia da violência” já é reconhecível (CARVALHO, 2021). Na disputa epistemológica e política

sobre o desvelamento do racismo e elevação deste conceito à agenda universitária, pesquisadores buscaram explicar e responsabilizar a negligência no tema e logo uniram-se a uma diversificação do quadro discente das universidades, fruto das políticas afirmativas no ensino superior e sua expansão. A ebulição dos movimentos sociais, especialmente nos anos 2000, experimentou diversos pontos de contato com os debates acadêmicos – a exemplo da penetração dos estudos decoloniais – e tornou-se, nos últimos anos, central para a disputa discursiva sobre a violência no país. Enfim, a situação de cumulatividade de estudos críticos tornou impossível ao campo da sociologia da violência ignorar a agenda antirracista. Portanto, é justo afirmar, no mínimo, uma crescente das contribuições antirracistas no campo da sociologia da violência, embora estas ainda não alcancem com facilidade as revistas mais prestigiadas (Ibid., p. 105).

Diante deste cenário e dessas propostas, resta saber se a produção científica sobre masculinidades negras será capaz de proporcionar boas ferramentas teórico metodológicas para o estudo da violência no Brasil; e se o fizer, em que medida, ou com que qualidade. Assim, o objeto de estudo aqui delimitado foram as masculinidades negras enquanto tema de pesquisa. Tema que é constituído de artigos nas áreas de comunicação (SOUZA, 2009), antropologia (PINHO, 2014; ROSA, 2006), sociologia (ARANTES, 2006; CONRADO & RIBEIRO, 2017), saúde (BARROS, 2018), educação (RIBEIRO & FAUSTINO, 2017) dentre outras áreas e subáreas.

Num primeiro olhar para um levantamento preliminar da bibliografia analisada, me parece que, durante os discursos dos autores, os elementos determinantes para agrupar homens negros não eram as práticas de gênero ensejadas por eles, inclusive porque sempre que se propõe um estudo sobre as masculinidades negras é preciso delimitar características mais específicas que afunilem melhor o escopo do estudo: masculinidades negras trans, ou periféricas, ou em custódia etc. Ao fim e ao cabo, o termo “masculinidades negras”, usado como conceito, pode estar fundamentalmente ligado a um conceito anterior que remete às configurações de práticas sociais de gênero, mas sua operacionalização na realidade social tem sido percebida essencialmente em discussões teóricas e acadêmicas, na disputa sobre o conceito, categoria etc. De toda forma, igualmente importa registrar as características e o desenvolvimento deste debate, que parece se debruçar, de acordo com revisão (RIBEIRO e FAUSTINO, 2017; CUSTÓDIO, 2019), sobre os efeitos da relação entre indivíduo e sociedade – ou nos termos foucaultianos, indivíduo e o Poder Jurídico (FOUCAULT, 1976) – na formação das

subjetividades; sobre as representações sociais, os estereótipos e as imagens de controle (COLLINS, 2019) e; sobre o genocídio do homem negro (NASCIMENTO, 1978).

Vale mencionar que a primeira impressão que tive, após essa pesquisa preliminar, é de que há pouca sistematização e coesão teórica e metodológica para que as masculinidades negras sejam percebidas e estudadas como uma temática autônoma, mesmo que multidisciplinar, o que traz dificuldades de legitimar, pelo reconhecimento de uma comunidade científica, ou de um campo científico, os achados e proposta de cada trabalho analisado.

A título de exemplo, num esforço para reunir estudos de língua inglesa e portuguesa acerca das masculinidades negras, os pesquisadores Ribeiro e Faustino (2017) registraram características teóricas e discursivas distintas entre 39 artigos observados. Os autores indicaram discussões como relacionamentos interraciais e desigualdade de gênero em Sueli Carneiro (1995), psicanálise e colonialismo em Frantz Fanon (1952), etnografias da educação, de Marília de Carvalho (2004), até trabalhos mais biográficos, como o de Ta-Nehisi Coates (2015). Corroborando minha primeira impressão, o que se conclui da revisão desse artigo de grande relevância, é que não há linha metodológica nem teórica preponderante para se escrever sobre masculinidades negras, a despeito de haver unidade entre os textos pesquisados, no que diz respeito à afirmação do encontro colonial como fato histórico de primeira relevância, direta ou indiretamente.

A contribuição de um estado da arte, de uma bibliometria, é justamente a de preencher a lacuna de compilação e catalogação de produções, com certa rigidez metodológica, que sirva de ferramenta para pesquisadores da área, ilustre os caminhos traçados e os possíveis na área e dê, mais especificamente, um panorama da posição deste tema frente a sociologia da violência, tendo também em vistas a sistematização de dados quantitativos sobre o tema. Afinal, a análise bibliométrica possibilita a avaliação do impacto e da relevância de estudos e publicações, fornecendo *insights* sobre visibilidade e influência. Espero assim poder identificar lacunas no conhecimento, corroborando uma verdadeira agenda de pesquisa de diversos homens e mulheres negras, inclusive na indicação de áreas que exigem maior investigação. Ao fornecer uma base empírica sólida, caso seja bem-sucedido, poderei ajudar a respaldar argumentos e hipóteses em pesquisas nas ciências sociais, tornando os resultados mais robustos e confiáveis.

Por isto, é preciso selecionar criteriosamente os textos a serem analisados, até porque, por evidente, nem todo trabalho acadêmico que pretender tratar de certo tema conseguirá alcançá-lo em sua plena complexidade ou satisfazer às demandas teóricas que

o campo científico carrega. Para tanto, precisarei determinar alguns parâmetros prévios, que seguem.

Se para Horkheimer – em suas considerações sobre a teoria tradicional versus a teoria crítica – a teorização tem um papel fundamental na compreensão e transformação da realidade, sendo mais que uma análise abstrata das estruturas sociais, mas também uma atividade enraizada na prática social e política (HORKHEIMER, 1980), deve-se considerar que cada passo da teorização sobre gênero, especificamente sobre masculinidades, passou por um processo de análise crítica, desde o tensionamento da influência dos contextos sócio históricos para o condicionamento das conceituações, até possíveis interesses particulares ou visões de mundo por trás das antigas teorias sobre gênero.

Neste caso, considero a abordagem de Raewyn Connell, das masculinidades hegemônicas (2013), como a mais atual e refinada sobre masculinidades; primeiro por considerar esta abordagem a que melhor lida com um modelo de práticas de gênero atravessado por múltiplas desigualdades e relações de poder, segundo porque uma extensa tradição de pesquisa tem se desenvolvido a partir dessa teoria, de maneira a nos proporcionar amplo rol de testagens e ponderações sobre a teoria e seus conceitos. Daí estabelecemos alguns parâmetros de julgamento dos artigos, acerca de suas fundamentações e articulações teóricas e metodológicas. Ainda, apresentarei mais alguns parâmetros de análise, que contribuirão na delimitação do objeto de pesquisa, no mesmo sentido de identificar e destacar textos que verdadeiramente correspondam ao movimento científico que se busca pesquisar.

Como introduzido, o estudo sociológico das masculinidades deve se distanciar da noção de senso comum de masculinidade como atributo do masculino, como consta por exemplo nos dicionários. A reflexão que começou com estudos evolucionistas e biologizantes sobre o masculino sofreu intervenção da psicanálise, no começo do século XX, com a teoria dos papéis sexuais. Posteriormente, estas abordagens receberam importantes críticas dos movimentos feministas, que permitiram conceber gênero enquanto construção social, mas atrelavam as masculinidades ao mote da dominação estrutural masculina. Esta percepção foi questionada pelos estudos Gays, que reivindicavam diferentes formas de masculinidades, levando Bourdieu a detalhar como se dava a dominação masculina na conhecida fase de “crise das masculinidades” (BOTTON, 2007). Com isso, espero demarcar que a separação entre gênero e sexo, a noção de gênero enquanto construção social, enfim, a presença de marcos teóricos que

indiquem certa consciência do histórico de pesquisa do tema constitui importante critério na seleção e avaliação dos textos.

A delimitação do termo “masculinidades negras”, neste projeto, remete imediatamente ao antropólogo Osmundo Pinho, que apesar de não ser o primeiro autor a falar sobre o tema, se tornou referência na noção da racialização das masculinidades e suas consequências. O antropólogo afirma que os discursos de sexo e raça, articulados, constroem subjetividades de homens negros em modelos deslocados da autoinscrição, uma vez que o homem negro “vis-à-vis outros homens, se emascula pela subordinação racial a que está submetido” (PINHO, 2005. p. 138). Dessa forma, as masculinidades negras são práticas de gênero, que agregam uma série de marcas, como ser “super-sexuado” (ibid., p.138), ou heterossexualidade compulsória, advindos da experiência colonial de desumanização do negro. Desta forma, a racialização das masculinidades aparece como ideia imprescindível à discussão sobre masculinidades negras.

Torna-se evidente que, para realizar o salto teórico do conceito de “masculinidades (hegemônicas)” para masculinidades negras, é preciso pressupor que existe algo que diferencia a configuração das masculinidades entre populações brancas e não-brancas. Novamente, ao se enunciarem as masculinidades negras, enuncia-se intrinsecamente a racialização, produto primário do racismo, que por sua vez constitui a relação colonial iniciada na expansão colonial espanhola e portuguesa, na primeira modernidade (DUSSEL, 1992 apud. ZAKHAROV *et al*, 2023). E para afirmar esta diferenciação como premissa, é necessário considerar o encontro colonial como fato histórico ontoformativo de primeira relevância para a teoria social (CONNELL, 2012).

Estes pressupostos convidam a pensar como o debate em volta de uma teoria da modernidade proporciona diferentes categorias interpretativas e conceitos já sistematizados por uma ou outra rede de pesquisadores (BERNADINO-COSTA e GROSGOUEL, 2016) e significa dizer que este encontro colonial foi constituinte de novas realidades sociais na história mundial, ensejando o Estado colonial, onde as estruturas de gênero e classe se deram de maneira distinta e a raça teve lugar de criação genuína deste sistema (CONNELL, Op Cit. p. 12). De maneira mais simples, digo que os homens negros são aqueles cuja subjetividade e vida material foram atravessadas pela racialização e, assim, as masculinidades negras devem ser identificadas pelo esperado atravessamento da racialização em configurações de práticas de gênero, não exclusivamente pelos indivíduos que acionam estas configurações.

Os debates canônicos sobre as relações raciais, entretanto, não têm logrado sucesso na compreensão das masculinidades negras como problema social e de pesquisa, uma vez que os “rituais de masculinidade têm sido descritos [...] como demonstrações de força, engendrando uma certa retórica de violência e autodeterminação que coloca o homem no centro das representações de poder e dominação” (PINHO, 2005. p. 138) e não enxergam a violência coligada à herança colonial no país. A clivagem racial na masculinidade deve acompanhar a historicização da raça e incorporar à ideia de masculinidade “as contradições e ambivalências típicas de estruturas de dominação de raça e gênero” (Ibid., p. 138-139), inclusive quando se trata dos estudos da violência. Portanto, considero que a sociologia da violência deva ser lugar proveitoso para discutir a violência colonial racista que mais do que interfere, arrisco dizer que estrutura as masculinidades negras.

Os campos e subcampos da sociologia da violência que podem tratar da relação entre masculinidades e violência são os mais variados (Ex. delinquência juvenil, estudos prisionais, polícias etc.). E se a própria consolidação das Ciências Sociais, no Brasil, data da metade do século XX (LIEDKE FILHO, 2005), espera-se que o desenvolvimento do ramo da sociologia da violência se dê a partir deste recorte histórico. No estudo de Enno D. Liedke Filho sobre a história da Sociologia no Brasil (2005), o campo da sociologia da violência passa a figurar nas organizações de produção científica a partir dos anos 80, motivados principalmente pelos temas da redemocratização, reativação da sociedade civil, novos movimentos sociais, desigualdades sociais, representações e identidades sociais, entre outros (Ibid., p. 378). Já a evolução dos estudos sobre a violência no Brasil a partir dos anos 80 se deve a vários fatores, como o aumento da criminalidade e da violência urbana, a redemocratização do país e a demanda por políticas públicas mais efetivas de segurança. Este processo acompanhou a criação de novas metodologias de pesquisa e a expansão das universidades e dos programas de pós-graduação no Brasil (ZALUAR, 1999).

Diante do histórico da disciplina, é preciso explicitar quais autores e trabalhos encaminham o olhar para o campo da sociologia da violência. O livro “As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” reúne uma série de entrevistas com os pioneiros da sociologia da violência numa obra organizada por Renato Sérgio de Lima (2011), sendo o mais apropriado para relatar o contexto e as intenções de onde este trabalho partiu. Durante sua entrevista, Michel Misse relata que:

A abordagem teórica na nossa área é muito fraca, quase inexistente. [...] Roberto Kant tem uma contribuição teórica muito importante, das mais abrangentes e influentes. O esforço antropológico de Alba Zaluar para compreender o que se passa entre os jovens do tráfico é também relevante e influente – a questão da masculinidade, do *ethos* guerreiro, do *ethos* do provedor – tudo isso é parte de um grande esforço analítico, mas sem dúvida alguma temos muito ainda a caminhar (LIMA, 2011. pp 22-23).

O trecho acima ilustra o cenário em que se insere esta pesquisa. Os singulares esforços teóricos, neste campo em construção, faziam referência imediata a conceitos consolidados em escolas sociológicas estrangeiras e logo se transformaram em verdadeiros pontos de referência para embasar diversos trabalhos empíricos sobre violência. Um bom exemplo é o conceito de “*ethos* do guerreiro”, trabalhado por Alba Zaluar pela primeira vez no livro “Condomínio do Diabo” (ZALUAR, 1996[1981]), que tem origem no trabalho de Norbert Elias (1997[1989]).

À época, Zaluar enxergava que os estudos mais recentes sobre a questão da violência se concentravam em temas como a construção de uma ordem pública democrática, a concretização da cidadania no Brasil e os desafios que a violência impõe ao processo de democratização do país, e destacava ainda a dupla inserção dos pobres nas manifestações de violência, principalmente urbana, tanto como protagonistas principais dos crimes violentos, quanto como vítimas preferenciais deles. A discussão sobre as funções, organização e práticas cotidianas da polícia e do sistema penal se mostravam as mais ricas nos últimos anos, mas ainda faltava consenso nesse debate (Ibid., pp. 04-06).

O conceito de “*ethos* do guerreiro” foi articulado para compreender as relações violentas entre jovens envolvidos com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, valendo-se de uma interpretação, guiada por análises de gênero, de que a violência cumpria uma função ritualística de “saída definitiva da infância e a aceitação, por parte dos pares, dos jovens no mundo dos homens” (ZILLI, 2015). Acompanhado desta noção de violência, estava a forte conexão entre os locais mais pobres e a violência urbana, que por sua vez afetava majoritariamente homens, pois eles eram os que tinham o amplo acesso à vida pública (ZALUAR, 1981).

Os trabalhos antropológicos de Zaluar foram fundamentais para a expansão do tema tráfico de drogas, assim como os trabalhos de Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva, entre outros pioneiros do campo da violência. Preocupado com o uso da força na vida cotidiana, Machado da Silva elege a violência urbana como “centro de formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais” (SILVA, 2004. pp. 58-59).

A “sociabilidade violenta” de Machado tem origem no conceito de sociabilidade de Simmel. O autor observava a violência urbana brasileira, mais especificamente do Rio de Janeiro, para então compreender as “novas regras de convivência originais, instituindo novo padrão de sociabilidade [...] transformando então, de meio de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação” (MISSE, 1997, pp. 3-4). A ineficácia do Estado em garantir padrões de sociabilidade inclusivos, atestado no crescimento das desigualdades sociais, gerava uma crise de legitimidade institucional, resultando no desenvolvimento de uma sociabilidade própria dos “dominados” (SILVA, 2004), vítimas da desigualdade social.

O conceito de “sujeição criminal” de Misse também tem como base conceituações estrangeiras, como as discussões sobre o “sujeito”, de Foucault e Althusser. O conceito descreve a criminalização de condições sociais estruturais de um sujeito, tornando secundário a legalidade de suas ações para priorizar condições sociais atreladas à criminalidade (MISSE, 2010). Nesse caso, as expectativas sociais sobre o sujeito têm o poder de ligar sua subjetividade à transgressão ou não, podendo definir sua posição perante o sistema de justiça criminal. Embora os trabalhos de Foucault tragam importantes discussões sobre raça, elas não foram transportadas para a “sujeição criminal” de Misse, num primeiro momento.

O giro para as produções científicas negras se dá no limite do argumento da primazia da desigualdade econômica. A própria noção de racismo estrutural também discute a violência e produção de desigualdades em populações mais vulneráveis, por ação de “instituições hegemônicas por determinados grupos raciais, que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019). Na verdade, são inúmeros os pontos em comum entre os estudos das relações raciais e da linha tradicional da sociologia da violência – se é que se pode colocar dessa forma.

Evidencia-se, de toda forma, que os três autores pioneiros, aqui referenciados, pesquisaram dinâmicas sociais para tentar explicar a crescente violência urbana no Brasil e encontraram de imediato um perfil comum majoritariamente envolvido em contextos de violência: homens jovens pobres. Foi defendido por eles que a desigualdade social era responsável por estruturar as relações violentas, que caracterizavam grupos de jovens em contexto de violência, e pode-se perceber que o debate em torno da raça ou racialização paira sobre o argumento atributivo, sem que seja possível desenvolver, a partir de seus

trabalhos, digressões sobre como o então atributo racial organiza a distribuição desigual da violência.

Assim, a hipótese principal deste trabalho é a de que não há coesão teórica nem metodológica suficiente entre os trabalhos que enfocam masculinidades negras, fator que impossibilita acionar este tema como campo de pesquisa autônomo, sólido e relevante para a sociologia da violência, ou mesmo elevar o termo a um conceito ou categoria “puros”. As abordagens sobre masculinidades são sim ideias abstratas, mas que compilam uma série de enunciados verdadeiros sobre seu objeto (DAHLBERG, 1978); ainda organizam o conhecimento e permitem a comunicação e a compreensão de determinados aspectos da realidade social estudada.

No âmbito desta pesquisa, àqueles textos que atribuem ao termo “masculinidades negras” o caráter de conceito, deve-se questionar – conscientemente de um movimento maior de pesquisa sobre o tema – se os moldes ensejados pelo(a) autor(a) rigorosamente se propõem a delimitar, agrupar revelar ou descrever, de maneira precisa, o(s) fenômeno(s) pretendido(s). Igualmente, propõe-se aos que tratam o termo como categoria, o questionamento sobre a capacidade de expressar aspectos invariáveis, únicos e universais, as condições mínimas para a concepção (e identificação) das masculinidades negras em diversas realidades sociais. Este debate é capaz de diagnosticar, em larga medida, a coesão teórica e metodológica que se tenciona. Ainda, a professora Lilian do Valle (2008) concluiria que:

a distinção entre conceitos e categorias permanece importante ali onde o pensamento e a discursividade se propõem a colocar em questão não apenas seus resultados, mas a própria atividade que os constitui e seus fundamentos: examinar tanto o que se diz quanto às ‘condições’ das quais necessariamente se parte para dizê-lo (VALLE, 2008. p. 13).

A partir dessa hipótese e diante da pesquisa preliminar, é preciso ao menos considerar assumir as masculinidades negras como configurações de práticas sociais de gênero e raça interseccionados⁵, cuja operacionalização se dá essencialmente em discussões teóricas e acadêmicas, logo seu melhor uso seria o de utilizar o termo para articular teorias, hipóteses e argumentos, tanto quanto para revelar e descrever, de maneira mais precisa, uma realidade social turva e contestada. Afinal, tratar de

⁵ Sem o compromisso de propor eu mesmo o enquadramento do termo enquanto categoria ou conceito, trabalho com este período como sendo um referencial que guarda consigo o que acredito ser núcleo da noção de masculinidades negras. Este termo pode se pulverizar em masculinidades negras *trans/viadas*, ou masculinidades negras *queer*, masculinidade negra, masculinidade negra tóxica, entre outros termos que venham a se propor ou não conceitos ou subconceitos do tema.

masculinidades racializadas é por vezes colocar no horizonte a possibilidade de ser um indivíduo racializado que tenha um dia a oportunidade de viver uma masculinidade não-racializada. É o desejo de ser sujeito e se encontrar objeto. De que vale tentar encaixar a experiência racializada nos moldes do inteligível para a teoria social? Onde dará esse exercício de regressão até uma ideia de masculinidade sem o racismo? Afinal, se vigora o apreço pelo empirismo, como discutiremos as masculinidades negras sem separar o sujeito de seus predicados? (FAUSTINO & RIBEIRO, 2017).

Não se trata meramente de criticar e descartar os estudos já realizados sobre o tema, sob o crivo metodológico de um pesquisador a iniciar sua carreira acadêmica. Ao contrário, trata-se de potencializar o alcance desses estudos a partir de uma interpretação sobre eles: a de que o cenário atual de discussões sobre masculinidades negras na verdade apresenta o desafio holístico de tornar mais tangível, palpável e compreensível a realidade do genocídio antinegro, em especial da juventude negra. Pretendo, por meio da exposição do estado da arte das pesquisas sobre masculinidades negras, demonstrar a pertinência desta interpretação e fornecer ferramentas para que outras pessoas também possam trilhar este caminho.

A partir de agora, então, farei uma imersão sobre os dois principais pontos de virada para a discussão epistemológica: o conceito de genocídio e a interseccionalidade. Estes dois pontos recebem especial atenção, porque emergem da produção intelectual negra, que por sua vez foi o grupo que jogou luz à importância de se investigar masculinidades negras, em vez de apenas elegermos os homens negros enquanto problema social; também porque justamente o levantamento de textos nos trará, em certa medida, a referência a toda esta tradição acadêmica à qual fazemos referência. Esta digressão permitirá olhar para os textos listados e para seus metadados sob outra perspectiva e acredito tratar-se de momento profícuo até mesmo para pensar novas agendas e novas problematizações sociais, quando em contato com a fundamentação de boa parte das pesquisas sobre masculinidades negras.

3. A outra história das masculinidades negras: o giro epistemológico e seus desdobramentos teóricos.

3.1. Genocídio: um conceito em disputa.

O que o conceito de genocídio tem a ver com as masculinidades negras? Como esta suposta relação indica uma disputa sobre o conceito? Sugiro começarmos pelo conceito de genocídio e suas características fundamentais. O conceito de genocídio que

instruiu a doutrina jurídica internacional foi cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe* (2005 [1945]), que analisava a ocupação nazista na Europa. O conceito foi descrito da seguinte maneira:

O genocídio é a negação do direito à existência de grupos humanos específicos, em toda a sua extensão ou em parte. Tal negação tem a intenção de destruir, total ou parcialmente, os grupos como grupos. A destruição pode ser realizada por meio de matança, lesões graves à integridade física ou mental, sujeição a condições de vida que levem à destruição física, imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos, transferência forçada de crianças ou qualquer outra ação calculada para atingir esse objetivo (LEMKIN, 2005 [1945], p. 79).

Neste corpo jurídico internacional não só foi inaugurado o crime internacional de genocídio, mas também os crimes contra a humanidade, também em 1945, consagrados no Estatuto de Londres, que estabeleceu as bases para o chamado Tribunal de Nuremberg. O Estatuto tratou dos crimes que seriam passíveis de julgamento pelo tribunal: crimes contra a paz; crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. De acordo com o documento, homicídio, extermínio, escravidão, deportação e outros atos inumanos cometidos contra a população civil são crimes contra a humanidade, antes ou durante uma guerra. Também são crimes dessa natureza as perseguições políticas, raciais ou religiosas perpetradas durante a execução das condutas vistas anteriormente ou que se relacionassem com elas⁶.

Com a assinatura do chamado Estatuto de Roma, em 1998, foi criado o Tribunal Penal Internacional, que, resumidamente, é uma organização independente que julga indivíduos pelo cometimento de crimes de genocídio, de guerra, de agressão e, por fim, crimes contra a humanidade. De forma similar ao Estatuto de Londres, o Estatuto de Roma definiu quais seriam esses “crimes contra a humanidade”. O Estatuto de Roma confirmou a autonomia dos crimes contra a humanidade e enquadrando condutas, como homicídio, extermínio, escravidão, deportação ou transferência forçada de uma população, tortura e agressão sexual. O documento diz que essas condutas são crimes contra a humanidade quando cometidas no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil (CARVALHO RAMOS, 2017. p. 467). Diante da redação trazida pelo Estatuto de Roma, buscou-se punir aqueles que, em regimes ditatoriais ou totalitários, usaram a máquina do Estado ou de uma organização privada

⁶ A evolução do conceito de “crime contra a humanidade” fez com que este tipo penal pudesse ser considerado mesmo que não estivesse inserido em um contexto de guerra. Assim, a punição alcançaria, por exemplo, agentes públicos envolvidos em ditaduras militares (CARVALHO RAMOS, 2017).

para promover graves violações de direitos humanos em uma situação de banalização de ataques a população civil (ibid., p. 468).

Vale destacar alguns aspectos cruciais para entender a articulação e consolidação dessa legislação internacional, antes de passarmos a seus contornos raciais. Primeiramente, ressalte-se que o TPI não julga países, e sim pessoas individualmente consideradas, como os tribunais nacionais normalmente fazem. Isto dificulta a consideração e investigação do processo de reprodução social no qual o crime contra a humanidade ou o genocídio foram gestados.

Segundo, devido ao Estatuto de Roma e às competências que são atribuídas ao Tribunal Penal Internacional, são raros os países que tipificam internamente os crimes contra a humanidade e, se a carência de legislação interna significar a facilitação da negligência dos países signatários ante os crimes cometidos, o próprio tribunal, que teoricamente teria a atribuição de intervir, encontra atualmente dificuldades de se impor como autoridade jurídica, frente a soberania nacional de seus signatários.

Terceiro, destaca-se que, para o Estatuto de Roma, o “crime contra a humanidade” seria qualquer um dos atos nele listados, quando cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil, e frise-se, “com conhecimento do ataque”. Sobre este trecho, Elio Cardoso explica:

A expressão “com conhecimento do ataque” indica que o acusado deve ter ciência da situação ou do contexto maior em que esses atos ocorrem. O “ataque” precisaria ter uma dimensão quantitativa e ser perpetrado em consonância com uma política preestabelecida no âmbito de um Estado ou de uma organização não estatal (CARDOSO, 2012. p. 48).

Os três destaques acima demonstram os desafios desta legislação em lidar com o caráter social que fundamenta e condiciona a prática de genocídio e dos crimes contra a humanidade. Lemkin mesmo não se limitava a tratar apenas do extermínio físico de um grupo, mas também da desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, da língua, dos sentimentos nacionais, da religião e da existência econômica dos grupos em questão (LEMKIN, 2005). Estas importantes considerações, no entanto, foram deixadas de lado na Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. “Naquele contexto histórico, os Estados Unidos e a União Soviética estavam especialmente diligentes em garantir que suas práticas não seriam identificadas como genocídio” (FLAUZINA, 2016, p. 124), o que fez retirar não só os aspectos culturais do conceito jurídico de genocídio, mas também os dispositivos que buscavam proteção para grupos políticos e de gênero. Trata-se de uma

perda significativa na construção desse campo da legislação internacional, pois sabemos que o que resta de mais útil de leis penais, como a que criminaliza o genocídio, não se trata da dosimetria das penas ou punições correlatas, mas o valor simbólico do reconhecimento da violência mortal à qual certos grupos são submetidos, bem como a posterior reparação e afirmada proteção institucional aos grupos vulneráveis.

se as barreiras aparentes para o reconhecimento de genocídio estão ligadas a questões normativas no nível da retórica, tendo como exemplo mais ilustrativo a questão do dolo, na prática, elas se encontram no fato de que as condenações individuais indiscutivelmente representaram uma condenação simbólica dos sistemas de extermínio (FLAUZINA, 2014, p. 138).

De toda forma, partimos do entendimento ou pressuposto de que o conceito de genocídio se consolida antes como conceito jurídico, discutido no campo da justiça, do direito e seus códigos. Em contrapartida, o esforço (e legitimidade) dos Estados nacionais protagonistas no processo distribuição de guerras e ocupações militares – processo este que tem seus diferentes episódios frequentemente acusados de empreendimentos neocoloniais – demonstrou que o caminho do litígio internacional, dadas as correlações de poder entre as potências capitalistas (militares) e a periferia global, já não seria o mais profícuo para alcançarmos o reconhecimento dos genocídios que de fato ocorrem em diferentes partes do mundo.

Em última análise, o que se observa é a separação total de disposições legais internacionais do sofrimento negro. Há uma evidente naturalização do terror de Estado visando corpos negros, apesar da celebração do valor imperativo do direito internacional de direitos humanos, que tem a proscrição de genocídio como um dos seus mais célebres bastiões (Ibid., p. 138).

Ana Luiza Flauzina abre alas para tratarmos do sofrimento negro, do terror de Estado que alvejou corpos negros por séculos e das contradições históricas entre justiça formal e justiça material, especialmente quando se trata do genocídio da população negra no Brasil, que construiu esta nação. Neste momento, buscando responder às perguntas que iniciam este capítulo, precisaremos fazer uma retomada do período colonial para discutir a ideia de racialização que, como citado, é o produto primário do racismo e remonta a relação entre povos iniciada na expansão, por invasão e ocupação, colonial espanhola e portuguesa, durante a chamada primeira modernidade.^{7 8}

⁷ Voltar à página 16, em Dussel (1992) apud. Zakharov *et al* (2023).

⁸ Grosso modo, compreendemos este período nos séculos XIV a XIX, reconhecendo que até o século XX as guerras de libertação ou descolonização não haviam cessado, ou que testemunhamos ainda os embates, resistências e consequências do neocolonialismo, numa organização geopolítica que ainda prevê pelo menos 16 territórios sob domínio e organização colonial. Com a libertação e declaração de independência

É primordial partirmos do entendimento que a invasão e ocupação coloniais decretaram um estado de exceção permanente nos territórios colonizados, que fora recepcionado pelo estado normal de leis, como descrevia Fanon (1968), e fazia com que todo e qualquer ordenamento jurídico ou normativo originário fosse suspenso para atender aos interesses políticos e econômicos das nações invasoras. Ora, o exercício da soberania pela legalidade, construção genuína dos Estados-nação, começava exatamente pelo estado de exceção trazido pela ocupação colonial. Além da óbvia produção de fronteiras, zonas e enclaves à convivência, a ocupação colonial tinha como essência: I) a desumanização dos colonizados como discurso institucional; II) a violência sistêmica, com uso de forças policiais e militares para controle e vigilância da vida cotidiana e repressão de qualquer tipo de resistência; III) o esbulho e a expropriação de terras e recursos; IV) a discriminação e segregação dos colonizados ante a necessidade de participação da vida política e acesso aos serviços públicos básicos para subsistência e; V) a dominação cultural, através do etnocídio, do glotocídio (destruição da língua) e demais práticas de destruição da identidade cultural tradicional (FANON, 2006). Esta ocupação era sustentada pela exploração deletéria da terra e das pessoas, e protegido pela superioridade militar de uma nação sobre a outra, usurpando inclusive a capacidade que estes povos teriam de reclamar sua soberania.

Seguindo a ideia de Mbembe (2016), a soberania seria a legitimidade para matar, que uma nação reivindica como expressão de seu poder. Apesar do natural incômodo com uma definição tão curta e categórica, esta ideia de soberania, quando associada ao fenômeno da ocupação colonial, estressa os escritos de Foucault sobre as tecnologias do biopoder e as formas de deixar viver e fazer morrer. No caso da ocupação colonial, a campanha (institucional) de desumanização do colonizado e a redução do *status* político de populações inteiras a uma *condition inumana* (AGAMBEN, 1995) nos sugere que a capacidade de exercer controle sobre a mortalidade, principalmente por meio do monopólio e da legitimação da capacidade de matar, viria a definir a vida como manifestação de poder, uma vez que estamos lidando com uma estratégia de governo que submete seus governados a condições impossíveis de se sobreviver. Portanto, no colonialismo, o exercício da soberania dos países europeus sobre os colonizados elevou

do Timor-Leste, em 2002, são reconhecidos internacionalmente como colônias os seguintes territórios em ordem alfabética: Anguilla, Bermudas, Gibraltar, Guam, ilhas Caimão, ilhas Malvinas, Turks e Caicos, ilhas Virgens Britânicas, ilhas Virgens Americanas, Monserrate, Nova Caledônia, Pitcairn, Saara Ocidental, Samoa Americana, Santa Helena e Tokelau. Ainda discute-se a relação política que constitui a “posse” de outros territórios chamados de “ultramarinos”, e a ocupação militar de outros territórios, como no Iraque e na Palestina.

o direito de matar ao *nomos* do espaço político desde então. Perceba que, se elencamos o encontro colonial como o fato histórico de primeira relevância para a teoria social, estamos também entendendo que o racismo seria o dispositivo essencial para o exercício da tecnologia do biopoder, no uso das funções mortíferas do Estado (MBEMBE, 2016), e, propondo que as funções mortíferas do Estado passam a ser o inteiro teor da política durante a ocupação colonial, provocando-nos a repensar a política como uma forma de guerra, um trabalho de morte. Ao contrário do que pregavam as teorias políticas ocidentais, a face mortífera da política não era algo extraordinário, percebido apenas naqueles momentos eleitos mais trágicos para a humanidade europeia, mas era realidade generalizada em continentes colonizados, inclusive antes do regime nazista, e como é até hoje (MBEMBE, 2016). Na verdade, era sobre a face mortífera da política, do saque colonial, que se erguiam as “grandes democracias”.

De fato, o encontro colonial foi constituinte de novas realidades sociais na história mundial e ensejou o Estado colonial, que por sua vez imprimia o modo de produção escravista para explorar e espoliar os povos colonizados. Este modo de produção executava bem a função de financiar os empreendimentos expansionistas das potências da época, bem como cumpria a função de controle social e exercício da soberania, dado que as condições materiais oferecidas ao colonizado eram, no limite, mortais. O cotidiano das pessoas escravizadas, totalizado pelo trabalho forçado em suas características históricas, expunha imagens como “deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo” (NASCIMENTO, 2016 [1978]).

Abdias do Nascimento, por meio de seu traçado histórico das políticas de morte contra a população negra no Brasil, em sua obra “O Genocídio do Negro Brasileiro”, denuncia o *continuum* do “genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso no Brasil” (Ibid., p. 13). Sua obra, em um contundente teor de denúncia, mobilizou uma série de estudos que buscaram resgatar os contextos empíricos da escravidão para argumentar o uso político do conceito de genocídio antinegro, e os desdobramentos políticos resultantes deste uso. O entendimento de que “a este cenário que denominamos genocídio antinegro, se acumulam desvantagens sociais, ao longo de gerações negras, que não descendem de escravos, mas de seres que foram escravizados” (CARVALHO, 2020) instiga-nos a conectar os efeitos do Estado colonial à época da escravatura, e os efeitos da conservação do racismo na reprodução social hoje, pois se a raça (racialização) teve

lugar de criação genuína do colonialismo, o que se produz da permanência do racismo atualmente?

No que alguns poderiam nomear como período pós-colonial, Abdias do Nascimento (1978) ainda argumenta que vigora o padrão de desigualdade socioeconômica entre negros e brancos no Brasil, que marginaliza o povo negro e é mantido por uma estrutura econômica calcada no escravismo e sistematicamente conservada pelo sistema político. Vigora a violência policial legitimada por uma lei penal que criminaliza ainda hoje práticas observadas majoritariamente em populações negras ou impostas a estas populações. Vigora a negligência à cultura e à história negras e sua participação na sociedade brasileira. Vigora, enfim, o imaginário racista sobre o bom e sobre o belo, nas representações sociais e estereótipos que constroem os padrões de beleza e deterioram a formação da autoestima e identidade do povo negro (NASCIMENTO, 1978).

Desde o período abolicionista, a busca por um novo projeto de país levantou questões sobre o futuro da nação e dos negros libertos. A eugenia ascendeu como resposta das elites, buscando o branqueamento da população. A educação se consolidou palco de exclusão para a população negra, com uma série histórica de brechas legais, negando ou dificultando historicamente o acesso à educação básica. Do século XX para cá, a privatização radical da educação aprofundou ainda mais as disparidades educacionais, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e raciais no Brasil como um todo, e perpetuando os resultados do escravismo na lei (THEODORO, 2022).

A violência multifacetada contra os negros inclui a falta de emprego formal, condições precárias de trabalho, habitabilidade e acesso a serviços públicos. No entanto, a violência mais cruel é a do cotidiano de mortes, disputas do tráfico e ação policial repressora e até exterminadora. Essa violência sistêmica é um reflexo da ausência de justiça e das profundas desigualdades sociais, enraizadas na história e que persistem na sociedade brasileira (THEODORO, 2022). Com efeito, o racismo constatado pelas mais diversas abordagens científicas, tem estruturado as chances de vida da população brasileira (ZAKHAROV *et al.*, 2023), especialmente pela observada vulnerabilidade da população negra ao cenário crítico de mortes violentas. E talvez este seja o principal agregador de vivências de homens negros no Brasil. A relação entre masculinidades negras e genocídio parece começar a ganhar forma.

Gostaria de propor aqui o exame de uma faceta da história brasileira como forma de argumentar a existência desse *continuum* de um genocídio institucionalizado do qual

Abdias do Nascimento falava e demonstrar, em alguma medida, como a violência colonial foi e é paradigmática para os processos de subjetivação de homens negros. Para isso, nos será útil esmiuçar algumas relações espúrias entre sociedade civil (cidadãos brancos e detentores de posses) em iniciativa privada e o Brasil colônia, por meio de uma breve excursão sobre o sistema penal brasileiro. Acredito que certa historiografia sobre a formação da sociedade brasileira nos mostrará que, tanto pela análise das dinâmicas de poder entre senhores e administração pública no séc. XIX, quanto pela retrospectiva das influências internacionais na administração pública prisional, a exploração do trabalho no sistema penal e a privação de liberdade por isolamento absoluto têm íntima relação com a delegação do poder punitivo à iniciativa privada escravocrata, e esta seria uma conexão evidente entre o escravismo e a permanência do racismo no séc. XXI.

A atividade policial no Brasil antecede os primeiros decretos que instituíram as Divisões Militares da Guarda Real da Polícia, primeiramente no Rio de Janeiro e posteriormente “nas capitanias de Minas Geraes, Goyas e Matto Grosso” (BRASIL, 1809). Se a instituição das polícias militares, sancionada nesses documentos, se deu com a vinda da família real ao Brasil, em 1808 (AGÊNCIA SENADO, 2013), o tratamento da ordem pública era protagonizado por milícias militares, influenciadas por detentores de terras insatisfeitos com a performance das instituições militares oficiais, que “almejavam uma força bélica para uso pessoal, seja para o controle de seus escravos, dos índios ou mesmo do ladrão de galinhas” (DE OLIVEIRA e DANTAS, 2014). É possível pressupor que, embora as polícias militares e civis surjam oficialmente depois de 1808, as políticas de segurança pública, ou melhor, de preservação da ordem pública antecedem essas instituições e perpassam todo período histórico do Brasil Colônia (Ibid., p. 109).

Esta constatação historiográfica serve de evidência para o entendimento de que o Brasil Colônia, sob o modo de produção escravista, dividia o monopólio da violência legitimada e concentrava o poder punitivo no âmbito privado, doméstico, categorizado por parte da historiografia como “senhorial” (BATISTA, 2006, pp. 11-13). Isto significa que o sistema penal dessa sociedade escravista consistia nas dinâmicas sociais entre senhores e cativos [escravizados], e foi sob esta realidade material que a força punitiva ganhou formas. “Ou seja, é da relação entre casa-grande e senzala que serão concebidas as matrizes de nosso sistema penal” (FLAUZINA, 2006).

A primeira penitenciária desse sistema penal, conhecida como Casa de Correção do Rio de Janeiro, foi instituída pela Carta Régia, de 08 de julho de 1796, que dispunha sobre a construção da Casa de Correção da Corte, mas apenas em 1834 sua construção

foi iniciada e em 1850 concluída, quando foi aprovado seu regulamento (PESSOA, 2016). Dado que o modelo de punição compreendia basicamente a pena de prisão simples e prisão com trabalho, tem-se que este modelo passou a adotar o isolamento como componente da punição, a partir da adoção dos modelos das penitenciárias de Auburn (1821) e Sing-Sing (1825), em Nova York, que consistia em organização do trabalho no sistema de fábrica, durante o dia, e isolamento silencioso durante a noite, de forma que “esse modelo admitia diversas formas de exploração pelo capital da força de trabalho encarcerada” (Ibid. p. 3).

Ocorre que, de maneira geral, antes dos devidos instrumentos legislativos – tanto a referida Carta Régia de 1796, quanto a Constituição Brasileira de 1824 e o Código Criminal do Império do Brasil, de 1830⁹ – vigoraram na Colônia as ordenações Manuelinas e Filipinas, sem que estas tivessem grande impacto na regulação da vida social daqueles considerados cidadãos à época (FLAUZINA, 2006), conjuntura na qual a privação de liberdade já fazia oficialmente parte da ordem jurídica, por meio do mercado e exploração de pessoas escravizadas desde 1549.

Sobre a relação entre aprisionamento e exploração privada do trabalho de detentos, cabe destacar o chamado “escravismo de *plantation*”. A exploração do trabalho cativo para a produção açucareira brasileira viu, por um lado, forte ameaça econômica na reprodução deste modelo de escravismo no Caribe, nas colônias inglesas, holandesas e francesas, como em suas respectivas medidas protecionistas, pressionando a baixa do preço do açúcar brasileiro e aumentando o preço de africanos escravizados; por outro lado, via a ameaça da resistência negra, especialmente na figura das guerras palmaristas, tendo em vista a característica intrínseca a esse modelo de escravismo, a forte desproporção demográfica entre classe senhorial (branca) e negros escravizados (DE BIVAR MARQUESE, 2006).

Tal desproporção demográfica era experimentada apenas por Brasil, Haiti e Jamaica, e mesmo que a Revolta dos Malês (1835) não tenha alcançado o mesmo nível de desarticulação ao sistema escravista, como nos casos caribenhos (Ibid., p. 108), foi responsável pela escalada de um medo estruturante das relações sociais no período regencial, especialmente na capital do Rio de Janeiro (BATISTA, 2003), durante o fim da regência uma de Diogo Feijó como Presidente da Câmara dos Deputados. É neste interim que o Código Criminal do Império de 1830 é promulgado, com a clara missão de

⁹ Ver os verbetes: [Constituição Brasileira de 1824](#) e; [Código Criminal do Império](#) de 1830.

proteger o patrimônio em detrimento de direitos (SANTOS *et al*, 2022), e com o medo sendo usado como eixo central das estratégias e tendências conservadoras de centralização de poderes, a fim de conter as crescentes insurreições escravistas (Ibid., 136), valendo-se de todos os meios possíveis, inclusive a institucionalização da tortura como forma de repressão popular (FLAUZINA, Op. Cit. p. 49).

O medo se espalhava pelos boatos e notícias sobre a revolta no Haiti; o poder punitivo, militar e policial, herdado pelo então Estado independente da colônia, que consistia na unidade política das elites – estas que organizavam as milícias que tratavam de submeter a “ralé” ao trabalho – estava ameaçada pela recente deposição de D. Pedro I; o receio velado, que pairava sobre a manutenção do escravismo, buscava justificar uma maior interferência do Estado na proteção deste monopólio por meio do controle das insurreições e o “poder central não dispunha de força militar própria que pudesse dar conta das rebeliões populares que estouravam [...] na esteira das expectativas revolucionárias da época” (Ibid. p. 49), o que levou inclusive à renúncia de Diogo Feijó, que, isolado politicamente, não conseguiu aprovar orçamento para a repressão das insurreições (ZAFFARONI *et al.*, 2003).

Durante a década de 1830, até 1842, foi registrado um intenso retrocesso processual que transferiu à polícia poderes da magistratura; editou lei que determinava a pena de morte para delitos de escravos contra senhores; puniu os “lundus, batuques e algazarras” com prisão; determinou a pena de prisão por oito dias à quem alugasse uma casa a escravos (BATISTA, Op. Cit. p. 132), entre outras medidas de criminalização de práticas sociais e culturais observadas nas comunidades negras. A seletividade penal também era observada na desigualdade da aplicação da legislação, afinal, no “liberalismo à brasileira” a pena de morte recebia facilitação processual para réus escravizados, enquanto era inimaginável para senhores (ZAFFARONI *et al*, Op. Cit. p. 53). De fato, o que ocorria era um processo de institucionalização dos meios privados de vigilância e controle social, e em favor dos interesses econômicos da iniciativa privada da época.

A noção histórica de raça foi proposta e naturalizada como dado da realidade social e serviu não só de “tecnologia do colonialismo para a submissão [espoliação] e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (Ibid. p. 20), mas seu discurso precípua, da inferioridade e desumanização negra, cumpriam o papel de conservar a subalternidade desta população (FLAUZINA, Op. Cit. p. 50), não como classe inferior, mas como bens de produção. E as prisões não estavam estanques a esse processo histórico. Até o começo do séc. XIX as prisões mais pareciam calabouços e não

ostentavam qualquer objetivo de recuperação das pessoas presas; afinal, no pacto social entre público e privado, a principal forma de coação direta era o próprio trabalho escravo (DUARTE, 1998).

Apesar de ter sua planta trazida para o Brasil, em 1826, pela Sociedade Inglesa para o Melhoramento das Prisões, até 1849, a construção da Casa de Correção da Capital não estava concluída, e este era um dos subterfúgios “humanistas” usados para adiar a implementação de um sistema carcerário mais próximo dos moldes europeus e estadunidenses (Ibid. p. 224), como pretendia a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional (1831-1835) que, por sinal, primeiro propôs a criação de uma Casa de Correção e Trabalho na Corte (PESSOA, Op. Cit. p. 2). A planta da Casa de Correção da Capital seguia os princípios panópticos de Jeremy Bentham, filósofo e jurista que propunha a prisão como um instrumento disciplinar. O sistema prisional brasileiro era parcialmente compatível com o modelo de Bentham, na medida em que negava a existência de direitos individuais, mas a sociedade brasileira ainda era incompatível com este modelo, já que o escravismo tinha como pressuposto a desvalorização do trabalho, principalmente daqueles a serem alvos do sistema penal. Como expõe Duarte (1998):

Tal fórmula era também anacrônica na medida em que a prisão, enquanto instrumento de disciplinamento, pressupunha o trabalho livre e agia justamente na expropriação do tempo destinado ao trabalho, único bem de que o trabalhador poderia dispor. Ora não só o escravo já tinha sua força de trabalho controlada diretamente pelo senhor, mas também as condições de vida da prisão apresentavam-se superiores aquela por ele vivida no engenho. De fato, não era incomum, portanto, que os escravos se apresentassem à autoridade policial, ou que os senhores tentassem subtrair os escravos das mãos da justiça para puni-los e vendê-los em outra parte, ou, ainda, que esta entregasse aos senhores os encargos da punição (SILVA, 1995; GORENDER, 1990 apud DUARTE, 1998, p. 224).

A adequação do sistema à realidade brasileira se deu por conta do tal clima revolucionário, que ganhava ecos no crescente processo de urbanização e tornava o regime de trabalho escravo incapaz de conter, por si só, as insurreições e rebeliões negras, demandando medidas conservadoras de controle social das massas escravizadas (PESSOA, Op. Cit. p. 2). A teoria social, traduzida da Europa majoritariamente por médicos legais e psiquiatras forenses (“medicina social”), foi a alternativa que, por meio de um discurso de melhoria das prisões, implementou a lógica do trabalho disciplinar com vistas a impedir a “disseminação do crime e [...] a reincidência criminal” (Ibid. p. 1).¹⁰

¹⁰ Vale ressaltar duas citações trazidas por Pessoa (2016). O verbete explica que a Casa de Correção seria modelo nacional na aplicação da prisão com trabalho e foi então considerada uma das “obras mais úteis e necessárias ao País pela influência do sistema penitenciário sobre os hábitos e a moral dos presos”

Em resumo, no já tratado Código Criminal de 1830, as primeiras adaptações do sistema penal ao modelo de Bentham apareceram, citando a possibilidade de prisão celular, quando houvesse condições estruturais para tal. Em 1850, com a conclusão da Casa de Correção da Capital, inaugura-se a fase das casas de correção e trabalho por todo o território, popularizando a prisão com trabalho e isolamento noturno, sob a égide do trabalho disciplinar e a missão de recuperação dos presos – escravizados insurgentes.

Após a abolição, já no código penal de 1891, observou-se a manutenção de características fundamentais do Código Criminal de 1830, como a possibilidade de detenção por suspeita; a não regulamentação geral do sistema carcerário, o que seria responsabilidade das próprias unidades prisionais, por regulamento interno, ou por norma estadual; e a tipificação dos crimes de conspiração, sedição ou ajuntamento, e resistência, dispositivos legais pelos quais a polícia encontrava refugio para possíveis ilegalidades cometidas contra a massa, agora liberta (DUARTE, Op. Cit. p. 226). Ainda no mesmo ano, o então Ministro das Finanças, Rui Barbosa, ordenou a queima de todos os arquivos da escravidão e do comércio de escravos no Brasil – fato histórico que fez a aferição e estimativa de pessoas traficadas para o Brasil beirar o impossível (NASCIMENTO, 2016 [1978]).

A criminalização de práticas sociais e culturais genuínas da população afrodescendente, tipificadas a partir de 1893, como no caso dos crimes de charlatanismo, curandeirismo, capoeiragem, vadiagem etc. condicionou a liberdade do negro à vigilância e tutela do Estado (FLAUZINA, Op. Cit. p. 58) e este programa de criminalização racista do Estado contra sua população encontra ranços nos dias de hoje, haja vista que, com exceção do crime de “capoeiragem”, revogado em 1937, todos os outros tipos citados permanecem vigentes, na Lei de Contravenções Penais (Lei nº 3.688/1941).

Se no campo havia a reorganização e a reprodução de práticas de superexploração dos recém-libertos, nas cidades exercia-se uma intensa ofensiva aos chamados “vadios”. Aí se intensificou o delineamento da figura do que seria crime e de quem seria, em qualquer contexto e situação, o criminoso brasileiro: o negro (BORGES, 2019, p. 54).

As relações espúrias entre o público e privado, desde o séc. XVI, em prol da proteção das relações econômicas e sociais estruturadas pelo racismo possibilitaram uma longa vida ao sistema escravista e atravessaram a história brasileira, num conflito

(BRASIL, 1836. Apud PESSOA, 2016.); e cita a Constituição Brasileira de 1824, que determinou que a prisões do império seriam “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme as circunstâncias e natureza dos seus crimes” (Constituição do Império do Brasil, 1824, Art. 179 § 21. Apud PESSOA, 2016).

sangrento, em que as estratégias protecionistas de grandes atores do poder privado impulsionavam a conservação ou o resgate de políticas que associavam os crimes “contra a ordem” à traição ou insurreição contra o próprio império, tornando o criminoso comum um inimigo de Estado¹¹.

O poder punitivo aplicado em terras brasileiras desde o séc. XVI é tributário da inquisição ibérica, que apesar de não ter operado tribunais de inquisição na colônia portuguesa, reproduzia um sistema demonológico maniqueísta instituído num sistema jurídico persecutório, que, na articulação entre direito penal público e privado, promoviam a ordem social através de alegorias de poder baseadas em imagens de terror dirigidas às etnias mais vulneráveis, com o objetivo disciplinador de uma organização social rígida e hierarquizada (BATISTA, Op. Cit. pp. 34-35). É da noção de apartamento de tudo aquilo demonizado pelo Império que germina a ideia de equiparar o insurgente interno, pretense cidadão, ao inimigo externo, estrangeiro, de guerra. Em síntese, Batista (2003) explica:

As denúncias de uma articulação internacional envolvendo malês, haitianos e abolicionistas ingleses tratavam de delimitar claramente para fora da sociedade imperial as causas das sublevações. Delimitar o inimigo como alguém de fora, como o outro, e tratar de estabelecer estratégias de controle duríssimas foram as medidas tomadas. Questionar a escravidão, jamais (Ibid. p. 28).

Reforça-se que o medo é eixo criminológico fundamental do poder punitivo moderno, pois é no apelo à exceção e à emergência em superar a ameaça que a figura ficcional do inimigo se torna necessariamente eliminável. Portanto, no estado de emergência, pela eliminação, supressão ou repressão, a política de Estado torna-se política de morte e, no caso do colonialismo, o racismo é a tecnologia necessária para tornar real a subdivisão e hierarquização de grupos populacionais, de forma a apartar certo grupo da noção de humanidade, possibilitando a produção da figura de inimigo e assim, legitimando o direito do Estado de matar este grupo (MBEMBE, 2016). O trabalho de Michel Misse que, desde 1996¹², busca associações entre “raça” (racismo) e violência, nos proporcionou clareza na análise:

As consequências atuais foram discutidas por Misse (2010) como um processo de sujeição criminal, no qual a estigmatização moral, jurídica e racial é

¹¹A este processo histórico, Pires e Flauzina (2022) forneceram a conceituação de “Constitucionalismo da Inimizade”, em que o direito penal se compatibiliza com o Estado Constitucional pela figura do “inimigo”, e o próprio constitucionalismo brasileiro se construiu historicamente pela inimizade para com negros e indígenas, como se buscou demonstrar.

¹² Ver: MISSE, Michel. O senhor e o escravo como tipos: limite de dominação e estratificação. Dados. Rio de Janeiro, 1996, 39.1: 61-100.

internalizada como identidade criminosa, o que não só estimula carreiras desviantes violentas como também torna o indivíduo um “sujeito criminoso”, inimigo interno torturável e matável. Assim, os estigmas criminais, que mesclam traços morais e raciais, expressam e reforçam relações de classe em contextos de extrema desigualdade social, ao veicular autorizações informais para ações extraordinárias para defesa da ordem pública e da segurança dos “cidadãos de bem” (MISSE *et al*, 2015 apud BITTENCOURT & DADALTO, 2017, p. 203).

Resquícios do positivismo criminológico – o mesmo que fundamentou a reforma das prisões, ou melhor, das casas de correção e trabalho, no século XIX – podem ser observados na aproximação (ou confusão) entre segurança cidadã e ordem pública, subordinada à segurança nacional (ZACKSESKI e ANDRADE, 2002). Na tradição acadêmica que versa sobre esta confusão, o período histórico brasileiro mais marcante é com certeza a ditadura militar, período em que se popularizou o uso do termo “inimigo interno” para tratar dos grupos políticos que se insurgiam contra a ditadura civil-militar, eternizado como “marco da celebração da brutalidade policial” (FLAUZINA, Op. Cit. p. 81). Diante deste quadro acadêmico, Flauzina frisa que as técnicas de repressão e tortura utilizadas pelas agências executivas militares têm raízes em práticas amplamente utilizadas outrora contra a população negra, escravizada ou liberta.

Importa trazer estas reflexões, porque se a percepção da “gradual incapacidade do modelo policial existente de ajustar-se às demandas da transição democrática” (BEATO FILHO e RIBEIRO, 2016, p. 178) figura como um dos problemas fundamentais da discussão nacional sobre polícia e segurança pública nas últimas décadas, não se pode perder de vista toda a historiografia que revela a tradição autoritária e inquisitorial de segurança desde o séc. XVII. Da mesma forma se afirma o caso do sistema prisional, cujos números e estatísticas especialmente negativas quando se trata da população negra parecem um enigma ao Estado, a meu ver por conta do constante trabalho discursivo de descolamento entre a análise imediatista da realidade de insegurança e a historicidade da instituição prisional no Brasil.

Quando nos deparamos com a histórica negligência estatal sobre as estatísticas criminais, vemos que talvez não seria leviano levantar a suspeita de que há, de fato, um trabalho de impedir investigações e avaliações sobre o sistema penal e de justiça desde seu princípio. Por mais que a responsabilidade legal pelo registro de estatísticas criminais estivesse centrado na figura das repartições mantenedoras da ordem pública, a saber, as Secretarias de Justiça e governos das províncias, desde a década de 1870, o que se observou repetidamente ao longo dos últimos 150 anos foi uma crônica desorganização ou falta de coordenação entre as entidades responsáveis, além da falha na confiabilidade

destes dados, que muito serviram para sustentar discursos político-institucionais de governos autoritários (LIMA, 2005).

A criação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2006, promoveu avanços nesse sentido, reunindo dados de letalidade e promovendo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) como referência para gerar séries históricas mais confiáveis sobre a violência letal no Brasil. Por sinal, um dos documentos técnicos mais recentes disponíveis sobre a intersecção entre racismo e segurança pública no Brasil é a Nota Técnica “Racismo Estrutural e Segurança Pública: Caminhos para a Garantia do Direito às Vidas Negras”, lançada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), justamente no dia 20, de novembro, de 2023¹³. Na nota, é possível observar que a população negra constitui grupo demográfico especialmente vulnerável à violência letal, violência sexual e aprisionamento – sem contar com a persistência da vitimização pelos tipos penais de injúria racial e racismo.

O documento recorre a dados do DataSUS para constatar que, entre 2002 e 2021, 71% de todas as vítimas de assassinato no país eram negras. 67,5% das crianças vítimas de homicídio eram negras, enquanto 85,1% dos(as) adolescentes vítimas da violência letal eram negros(as). Em 2022, pessoas negras representaram 83,1% das vítimas letais de intervenções policiais e constituíam 67,3% dos policiais assassinados, e ainda foram 56,8% das vítimas de estupro. Além desta coleção de indicadores negativos, o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁴, demonstrou que o número de casos de injúria racial aumentou em 29,9%, de 2021 para 2022, assim como o número de casos de racismo aumentou em 35% no mesmo período. Há alguns anos está claro que a população negra é especialmente vulnerável à violência no Brasil, mas, como se não bastasse a vitimização desigual, esta população também é alvo prioritário do sistema prisional, constituindo 68% de sua população¹⁵. Argumenta-se, conseqüentemente, a sobrerrepresentação desta população no sistema carcerário como problema social a ser enfrentado, tendo em vista que a população brasileira é composta por aproximadamente 56% de pessoas negras.

¹³ Nota Técnica disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/racismo-estrutural-e-seguranca-publica/

¹⁴ FBSP. **17º Anuário brasileiro de segurança pública**, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/17-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/

¹⁵ Na série histórica organizada desde pelo FBSP desde 2005, a população negra nunca deixou de ser maioria no sistema prisional. Em 2005, pessoas negras representavam 58,4% da população carcerária e, em 2022, a sobrerrepresentação desta população no sistema carcerário alcançou seu maior patamar histórico. Mais informações em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>

Como vimos, “as demandas por ferocidade penal e a seletividade da clientela do sistema penal são permanências históricas” (ZAFFARONI, Op. Cit. p. 39), que caminham no sentido oposto ao enfrentamento desta sobre-representação, uma situação bem ilustrada pelos números de nosso sistema prisional. Em 1990, a população prisional brasileira mal passava de 90 mil pessoas (BORGES, 2019); em 2022, esta população ultrapassou a marca de 832 mil pessoas privadas de liberdade, de acordo com o FBSP (2023). Neste ínterim, o fenômeno que se destaca é a decisão por criminalizar a produção, comércio e uso indevido de entorpecentes, culminando na chamada “Guerra às Drogas”. O salto abrupto nos números da população carcerária desde 2006, ano de publicação da Lei nº 11.343, conhecida como “Lei de Drogas”, permitiu notar o aumento de mais de 300 mil pessoas nos 10 anos posteriores à legislação. Por sinal, 40% das unidades prisionais funcionam a menos de 10 anos (Ibid. p. 22). Trata-se do que o debate técnico nacional e internacional intitula como “encarceramento em massa” ou “superencarceramento”.

Michel Misse (2007) forneceu explicação detalhada sobre as dinâmicas de criminalização e a desigualdade no “interesse criminalizador” para diferentes mercados ilegais, a partir do caso do Rio de Janeiro (MISSE, 2007). A pena para a venda ou porte de entorpecentes vem aumentando desde 1940, sendo desde então considerada crime contra a incolumidade pública. Misse alega que foi exatamente a opção penal e o especial interesse pelo mercado ilegal de drogas um dos fatores a contribuir para o crescimento deste mercado, por torná-lo mais arriscado e mais lucrativo, de maneira a corroborar uma violenta transição nos “investimentos criminais”. Logo, os recorrentes aprisionamentos da população criminal adulta promoveu a transição de investimentos criminais entre jovens em conflito com a lei (Ibid., p. 149). Percebe-se que a criminalização apresenta aspecto de retroalimentação dos mercados ilegais e contribuiu com o cenário de superencarceramento enfrentado pelo país.

Os resultados desastrosos do combate ao crime organizado e tráfico de drogas criminalizam ainda relações sociais em territórios “periféricos” inteiros, onde as forças de segurança agem de maneira mais ostensiva, [...] Esse modelo de combate ignora completamente a existência em igual incidência quanto ao uso e à constituição de outras formas de organização do tráfico de drogas nas demais camadas sociais, com privilégios de mercado seguro para pessoas brancas e de classes altas neste circuito (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2018 apud CARIRANHA *et al*, 2023).

Após todo este enredo, levanta-se a presunção de que, as alternativas de privatização da punição (e da segurança pública em geral) assemelham-se evidentemente

às alternativas conservadoras do sistema escravista, repetidamente deliberadas ao longo da história nacional. O que está no horizonte desta política penal é o retorno das tentativas de exploração abusiva do trabalho (compulsório), a fabricação da reincidência, como alertava Misse sobre a sujeição criminal, pela reprodução do sistema de extermínio da população negra.

Deste acúmulo surge o questionamento sobre o que impede que a situação social de pessoas negras, em especial jovens negros, perante as violências e omissões do Estado, seja considerada genocídio ou uma série de crimes contra a humanidade; se a doutrina, em muito determinada pela legislação internacional, não abre espaço para essa discussão, o que impede que o Brasil autonomamente reconheça a situação da juventude negra como verdadeiro contexto de ataques sistemáticos e generalizados aos mais diversos âmbitos da vida deste grupo? Enquanto não há uma intervenção nesta máquina de moer gente, mais jovens aprendem a ser sobreviventes, em vez de cidadãos.

A compreensão da violência estatal contra a população negra, em particular contra a juventude negra, como um genocídio lança luz sobre a necessidade de reivindicar esse conceito como uma forma de abrir caminhos jurídicos e políticos de intervenção. No entanto, para entender plenamente essa dinâmica complexa, é essencial considerar a interseccionalidade como uma lente analítica fundamental, pois a colonialidade do gênero e suas consequências foram cruciais para compreender não só como as mulheres negras foram subjugadas de maneiras únicas durante a era colonial, mas como os processos de assujeitamento ainda carregam ranços escravocratas que podem ter dificuldade de penetrar os corpos pelo dispositivo do racismo como via principal, ao menos na medida como já ocorreu em outros tempos, mas também o faz pelo dispositivos da sexualidade. A violência física e psicológica infligida sobre seus corpos não só reflete a exploração econômica, mas também serve como uma forma de controle e dominação. E para a compreensão das consequências deste argumento, precisamos nos afastar das análises de tipos ideais de opressão para entender as nuances da experiência multifacetada. Dedico então um momento para discutir a pertinência da interseccionalidade como ferramenta analítica e preocupação metodológica.

3.2. Interseccionalidade: mais que uma ferramenta.

A escravização de diversos povos apresentou importante ponto de diferenciação entre sexo e gênero. Ponto este, que fora percebido pela filósofa Maria Lugones, que declara: “a consequência semântica da colonialidade do gênero é que mulher colonizada

é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014. p. 939). Na condição de colonizadas, mulheres negras não possuíam as mesmas inscrições corporais construindo gênero em relação a mulheres não colonizadas, porque a disciplina sob seus corpos não era voltada à adaptação aos rumos capitalistas da sociedade. Operavam ali verdadeiras tecnologias de destruição, massacre e terror (os regimes de trabalho escravo incluídos) para permitir os saques coloniais e para servir de laboratório para os avanços tecnológicos que permitiram a industrialização das metrópoles (MBEMBE, 2016).

Neste sentido, tratar de masculinidades negras significará entender o lugar específico que homens negros ocupavam em dinâmicas sociais que partiam de um paradigma universalizante, mas serviam na prática às demandas do Estado colonial. Foi com o intuito de quebrar “neutralidades científicas” e impactar o campo dos estudos de gênero, principalmente colombianos, que Mara Viveros Vigoya buscou contribuições de epistemologias feministas, resgatando o conceito de *conhecimento situado* de Collins, para “propor formas de atuação [e de pesquisa] ancoradas nas práticas e experiências sociais [de homens negros] capazes de integrar a complexidade criada pela imbricação das opressões sociais” (VIGOYA, 2018. pp. 30-31). Vigoya percebeu a necessidade de intervir no campo dos estudos de gênero para destacar o impacto da raça nas masculinidades nossamericanas e se destacou como referência na discussão da pertinência da interseccionalidade e das masculinidades hegemônicas (PAMPLONA e BARROS, 2021).

Pensar masculinidades seria fundamentalmente um exercício interseccional, com vistas a fugir de análises unicategoriais (CONRADO e RIBEIRO, 2017), sendo a interseccionalidade um instrumento analítico paradigmático que permite ampliar os tipos de registro, conferindo-lhes significado sociológico com base em seus potenciais cognitivos e experiências vivenciais, evitando recair em tipos fundamentais de opressão (COLLINS, 2009 [2000]).

A interseccionalidade como ferramenta analítica, que foi introduzida pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 e posteriormente desenvolvida em 1991, tem suas raízes no pensamento e nas demandas do feminismo negro nos Estados Unidos (AKOTIRENE, 2019). O conceito surge da necessidade de abordar a marginalização das mulheres negras e suas experiências como contribuições epistemológicas, tanto para as teorias feministas quanto para os movimentos políticos antirracistas. A professora de Direito explica:

Estes problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente incluindo mulheres negras numa estrutura analítica já estabelecida. Como a experiência interseccional é maior que a soma de racismo e sexismo, qualquer análise que não considere interseccionalidade não consegue alcançar suficientemente a maneira particular na qual as mulheres negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista aceitem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o quadro teórico que tem sido usado de base para traduzir “experiências das mulheres” ou “experiência negra” para demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado (CRENSHAW, 1989, p. 141).

Podemos perceber a ênfase em não conceber a interseccionalidade como uma simples combinação de sistemas de opressão independentes. Podemos ir além dessa concepção e buscar compreender, por exemplo, como a interação entre diferentes eixos de opressão em um contexto específico pode transformar esses eixos em formas distintas e específicas (PEREIRA, 2021). Considerar a interseccionalidade como uma preocupação metodológica implica observar não apenas a soma de grupos oprimidos, mas também as relações interseccionais que surgem em um determinado contexto, comparando-as com os principais efeitos esperados dos sistemas de opressão tradicionalmente estudados (CHOO e FERREE, 2010).

Vamos tomar como exemplo um estudo empírico da sociologia da violência, a etnografia escrita por Fátima Cecchetto, Jacqueline Muniz e Rodrigo Monteiro, intitulada “Envolvido(a)-com o crime: tramas e manobras de controle, vigilância e punição” (2020). O artigo propõe problematizar a categoria “envolvido-com o crime” para entender seus efeitos nas juventudes periféricas e a distribuição de “terapias punitivas” ou “resgate social” (CECCHETTO et al, 2020). O artigo é originado do questionamento da expressão “envolvido” ou “envolvimento”, que os autores acreditam ser capaz de gerar nexos causais legitimadores de práticas de vigilância e punição e até “criminalizar toda e qualquer interação [...] em qualquer dimensão social” (ibid., p. 110).

O primeiro ponto do texto “hipervigilância, supercontrole” mobiliza o ferramental foucaultiano sobre vigilância, mas demonstra sobretudo como a população pesquisada, jovens negros moradores do Morro do Fallet (RJ) percebem a vigilância sobre eles, que é inclusive fortemente direcionada ao ato de fala. Neste caso, a fala se torna recurso estratégico e negociado, numa espécie de “economia política do ser”, ficar ou estar envolvido. Nesta economia, jovens “manobram os significados expressos nos acionamentos da categoria envolvido-com” (ibid. p. 121).

O que está ocorrendo aqui é uma sugestão de impossibilidade de formação de um sujeito genuíno por parte dos jovens pesquisados, porque estes estão sempre pressionados a mobilizar práticas de escape da vigilância, que por sua vez seria um instrumento dos

processos de assujeitamento de uma estrutura de dominação estabelecida – nos termos foucaultianos do próprio texto. A economia do ser é uma reação à vigilância e novamente o perfil desses garotos (jovens negros e pobres) não tem papel explicativo algum. Na realidade desses garotos, eles parecem não pertencer a nenhum grupo, apenas sobreviver à vigilância de todos. Quando os autores sugerem que “parece que lá, na favela, não se pode ser jovem, mas tão somente um trabalhador pobre e esforçado” (Ibid., p. 109), dão a entender que este é o resultado dos processos de assujeitamento impostos aos jovens, sem lembrar que, anteriormente no texto, o tropo do trabalhador pobre e esforçado entre os jovens entrevistados é apontado como apenas mais uma performance para lidar com as forças policiais no morro. O que essa argumentação tenta alcançar, com contradições, é a noção de que existe um sujeito constrangido pela sociedade, um superego recalcado pelas inscrições de poder, e que estas inscrições, ensejadas pela dominação e opressão, se fossem dirimidas por forças igualitárias (representadas num antirracismo, libertação de classe, gênero etc.) permitiriam uma existência dotada de justa liberdade.

O que não se percebe, porém, é que os atravessamentos estruturais na existência de jovens negros (raça, classe e gênero) foram originados não só de todo um substrato geográfico, afetivo, cultural e político (COLLINS, 2022), que está colocado de lado pela tentativa de explicações que contrapõem este substrato a um poder soberano, como também das estruturas que os restringem, e não da historicidade na qual as teorias clássicas sobre raça, gênero e classe se baseiam. Portanto, não só a masculinidade desses garotos é construída pela interação com a polícia, com a facção criminosa, com a igreja e com os projetos sociais, com a família etc., como também a historicidade dessa configuração de práticas de gênero está centrada no controle social, no epistemicídio religioso colonial e na tutela senhorial de plantation (CONNELL, 2012) – e a historicidade destas instituições e estratos se reproduzem também a partir da interação com estes jovens e perante sua agência. Isto significa dizer, primeiramente, que a existência de pessoas racializadas nega as expectativas de formações cristalizadas por uma racionalidade unidirecional e ocidental para valorizar pensamentos divergentes, que se afastam de padrões e buscam especificidades. Esse é o resultado do pensar interseccional sob a metáfora da *fronteira* de Gloria Anzaldúa (COLLINS, 2022; ANZALDÚA, 2021).

A existência da “nova mestiza” demanda uma tolerância às contradições e ambiguidades, demonstra uma personalidade plural e age de maneira pluralística, não abandonando a contradição a serviço de um raciocínio dual, mas o fortalecendo e o

transformando em outra coisa, uma nova consciência que é “maior que soma de partes separadas” ou colisão de forças opostas, esta é a consciência mestiça (ANZALDÚA, 2021). Se podemos pensar, como fez Osmundo Pinho, que os estudos da violência, quando a associam às masculinidades de maneira naturalizada, como uma expressão de poder generificada, mascaram-se as relações entre violência e colonialismo, por exemplo, e seu respectivo papel na historicidade das práticas de gênero no Brasil (PINHO, 2005), é porque, como argumentei, simplesmente pensar a categoria masculinidades negras já impõe uma série de regras heurísticas que nos convidam a repensar problemas sociais e a criticar a forma como a intelectualidade lida com eles (COLLINS, 2022).

Faz-se necessário compreender devidamente o que significa a interseccionalidade em seus âmbitos metafórico, heurístico e paradigmático, afirmada enquanto uma teoria social em construção, para operar apropriadamente suas regras heurísticas, que carregam um aparato teórico mais apropriado para lidar com realidades “mestiças”, como a do Brasil. A respeito da incapacidade de se explicar a incidência da clivagem racial nas pesquisas sobre violência, poderíamos questionar, então, se a interseccionalidade compõe as tradições metodológicas desta disciplina.

Um livro já citado, mas de grande importância para a discussão é o de Gloria Anzaldúa, em seu livro “*Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*” (1987), no qual ela explora as experiências de ser uma mulher chicana (descendente de mexicanos nos Estados Unidos) vivendo na fronteira entre duas culturas. Anzaldúa propõe o conceito de “fronteira” como um espaço de interseções e hibridismo cultural, onde diferentes identidades e formas de conhecimento coexistem e se fundem. Ela examina as complexidades e as lutas enfrentadas pelas pessoas que vivem nas margens de identidades culturais, bem como as formas de resistência e empoderamento que surgem dessas experiências.

O livro “*Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*” é um ensaio autobiográfico da escritora e ativista feminista Gloria Anzaldúa, originalmente publicado em 1987. A obra é considerada uma das mais importantes da teoria interseccional e busca entender a interação entre diferentes formas de opressão, como raça, gênero, sexualidade e classe social. A autora desenvolve uma crítica à imposição de identidades fixas e monolíticas, e defende a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas camadas de identidade e subjetividade presentes na experiência das pessoas que habitam a fronteira. Anzaldúa analisa especificamente a opressão e a discriminação que afetam as comunidades latinas e indígenas, e argumenta que a luta contra essas formas de opressão deve estar ancorada

em uma perspectiva crítica e desafiadora da cultura hegemônica. A autora valoriza as práticas de resistência cultural e política dessas comunidades, e defende a importância da construção de espaços de solidariedade e colaboração entre diferentes grupos sociais.

O livro é dividido em várias seções e inclui poesia, ensaios e reflexões pessoais de Anzaldúa sobre temas como a língua, a fronteira, a sexualidade e a espiritualidade. A obra é considerada uma inspiração para muitas feministas e ativistas políticas, e ajudou a estabelecer a interseccionalidade como uma perspectiva importante na teoria social e nos estudos feministas.

Anzaldúa, que era uma *chicana* (pessoa de origem mexicana nascida nos Estados Unidos), descreve em seu livro a experiência de viver na fronteira entre duas culturas e identidades, e como isso a influenciou na construção de uma nova identidade *mestiza*, que mistura elementos de várias culturas. Ela argumenta que essa identidade é uma forma de resistência à opressão e ao racismo. Anzaldúa fala sobre o uso de metáforas como forma de desafiar as normas e limites estabelecidos pela sociedade e pela linguagem. Para ela, as metáforas são uma ferramenta poderosa para a criação de novas formas de pensamento e de expressão, permitindo que as pessoas possam transcender as categorias impostas pelas estruturas sociais e culturais. Ela afirma que, ao utilizar novas metáforas e formas de expressão, as pessoas podem criar identidades e subverter as categorias e normas que as mantêm marginalizadas.

Além disso, Anzaldúa fala sobre a importância de criar uma linguagem inclusiva e não-binária, que reflita a diversidade e a complexidade das experiências humanas. Ela argumenta que a linguagem é uma ferramenta poderosa para a construção da realidade, e que a criação de novas metáforas e formas de expressão pode contribuir para a transformação da sociedade e para a construção de uma cultura mais inclusiva e igualitária.

La mestiza é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro. O encontro de duas estruturas referenciais consistentes, mas geralmente incompatíveis, provoca um choque e uma colisão cultural. Dentro da cultura chicana, acabamos nos deparando com crenças profundamente arraigadas da cultura branca atacando profundamente crenças da cultura mexicana. O trabalho da consciência mestiça, basicamente teria como dever dismantelar a dualidade sujeito-objeto que a mantém prisioneira. O "contra posicionamento" refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, portanto, é orgulhosamente desafiador. Ao criar um *mythos*, ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, *la mestiza* cria uma consciência.

A resposta para o problema entre a raça branca e a negra, entre homens e mulheres, estaria em sanar a divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas e nossos pensamentos. A Extirpar massivamente qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva, isso representa o início de uma longa luta, que pode acabar com o estupro, a violência e a guerra.

A autora menciona o pai, afirmando que ser viril significava ser forte o suficiente para proteger e sustentar tanto Glória, como também sua mãe, e, nisso, ainda era capaz de demonstrar amor. Ela faz uma comparação com o homem de hoje, e como ele tem dúvidas sobre sua capacidade de alimentar e proteger sua família. O machismo seria então uma adaptação à opressão, à pobreza e à baixa autoestima, deixando claro que homens também sofrem com a questão de gênero. A perda do senso de dignidade e respeito no homem gera um falso machismo que o leva a diminuir as mulheres e até outros homens que não condizem com uma figura exemplar do masculino, gerando um ciclo de violência interminável.

Neste livro, a autora efetiva um exercício singular de analisar uma realidade social (a vida na fronteira) e demonstrar a interseccionalidade desta realidade que resulta em uma nova consciência (*La mestiza*), que não é uma mulher que é mestiça apenas, mas uma realidade específica, que não vê nas contradições desafios, mas sim pontos de partida, carregando todas estas contradições ensejadas pelo interim metafísico e prático que pressupõe consciência política ao elencar práticas transformadoras. Daí podemos questionar se as masculinidades negras em sua construção não têm lugar igualmente singular na existência de homens negros em países de tradição colonial.

Tal questionamento demanda uma pesquisa dedicada exclusivamente a ele, mas se a interseccionalidade não compõe tradições metodológicas da sociologia da violência, poderíamos inferir antecipadamente que a sociologia da violência, tal como hoje está configurada no Brasil, não é capaz de lidar com a específica situação violenta das masculinidades negras, e este seria, a meu ver, o desafio imediato deste campo disciplinar. Acredito que, a partir deste desafio, seria possível estender a discussão para, por exemplo, os conceitos de “genocídio antinegro”, de Abdias do Nascimento, ou de “Necropolítica”, de Achille Mbembe, com vistas a compreender em que medida estes conceitos são pertinentes para analisar a realidade violenta no Brasil, uma vez que ambos demandam um percurso epistemológico que, como pretendo demonstrar, pode ser operado pela adesão à interseccionalidade como teoria social crítica e ferramenta metodológica.

Considerados os dois principais pontos de discussão que promovem essa virada epistemológica, estamos preparados para olhar o objeto de pesquisa sob outra perspectiva. Antes, é preciso explicar quais foram os passos tomados e relatar a condução/operacionalização da pesquisa. Logo em seguida, analisaremos os resultados do levantamento e seus metadados bibliométricos.

4. Procedimentos de Pesquisa

Dado o ponto de partida teórico apresentado e as diferentes perspectivas levantadas, foi objeto de pesquisa a produção científica brasileira sobre o tema “masculinidades negras”, mais especificamente a produção científica de ponta (ou de alta performance), representada por artigos científicos publicados em revistas ranqueadas no sistema de qualificação de periódicos da CAPES, o Qualis Periódicos, na Plataforma Sucupira. O *corpus* de artigos foi delimitado pela qualidade das revistas, conferida a preferência àquelas com conceito Qualis A1, A2, A3 e A4, de acordo com a última forma de avaliação de periódicos do quadriênio de 2017 a 2020. Ainda foram levados em consideração textos relevantes e pertinentes que tragam representações de masculinidades negras, de forma multidisciplinar, com contribuições de autores negros, pensadores das relações raciais e do racismo, da violência e das masculinidades em sentido mais amplo.

A realização do levantamento de textos partiu de uma busca preliminar na Plataforma Scielo, que ofereceu cerca de 25 artigos científicos, supostamente ligados diretamente ao tema desta pesquisa. Foram selecionadas as palavras-chave: “masculinidades”; “masculinidades negras”; “masculinidade AND raça”. Posteriormente, foi utilizado software de raspagem de dados acadêmicos, o *Harzing 's Publish or Perish*, que revelou número exorbitante de textos supostamente pertinentes, usando apenas a palavra-chave “masculinidades negras”. A diferença entre os dois resultados é produzida por uma série de fatores característicos de cada ferramenta ou plataforma, o que será tratado posteriormente.

A princípio, a condução da pesquisa seguiria as etapas de uma pesquisa bibliográfica comum, na qual o acervo inicial de títulos, resumos, resenhas, referências bibliográficas etc., indicam fontes posteriores para consulta; então é realizada uma pré-leitura para a primeira seleção dos textos pertinentes; uma leitura seletiva separa, dentre o conteúdo pertinente, o conteúdo efetivamente citado no trabalho e; por fim, a leitura crítica do conteúdo utilizado levaria à discussão proposta neste projeto (ANDRADE, 2010).

O objetivo deste procedimento de pesquisa é alcançar um estado da arte dos estudos sobre o tema “masculinidades negras” no Brasil, para mapear e discutir sua produção acadêmica, que se apresenta em diferentes campos do conhecimento (FERREIRA, 2002), unindo esforços numa pesquisa bibliométrica, que agrega compilação e análise de dados quantitativos concernentes a produção científica em questão, como volume de produção por regiões, ano, gênero e raça; incidência do tema por área ou departamento de pesquisa; principais categorias e marcos teóricos; principais autores e pesquisadores entre outros dados que possam surgir durante a análise dos resultados (SOARES *et al.*, 2018).

Figura 1: área de trabalho do aplicativo PoP 8.

Cites	Per year	Rank	Authors	Title	Year	Publication	Publisher	Type
32	3,67	1	AJM Ribeiro, DM...	Negro tema, negro vida, negro dia: estudos sobre...	2017	Revista Transversos	periodicos.ufrbr.br	PDF
7	3,96	2	O Santos	Cenas feminas em um gênero masculinizado negro...	2018		periodicos.ufrbr.br	PDF
5	1,23	3	O Pinho, RM de S...	Subjetividade, Cultura e Poder: Políticas Masculi...	2019	Cadernos de gênero e di...	periodicos.ufrbr.br	PDF
7	1,75	4	JA Custódio	Pre-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculi...	2019	Diálogos contemporâneos...	openaccess.ufrbr	PDF
1	0,50	5	RD Dos Santos	Masculinidades negras no cinema nacional	2021		genecoceducacao.org.br	PDF
8	1,00	6	AJM Ribeiro	Homem negro, Negro homem para discutir masculi...	2015	São Paulo	genecoceducacao.org.br	PDF
0	0,00	7	CC Juppert	Representação de br masculinidades negras	2020	academia.edu		PDF
1	1,00	8	DR Jandrei	HP-HP Beato: Refletindo masculinidades negras po...	2022	Revista Brasileira de Estud...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
2	0,50	9	JÁ Oliveira	Masculinidades Negras no Livro Didático de Língua P...	2019	Cadernos de Gênero e Di...	academia.edu	PDF
3	0,75	10	GJR Junior	Sobre o corpo racializado em campos masculiniza...	2019	Revista de ABPP-V	periodicos.ufrbr.br	PDF
3	0,50	11	ECB Oliveira	Do gênero às mídias: o rap do Distrito Federal e su...	2017	Humanidades & Inovação	periodicos.ufrbr.br	PDF
5	1,67	12	M Ribeiro	'EU DECIDO SE CÉ VÃO LIDAR COM KING OU SE VÃO...	2020	Universidade UFRN		PDF
0	0,00	13	B Siagham	Vida que no cinema vive: articulações entre aha...	2020		periodicoscientificos.ufm...	PDF
3	0,50	14	LP de Almeida	Cegos olgônicos e masculinidades negras: Uma lei...	2017	Revista Latino-Americ...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	15	L de Mesquita Silv...	Masculinidades negras no espaço	2021	Letras de...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	16	LM DE ABALUJO	Masculinidades Negras: Nove Debates	2022		periodicoscientificos.ufm...	PDF
2	0,67	17	MAC Macak	Mulheres escritoras e relacionamentos afetivos: pa...	2020	Em Tempo de Histórias	periodicoscientificos.ufm...	PDF
1	0,25	18	ADJ Pereira, HE et...	Patrimônio e Masculinidades Negras Contemporâneas	2019	Cadernos de Gênero e Di...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
1	0,33	19	PHF Viana	Onix está o homem negro na publicidade? Masculi...	2020	Contemporânea: Revista	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	20	PB LINS	Memória e dever de memória: nas relações entre mas...	2020	Orientadora: Estória Co...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
2	0,67	21	MFCB Ribeiro	Masculinidades negras em disputa: Identificando na...	2020	Revista Periodicos	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	22	PM da Silva Junior...	Atenção! Homens trabalhando com o olhar sobre mas...	2023	O Social em Questão	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	23	B Siagham	Vida que não merece viver: articulações sobre aban...	2020	CS	periodicoscientificos.ufm...	HTML
0	0,00	24	IC de Feresca	'A mulher que desliga no corpo': uma leitura de...	2023	Cadern	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	25	N de Freitas Silva	Inteções do e no masculino: Subalternização e vól...	2022	Revista Brasileira de Estud...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	26	ME Bessa	Enter' amôis': representações de masculinidades ne...	2021		periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	27	O Torres, L. Chavri...	O Frasco nas Masculinidades Negras: Das águas da A...	2022	Revista Brasileira de ...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
1	0,25	28	D Dos Santos	Problemas de gênero dos homens negros masculin...	2019	da Associação Brasile...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	29	RMS Oliveira	Contribuições Teóricas para uma Abordagem Sociol...	2022		periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	30	CS Rodrigues	Masculinidades negras: representações de mas...	2018		periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	31	PM da Silva Junior	Masculinidades negras em disputa: Um olhar sob ma...	2022	Revista Brasileira de Estud...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	32	RCP Oliveira	Descolonizando masculinidades negras: Um olhar so...	2022	periodicoscientificos.ufm...	periodicoscientificos.ufm...	PDF
1	0,25	33	JJ Schuda	Masculinidades negras em trânsito: os homens no gr...	2019		periodicoscientificos.ufm...	PDF
0	0,00	34	RF Lei	Masculinidades negras e mercado de trabalho no Rio...	2020		periodicoscientificos.ufm...	PDF

Fonte: elaboração própria, 2023.

Como foi adiantado, optou-se por utilizar a assistência de software para o levantamento bibliográfico, utilizando-se da ferramenta *Harzing 's Publish or Perish 8*, que farei referência, a partir deste momento, por sua sigla PoP 8. Antes de passar aos resultados do levantamento e da raspagem, vale uma breve explicação de como a ferramenta funciona.

O software PoP8 realiza raspagens de dados de páginas da web, de forma especializada para o meio acadêmico. Ou seja, é um robô treinado para ler certos portais, plataformas e agregadores do meio científico – mais especificamente as plataformas Crossref, Google Acadêmico, PubMed, OpenAlex, Scopus, Semantic Scholar e Web of Science (WoS) – e deles extrair informações disponíveis *online* em grandes volume e velocidade, e com organização inteligível e eficiente. A busca do software permite escolher alguns moldes de buscadores, como os nomes de autores, afiliações acadêmicas

e institucionais, títulos de periódicos, palavras-chave e código ISSN. Nele é possível aplicar previamente o filtro por ano de publicação e utilizar operadores booleanos.

Numa busca por palavras-chave pertinentes a esta pesquisa, a ferramenta seleciona textos que apresentam, dentre suas palavras-chave, o termo “masculinidades negras” e os ranqueia por relevância. A relevância é determinada, primeiramente, pelo “índice h” dos textos e respectivos autores. O índice h constitui métrica que discerne a relevância de um pesquisador a partir da produtividade *versus* impacto de seus artigos. Nesta forma de medição, o índice registra a diferença entre número de artigos e número de citações de cada artigo, de forma que, se um dos textos levantados apresentar índice h igual a 20, significa que o autor possui aproximadamente 20 publicações registradas na plataforma escolhida e cada uma destas publicações possui, no mínimo, 20 citações.

Juntamente com o índice h, o número de citações também contribui com medição de relevância feita pelo *software*. Contudo, considerado o índice h da publicação, o extrato que é disponibilizado pela ferramenta ao operar uma busca de textos apresenta três colunas iniciais relacionadas às citações: o número total de citações; a média de citações por ano e o ranque de relevância. Importa diferir estas informações, porque, como veremos, nem sempre o trabalho com mais citações é o mais relevante para o tema; nem sempre o texto com mais citações é o que possui maior índice h ou média de citações por ano etc. Como trata-se de um software de raspagem de dados, também importa o nível de correspondência entre certa página da web e o comando informado ao software. Quando uma página de um artigo disponibiliza o texto em sua íntegra sem a necessidade de fazer o *download* do arquivo, a aferição dessa correspondência torna-se mais precisa, e o contrário também é verdadeiro, uma vez que, por exemplo, na ausência de um campo na página da web que designe especificamente as palavras-chave, o *software* considerará outros elementos presentes na página. Por isso a raspagem acaba por trazer textos que não dispunham do termo “masculinidades negras” em suas palavras-chave, mas elementos da página da web relacionada ao texto mencionavam o termo buscado.

A título de exemplo, o livro “Lugar de Fala” (2019), de Djamila Ribeiro, não elenca o termo “masculinidades negras” como uma de suas palavras-chave, mas chega a mencionar o termo em algumas passagens. O livro é amplamente citado, com atuais 3.823 citações e uma média de 955,75 citações por ano. Mesmo assim, o livro está ranqueado em 362º lugar de relevância, em relação ao termo “masculinidades negras”. O texto ranqueado em primeiro lugar de relevância é o artigo “Negro Tema, Negro Vida, Negro Drama: Estudos Sobre Masculinidades Negras Na Diáspora”, de Alan Augusto Moraes

Ribeiro e Deivison Mendes Faustino (2017). O trabalho foi publicado na revista *Transversos* (UERJ), que foi ranqueada pela CAPES como Qualis A4, tanto na área de história, sua principal área de conhecimento, quanto para a área de sociologia, que baliza esta pesquisa. O artigo possui apenas 21 citações e uma média 3,5 citações por ano, mas após serem combinados os outros fatores, como a alta correspondência textual com a palavra buscada, alta ocorrência de co-citações entre este trabalho e outros trabalhos também presentes no mesmo levantamento, ocorrência de outros textos destes autores no mesmo levantamento, até mesmo o índice h (20) atrelado ao texto, nota-se que este trabalho é um verdadeiro *cluster* neste tema de pesquisa.

Em relação ao levantamento bibliográfico como um todo, a busca assistida pelo software Pop8 trouxe, da plataforma Google Acadêmico, 685 textos, e da plataforma Scopus (com textos apenas em inglês) 200 textos. Os resultados brutos desta busca foram atualizados até o dia 26 de junho de 2023, portanto textos posteriores a esta data não entrarão no escopo desta pesquisa. Em uma verificação nova, realizada no dia 20 de dezembro deste mesmo ano, revelou-se o acréscimo de 16 novas publicações, totalizando 701 produções que, novamente, não entrarão no escopo desta pesquisa e por isso não se tem certeza se estes são 16 novos artigos científicos ou trabalhos de outras categorias.

Nesse sentido, o primeiro filtro aplicado ao levantamento inicial (de 685 produções) para a seleção de produções pertinentes foi o tipo de produção: artigo científico. Para isso, extrai-se os resultados gerados pela ferramenta e os organiza em uma planilha, com mais categorias possíveis de se aferir dos textos eletronicamente levantados. O extrato da ferramenta já informa o número de citações, o título do trabalho, os autores e coautores, o ano de publicação, o portal onde está hospedada a revista¹⁶, o endereço eletrônico (URL) acessado (e raspado) pela ferramenta, o endereço eletrônico de referência do portal Google Acadêmico, o ranqueamento dos textos de acordo com o Google Acadêmico, o resumo da publicação e demais métricas já citadas.

Sobre as exclusões de publicações que não fossem artigos científicos, foram excluídos 18 livros. Outro grupo significativo é constituído pelo que se chama de literatura cinzenta (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000), que compreende monografias, dissertações, teses, trabalhos apresentados em congressos e eventos em

¹⁶ Lembrando que o artigo pode ser encontrado em diversos portais de indexação de artigos e periódicos concomitantemente. Então, um artigo que foi retirado de uma revista hospedada no portal Scielo Brasil, também pode ser encontrado no portal Academia.edu ou no portal Journals Open Edition. O que define qual portal será mencionado pela plataforma é a ordem de precedência que cada endereço eletrônico terá no Portal Google Acadêmico, o qual foi escolhido para fazer este levantamento.

geral – muito comumente registrados na plataforma academia.edu, a qual o Google Acadêmico também recorre – e citações que não levam a textos indexados¹⁷. Nesta etapa, pelo menos 257 artigos foram descartados por fazerem parte do grupo de literatura cinzenta. Foram levantados alguns textos em espanhol, mas em número não considerável para fomentar alguma análise sobre a produção latino-americana sobre o tema.

A segunda etapa determina a seleção dos artigos mais bem ranqueados pelo sistema CAPES Qualis no quadriênio 2017-2020. Naquele momento, o *corpus* de textos era formado por 410 resultados, mas com o filtro de ranqueamento que selecionou apenas publicações em revistas ranqueadas como A1 à A4, esse número foi reduzido a 93 artigos. Ou seja, 317 publicações estão em revista de Qualis B1 ou inferior, ou até mesmo em revistas não ranqueadas, formando o grupo com mais publicações. Inclusive, dentre estas, apenas 21 publicações estão em revistas ranqueadas nos níveis B1 a B3. As estantes estão em revistas não ranqueadas e demais portais.

Selecionados os 93 artigos, ainda cabe uma nova revisão, com maior minúcia, em busca de erros que passaram tanto por uma observação mais superficial, quanto pela análise do software. Esta revisão identificou 36 publicações que ainda deveriam ser descartadas, por se tratarem de publicações repetidas, em outro idioma (e sobre outra realidade), resenhas de livros, apresentações de dossiê, ou revistas fora do nível desejado. Aos 57 artigos selecionados, resta aplicar o filtro de hierarquização de leitura. Vale notar que este seletivo grupo de artigos representam apenas 8,3% do primeiro grupo resultado do levantamento do PoP 8, ou seja, apenas 8,3% dos artigos levantados, figuram entre aqueles considerados de alta qualidade científica/acadêmica, pelo menos nos padrões CAPES (OLIVEIRA *et al*, 2015).

Uma breve observação dos 93 artigos filtrados adianta que não se constitui necessidade de um recorte temporal delimitado. O texto mais antigo deste seletivo grupo é de 2013. O texto “Sociologia das Masculinidades e Educação: da Superação do Binarismo de Gênero à Investigação das Masculinidades Negras”, de autoria da pesquisadora Rosemeire dos Santos Brito (UFES), foi um dos artigos publicados no dossiê “Trabalho e Gênero – Uma Homenagem à Cristina Bruschini”, da revista Gênero (UFF) e foi o único

¹⁷ Durante o uso da ferramenta, observa-se a ocorrência de erros relacionados à forma como ela classifica os textos. A ferramenta, num exercício treinado por programadores e usuários, se “acostuma” com um certo padrão de organização das informações nas páginas da web, o que muitas vezes leva o software a registrar informações em campos errados. Foi o que ocorreu algumas vezes com a informação do tipo de publicação. O que às vezes aparecia como artigo, também poderia aparecer como PDF, indicando um erro de categorização. Portanto, tive que abrir as publicações individualmente e verificar se o endereço eletrônico estava ligado à uma revista ou a um repositório universitário ou livraria.

a tratar propriamente de masculinidades negras naquele dossiê. A partir de 2013, temos 11 anos de produção científica que foi discriminada não pelo recorte temporal, mas pelo critério de qualidade e ranqueamento.

A hierarquização de leitura consiste na aplicação de uma espécie de questionário com as seguintes perguntas: I) o título do artigo indica o tema “masculinidades negras”?; II) o resumo do artigo trata do tema “masculinidades negras”?; III) masculinidades negras são objeto de pesquisa do artigo?; IV) o problema de pesquisa está relacionado a masculinidades negras?; V) qual é a definição de masculinidades negras trazida pelo artigo?; VI) quais foram as técnicas de pesquisa empregadas?; VII) Quais são os principais referenciais teóricos trazidos no artigo?

Cada pergunta foi valorada entre 0 e 2 pontos, em que a pontuação zero representa total fuga ao tema pesquisado, e a pontuação 2 representa total pertinência ao tema. As perguntas III e IV são eliminatórias, então, se um artigo tiver apresentado resposta de valor zero a alguma destas perguntas, o texto permanece no levantamento, mas não será lido. Da mesma forma, caso a pontuação geral de um texto seja inferior a 10 pontos, este também não será lido. Nesta etapa, 14 artigos foram colocados na última hierarquia de prioridade, logo, seria dispensada sua leitura, devido à pontuação zero em alguma das perguntas eliminatórias. Por outro lado, 28 artigos atingiram nota máxima no formulário e por isso foram alocados na mais alta hierarquia de leitura. Para maior compreensão dos resultados desta fase, que será citada posteriormente, segue a lista final na íntegra, representada pela tabela a seguir.

Tabela 1 - resultado da hierarquização de leitura

Título	Pontuação na hierarquia	Resultado
Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate.	16	PRIORITÁRIO
Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora.	16	PRIORITÁRIO
“Putaria”: masculinidade, negritude e desejo no pagode baiano.	16	PRIORITÁRIO
Entre sexualidades, masculinidades e raça: contribuições do multi/interculturalismo para a prática pedagógica.	16	PRIORITÁRIO
Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais	14	MUITO RELEVANTE
Adolescentes negros moradores das periferias urbanas do Rio de Janeiro: entre escola, gênero, masculinidades, raça, violência e vivências.	12	RELEVANTE
Sobre o corpo racializado em campo: masculinidades negras e suas implicações para o trabalho de campo antropológico.	14	MUITO RELEVANTE

Questões étnico-raciais em discursos em torno da virilidade masculina negra em contos homoeróticos	12	RELEVANTE
Masculinidades negras em disputa: Autenticidade racial e política de respeitabilidade na representação da homossexualidade negra masculina	16	PRIORITÁRIO
Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18a Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS.	8	IRRELEVANTE
Campainhas, letreiros, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família inter-racial.	12	RELEVANTE
Problemas de gênero dos homens negros masculinidades negras através das perspectivas do pensamento feminista negro e decolonial.	14	MUITO RELEVANTE
Cantos de liberdade: Bluesman e as possibilidades de sentimentos de homens negros//Chants of freedom: Bluesman and the possibilities of feelings of black men.	8	IRRELEVANTE
Os viados de fanfarra e a fechoação regulada: o jogo de gênero e raça no campeonato baiano.	10	POUCO RELEVANTE
O coração vulnerável: a masculinidade negra do sujeito periférico brasileiro cantada pelos Racionais MC 's, em Jesus Choro.	12	RELEVANTE
Ser menino negro: uma análise em livros de literatura infantil.	12	RELEVANTE
Na encruzilhada dos discursos arriei meu ebó de palavras.	16	PRIORITÁRIO
O Problema II – Como é a sensação de ser um problema? A Antropologia Negra Brasileira e a construção de territórios da negritude na academia.	8	IRRELEVANTE
Sociologia Das Masculinidades E Educação: Da Superação Do Binarismo De Gênero À Investigação Das Masculinidades Negras.	16	PRIORITÁRIO
Boy Neon: Um Olhar Histórico Sobre As Novas Representações Das Masculinidades.	16	PRIORITÁRIO
Masculinidades, Racismo E o Desafio De Corpos Negros Na Escola: Narrativas De Homens Negros.	16	PRIORITÁRIO
Masculinidades Racializadas E As “Existências Infernais” De Jovens Homens Negros No Recôncavo Da Bahia.	16	PRIORITÁRIO
Negos Pretos Em Linha De Passe: Uma Leitura Sobre A Taça Das Favelas.	14	MUITO RELEVANTE
A Representação Das Masculinidades No Livro Didático Da Educação De Jovens E Adultos	12	RELEVANTE
Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?": entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades.	10	POUCO RELEVANTE
Relações Que Promovem E Reproduzem A Desigualdade E O Racismo No Brasil.	8	IRRELEVANTE
Masculinidades e corporeidades de meninos negros na perspectiva de uma educação antirracista.	12	RELEVANTE
Os Homens Negros Em Tempos De Pandemia Do Covid-19.	12	RELEVANTE
“Homens?": A Reencenação Da Masculinidade.	2	IRRELEVANTE
Queers Negros E Seus Embates Na Contemporaneidade.	14	MUITO RELEVANTE
Tradição, masculinidades e posições de sujeito: uma etnografia entre homens em Cabinda.	16	PRIORITÁRIO
Masculinidades no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: disputas e polarizações.	12	RELEVANTE
Relações De Gênero, Corpos E Subjetividades Em Contexto De Escravidão.	12	RELEVANTE
Questões raciais na relação antropólogo-interlocutor: raça e pesquisa de campo com pessoas trans em Belém-PA.	10	POUCO RELEVANTE

Atenção!!! Homens trabalhando: um olhar sobre masculinidades negras na pornografia gay hardcore brasileira.	16	PRIORITÁRIO
Construção das masculinidades rurais em Grande sertão: veredas.	16	PRIORITÁRIO
Não há masculinidade no singular, somente no plural: percepções iniciais a partir do ciclo de cinema e diversidade.	10	POUCO RELEVANTE
É preto, é bicha e que depende de ajuda de custo do clube: intersecções da diferença no contexto do esporte.	14	MUITO RELEVANTE
As masculinidades populares são hegemônicas? Notas sobre masculinidades, gênero e poder na Bahia (Feira de Santana).	16	PRIORITÁRIO
Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA.	2	IRRELEVANTE
"Você é uma morena muito bonita": a trajetória textual de um elogio que fere.	2	IRRELEVANTE
Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro.	8	IRRELEVANTE
Considerações antropológicas sobre sexualidades e masculinidades no esporte.	8	IRRELEVANTE
As meninas de hoje em dia: Gênero, geração e (des) afetos em conversas sobre amor e sexo em Cabo Verde.	6	IRRELEVANTE
Gangsta Rap: possibilidades analíticas e tipo social.	10	POUCO RELEVANTE
Cidade straight versus cidade dissidente: a street art como demarcação do lugar em Lisboa.	8	IRRELEVANTE
Campainhas, letreiros, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família inter-racial.	10	POUCO RELEVANTE
Influência do outro na construção do olhar: Cabelo crespo, infância e gênero e raça.	4	IRRELEVANTE
Relações Que Promovem E Reproduzem A Desigualdade E o Racismo No Brasil.	4	IRRELEVANTE
“Se eu fosse branco, você me faria esta pergunta?": o paralelo social da juventude negra nos Estados Unidos e no Brasil por meio do filme ‘Dope’”.	4	IRRELEVANTE
A violência do heterossexismo racializado em James Baldwin e Maya Angelou.	4	IRRELEVANTE
Religião e gênero em espaços plurais	2	IRRELEVANTE
Jéssica, Johnatan E A Branquitude Na Antropologia: Ficções Sobre O Reposicionamento Das Relações Raciais Na Pós-Graduação.	2	IRRELEVANTE
Entrevista: masculinidades.	8	IRRELEVANTE
“Metendo dança”: saberes estético-corpóreos nas músicas do rapper Rincon Sapiência.	8	IRRELEVANTE
Masculinidades plurais	8	IRRELEVANTE

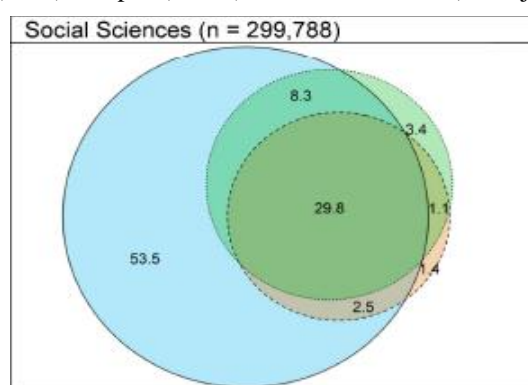
Fonte: elaboração própria, 2023.

A decisão em contentar-se com os resultados oferecidos pelo Google Acadêmico tem como base o artigo “Google Scholar, Web of Science, and Scopus: A systematic comparison of citations in 252 subject categories” (2018), no qual foram metrificados os alcances das principais ferramentas de pesquisa disponíveis na ciência mundial. Percebeu-se que, em termos de amplitude da busca *versus* impacto dos trabalhos

pesquisados, a plataforma Google Acadêmico é a que apresenta maior amplitude, a Web of Science (WOS) é a que apresenta trabalhos de maior impacto e, no caso brasileiro, a plataforma Periódicos Capes é a que congrega melhor ambos os atributos (MARTIN-MARTIN *et al*, 2018).

Para melhor representar o que se perde ao usar apenas a plataforma do Google Acadêmico, a figura 3 dispõe do seguinte gráfico, o qual demonstra que a perda de resultados ao utilizar apenas o Google Acadêmico é irrisória, especialmente na situação específica do objeto de pesquisa deste trabalho, em que apenas 27 artigos já foram citados pelo menos uma vez, desde sua publicação.

Figura 2 - Gráfico de Comparação entre os Achados e Cobertura das Plataformas Google Acadêmico (Azul), Scopus (Verde), e Web of Science (Laranja).



Fonte: MARTIN-MARTIN *et al*, 2018.

Diante dos procedimentos roteirizados, passo agora a expor os achados bibliométricos do levantamento, a fim de fornecer visões e parâmetros sobre a produção científica sobre as masculinidades negras, em seu aspecto quantitativo, para depois ponderar sobre possíveis *insights* e conclusões relacionadas com conteúdo dos textos que protagonizam o seguinte cenário.

5. Resultados

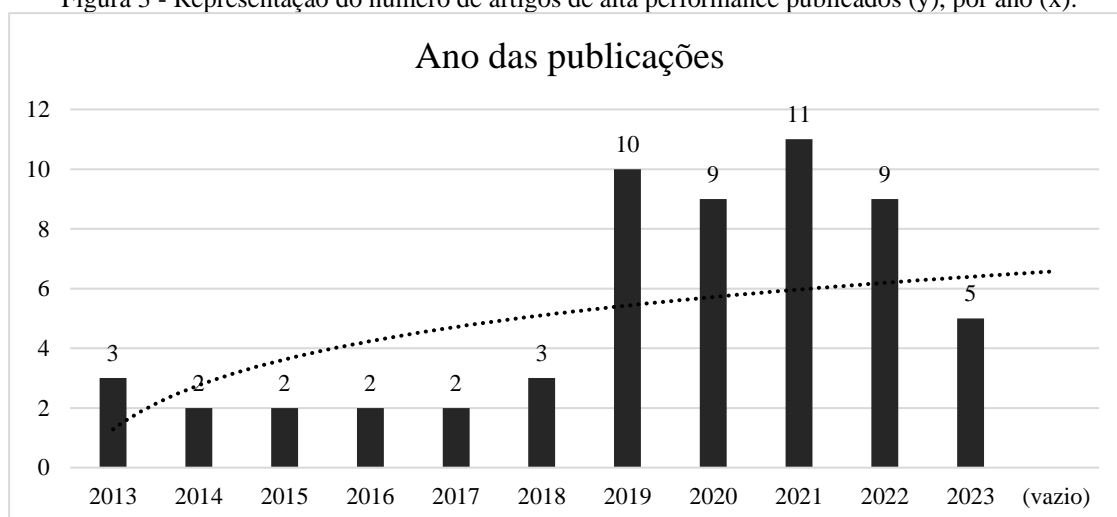
Finalizadas as etapas de levantamento e seleção do *corpus* de artigos científicos de alta performance sobre o tema, passo à exposição de resultados, começando pelos metadados bibliográficos. À medida em que os dados foram coletados e organizados, seus resultados foram dispostos em texto. Portanto, os primeiros resultados são aqueles cujos dados poderiam ser extraídos diretamente do *display* do aplicativo PoP8, ou seja, não seria necessário acessar o texto ou a revista para organizar a informação.

Cabe mencionar a escolha por não buscar dados sobre autodeclaração racial dos autores. Esta escolha se deu pelo motivo de não ser possível conseguir todas as autodeclarações raciais dos mais de 100 autores(as) e coautores(as) e, obviamente, por motivos éticos, buscar fotos (quando disponíveis) dessas pessoas seria um exercício contraproducente.

Desta forma prossigo na seguinte ordem: ano de publicação; publicações por revistas; publicações em dossiês temáticos; temas das revistas publicadas; região das revistas publicadas; índice-h; nível Qualis das revistas; publicações em coautoria; gênero dos(as) autores(as) e; referências bibliográficas dos artigos. Ao levantar e expor estes dados, busquei também apontar algumas tendências, pontos de contato entre autores e textos, atores considerados mais relevantes para o tema

5.1. Ano de publicação

Figura 3 - Representação do número de artigos de alta performance publicados (y), por ano (x).



Fonte: elaboração própria, 2023.

Como mencionado, o número seletivo de artigos (58) demonstrou que não havia necessidade de se delimitar um recorte temporal. Os primeiros artigos científicos de alta performance foram publicados em 2013, e a década de 2013 a 2023 já compreende praticamente toda a primeira década de produções de alta performance no tema. De 2013 a 2017, foram publicados, em média 2,3 artigos de alta performance por ano, e só houve um salto no número de publicações em 2019, quando a média de publicações por ano ainda estava em 2,3/ano e, após a publicação de 10 artigos naquele ano, a média foi elevada a 3,4 publicações por ano.

Observando os textos publicados no ano de 2019 (10), infere-se que o salto no número de publicações se deu pela organização de um dossiê, e não por um contexto mais amplo. Um dos artigos¹⁸ é de autoria do então mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Victor Leitão de Paiva, que desenvolveu o artigo a partir de seu trabalho de conclusão de curso de graduação em História. Nesse ano, Paulo Melgaço da Silva Júnior também publicou um artigo na revista *Tempos e Espaços em Educação*¹⁹, sendo o segundo artigo deste autor a aparecer na seleção de textos aqui tratada. Enfim, sete artigos foram publicados em uma mesma revista, a *Revista da ABPN*; deste sete, seis faziam parte de um mesmo dossiê temático: “Os Homens Negros no Brasil: questões e perspectivas sobre as relações entre raça e gênero masculino”, coordenado pelo Prof. Dr. Rolf Malungo Ribeiro de Souza (UFF), Prof. Dr. Waldemir Rosa (UNILA), Prof. Dr. Alan Augusto Ribeiro (UFOPA), e Prof. Ms. Henrique Restier da Costa Souza (IESP/UERJ). Apesar de não se notar nenhuma nova tendência ou conceituação propriamente ditas, este dossiê fez com que o ano de 2019 trouxesse o conjunto de textos mais dedicados ao tema das masculinidades negras pelo viés da subjetivação e do assujeitamento, carregando bastante tinta nas discussões em volta dos estudos fanonianos e foucaultianos, mas colocando em questão principalmente as representações sociais. Nas palavras do próprio corpo editorial da revista, o dossiê temático:

traz como grande contribuição para o cenário dos estudos de gênero e raça a discussão sobre a construção das masculinidades negras, frente a um universo de manutenção de representações coloniais para os corpos e as subjetividades de homens negros. Os textos apontam para a nova epistemologia do pensamento sobre gênero, promovendo a abertura de novas portas para diferentes reflexões sobre negritude, masculinidade e, consequentemente, sobre feminismo e feminilidade negra, em contraposição²⁰.

Em 2023, até o momento da última atualização utilizada da raspagem de dados, foram publicados 5 artigos, constituindo uma média total de 4,8 publicações por ano. Vale notar que a raspagem de dados registrou apenas dois resultados brutos em 2006 (os quais não atenderam todos os critérios exigidos para estarem entre os 58 desta bibliometria), enquanto em 2023, já foram registrados 64 registros brutos, dos quais foram aproveitados

¹⁸ Ver: DE PAIVA, Victor Leitão. Homossexuais negros na (s) história (s) do pós-abolição no Brasil: algumas provocações à luz do debate sobre as masculinidades negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 30, 2019.

¹⁹ Ver: DA SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; IVENIKI, Ana. Entre sexualidades, masculinidades e raça: contribuições do multi/interculturalismo para a prática pedagógica. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 29, p. 9, 2019.

²⁰ Mensagem editorial disponível no link: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/35>.

os 5 artigos incluídos no gráfico acima²¹. De fato, existe uma crescente notável na produção geral sobre o tema “masculinidades negras” ao longo dos anos, perceptível no seletor *corpus* de textos aqui proposto e ainda mais evidente no levantamento de produções generalizadas. Entretanto, após a alta de publicações sobre o tema, de 2019 a 2022, a tendência é que a quantidade de publicações por ano venha a se estabilizar em um número abaixo de 9 publicações por ano.

A afirmação desta tendência está ilustrada por uma linha de tendência logarítmica marcada no gráfico. Ao refletir sobre o comportamento da variável “número de publicações”, faz-se óbvio que não há uma relação linear imediata entre o número de publicações e o passar dos anos. Ou seja, o que determina o número de publicações em cada ano paira muito mais sobre o imponderável – duração do processo de aceite dos artigos por parte das revistas científicas, fatos políticos ou midiáticos relevantes que tenham motivado pesquisas, ocorrência de congressos e seminários etc. – ou sobre uma profusão de fatores, do que meramente o avançar dos anos. A escolha da linha logarítmica é mais adequadamente utilizada em casos de dados que apresentam padrões de crescimento exponencial com desaceleração, e os dados aqui coletados não apresentam um ritmo exponencial de crescimento. Porém, a evolução destes dados apresenta com certeza um padrão complexo de crescimento, o que já nos afasta de uma previsão de tendência simples, binária ou linear. Enfim, estes dados apresentam uma coincidência com o uso comum das linhas de tendência logarítmica, que é o ritmo de crescimento e decréscimo do número de publicações inconstante e uma recente desaceleração após o pico de publicações.

Ao representar a tendência de publicações com uma linha logarítmica, espero uma queda do número de publicações após esse breve período de alta, mas também considero um ritmo de crescimento paulatino que deve se desenvolver nos próximos anos, em relação ao ano de 2006, que registrou apenas duas publicações atinentes ao tema. A expectativa de crescimento do número de artigos de alta performance baseia-se também no crescimento de publicações generalizadas sobre o tema – sem considerar o crivo de seleção que utilizei nesta pesquisa – em que o último ano apresentou mais de 10 vezes o número de publicações do primeiro ano considerado na série histórica. Dado que a amostra dos anos de publicação ainda é pequena, é possível que a variação do número de

²¹ Estima-se que, até o fim de 2023, havia, ao todo, sete artigos científicos sobre o tema “masculinidades negras” em revistas de Qualis A. Ainda é necessário avisar que existe um certo atraso entre o momento em que uma revista aceita o artigo, o publica, e os portais de indexação passam a exibi-los em seus acervos.

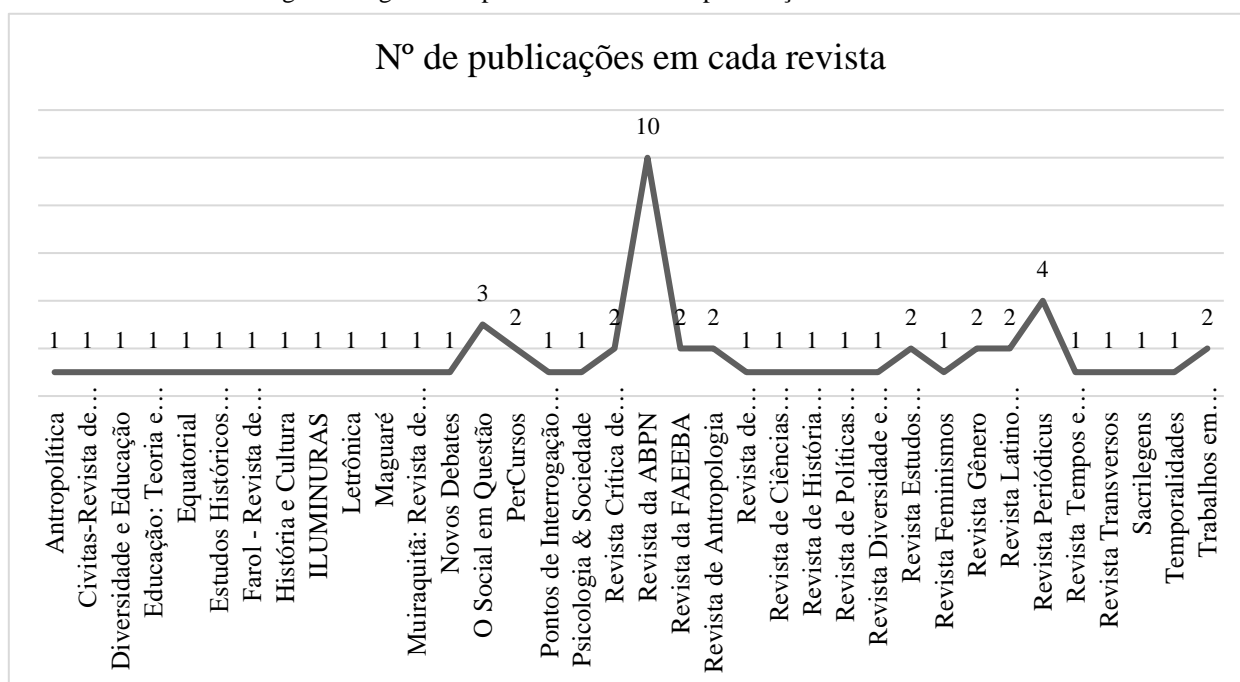
publicações se comporte de maneira mais caótica, digamos, e demande a mudança de representação de tendência no futuro. De toda forma, para entender a motivação das próximas publicações e se terão conexões entre si, teremos de analisá-las com minúcia, pois já entendemos que o comportamento do número de publicações é multifatorial e apresenta ritmos de crescimento e decréscimo inconstantes.

Ainda assim, pensando nessa aposta de crescimento da média de publicações anuais sobre o tema nos próximos anos, espero que esteja em curso um processo de qualificação e maturação do tema. Esta é uma expectativa que não necessariamente se consumará, contudo, ao longo da última década, tornou-se acessível um volume considerável de contribuições científicas sobre o tema, possibilitando aos pesquisadores terem um ponto de partida para embasar e localizar suas pesquisas. Caso o presente trabalho demonstre sucesso em sua proposta, a organização de um estado da arte sobre o tema auxiliará as pesquisas futuras a ganharem cada vez mais alcance. Entretanto, dada a média de artigos publicados por ano (4,8) e comparando o arcabouço teórico, por exemplo, de textos de 2016, 2019 e 2023, não é possível dizer que há uma evolução em termos de refinamento sobre o tema. Em todos os anos havia ao menos um artigo publicado que articulava o entendimento mais bem consolidado de masculinidades hegemônicas, de Connell, ou que demonstrasse atenção às discussões *queer* como formas de disputar politicamente representações sobre o masculino.

5.2. Revistas

As publicações dos artigos sobre o tema (58) estão pulverizadas em 36 revistas, e apenas uma destas parece acolher mais generosamente o tema “masculinidades negras”. A revista que se destaca pelo número de publicações sobre o tema é a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), com 10 artigos publicados sobre masculinidades negras. Visto que a moda neste gráfico é o valor 1, as outras revistas que fogem à moda são: O Social em Questão (3); PerCursos (2); Revista Crítica de Ciências Sociais (2); Revista da FAEEBA (2); Revista de Antropologia (2); Revista Estudos Feministas (2); Revista Gênero (2); Revista Latino Americana de Geografia e Gênero (2); Revista Periodicus (4); Trabalhos em Linguística Aplicada (2).

Figura 4 - gráfico representando o N° de publicações em cada revista



Fonte: elaboração própria, 2023.

Dos 10 artigos publicados na Revista da ABPN (A4), 7 foram publicados num mesmo dossiê temático, em 2019, intitulado “Os Homens Negros no Brasil: questões e perspectivas sobre as relações entre raça e gênero masculino”. O dossiê foi organizado pelos professores Dr. Rolf Malungo Ribeiro de Souza (UFF), Dr. Waldemir Rosa (UNILA), Dr. Alan Augusto Ribeiro (UFOPA), Ms. Henrique Restier da Costa Souza (IESP/UERJ), que inclusive constam como autores de outros artigos deste levantamento. Também em 2019, Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza organizaram o livro “Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades”, no qual Osmundo Pinho e Henrique Restier foram autores de um capítulo cada.

A despeito dos dois artigos publicados na revista Gênero, em 2013, o dossiê da revista da ABPN (2019) foi o primeiro dossiê sobre o tema aqui pesquisado em uma revista de Qualis A. Posteriormente, os outros três artigos da Revista da ABPN, cada um publicado em um dossiê temático diferente²² (OLIVEIRA BRAGA & REZENDE GONÇALVES, 2020; CUNHA & TAVARES, 2021; SILVA & SILVA 2021), não seguiram um padrão alto de correspondência aos metadados examinados no processo de

²² Ver dossiês, em ordem cronológica: “Crianças e Infâncias Negras: desafios e perspectivas antirracistas no Brasil” (2020); “Educação superior e transformação social: descolonização e igualdade racial” (2021); “Ecos das narrativas: ego-história e biografias intelectuais – um repertório de (das) historiadoras negras no Brasil (1990-2020)” (2021).

hierarquização de leitura – todos obtiveram notas entre 10 e 12 pontos nesta etapa, dos 16 pontos possíveis. Estes três artigos foram escritos em coautoria, enquanto os outros sete aceitos em dossiê próprio foram escritos sob autoria individual.

Embora seja classificada com o Qualis A, o fato de a Revista da ABPN estar qualificada no nível A4 constitui grande diferença nos parâmetros de impacto. Um estudo feito com a amostra de revistas científicas do estado de Santa Catarina, ainda no quadriênio de 2013-2016, mostrou que a revista de maior ranking, A1, era a revista Estudos Feministas, a qual possuía o índice-h 41, enquanto a média do índice-h das revistas A2 era 13; as revistas B1 apresentaram média de índice-h 8,7; e as revistas B2 apresentaram média de 8,2. Ou seja, no caso das revistas científicas de Santa Catarina, o índice-h de impacto correspondia em alguma medida (apesar das incoerências) ao ranking Qualis (OLIVEIRA *et al*, 2015).

Da mesma forma se procedeu neste levantamento. Os três artigos com maior número de citações foram publicados em revistas A1. Os únicos artigos publicados em revistas de rankings mais baixos e que mesmo assim possuem número considerável de citações são os de Valeria Corossacz (2014), Paulo Melgaço da Silva Junior (2019), Alan Augusto Ribeiro (2017) e Osmundo Pinho (2015). Excetuando a primeira, todos os outros autores já apareceram como organizadores de livros, dossiês, ou como autores de outros artigos.

Na busca por enxergar padrões entre as publicações levantadas, começo a perceber que alguns nomes, como Rolf Malungo de Souza, Waldemir Rosa, Alan Augusto Ribeiro, Henrique Restier, Osmundo Pinho, Paulo Melgaço, entre outros, parecerem estar ligados uns aos outros, talvez em um esforço de criar redes de pesquisa, coautoria e co-citação, desenhando alguma silhueta ou solidez ao tema, com alguma coerência teórica. Entretanto, seus artigos ainda possuem poucas citações, em especial aqueles do dossiê de 2019, na Revista da ABPN, que não possuem citação alguma.

Os pesquisadores Djalma Thürler (UFBA) e Benedito Medrado (UFPE) também organizaram o dossiê “Masculinidades Contemporâneas em Disputa” (2020), na Revista Periódicus (A3), com o apoio do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, em que 4 dos 13 artigos publicados tratavam de masculinidades negras. Diferente do caso da revista da ABPN, a maioria dos artigos presentes neste dossiê foram escritos em coautoria.

A Revista Periódicus é vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades, e os 4 artigos acima foram os únicos identificáveis como

pertinentes ao tema das masculinidades negras dentre os últimos 479 trabalhos publicados na revista e captados pelo Google Acadêmico. O índice h da revista é igual a 20, o que significa que, dentre todos os 479 trabalhos publicados na revista, ao menos 20 deles possuem 20 citações ou mais. Este é um número razoável de impacto, considerando que a revista (desde 2014) pode ser vista como “nichada”, afeita mais especificamente aos estudos de gêneros e sexualidades, e possui várias especificidades até neste campo de estudos²³.

A revista *O social em questão* registrou 3 publicações, contando com um texto de apresentação do dossiê “Masculinidades Plurais” (2023), dos autores e organizadores Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Leandro Teófilo de Brito (UFRJ) e Paulo Victor Leite Lopes (UFRN). Neste dossiê estão todos os artigos pertinentes a esta pesquisa já publicados na revista, e são eles o artigo “Atenção!!! Homens trabalhando: Um olhar sobre masculinidades negras na pornografia gay hardcore brasileira”, de Paulo Melgaço da Silva Junior e Vandelir Camilo Correio (2023), e o artigo “Não há masculinidade no singular, somente no plural: percepções iniciais a partir do ciclo de cinema e diversidade”, de autoria das pesquisadoras Michele Pereira de Souza da Fonseca, Samara Oliveira Silva e Fabille Mara Assumpção Moreira.

5.3. Dossiês

É perceptível um comportamento que pode ser separado em duas partes: uma composta de esforços para publicar pesquisas sobre masculinidades negras, fomentando o tema no meio acadêmico, o que é marcado pelos repetidos nomes de autores e organizadores que aparecem em livros, dossiês, artigos etc.; e uma parte composta de textos que se encaixaram em outros dossiês ou edições não temáticas, que partem do paradigma do racismo e das relações raciais para chegar à discussão sobre masculinidades negras. Não há nenhum dossiê temático que, nomeadamente, traga o tema das masculinidades negras no título.

Para listar mais alguns dossiês, os artigos publicados na revista *PerCursos* estão nos dossiês “Mudanças climáticas e problemas ambientais” (2020) e no dossiê “A vertigem das artes no Sul global” (2021), ambos classificados pela revista como semitemáticos. Os artigos levantados da Revista *FAEEBA* (2) estão publicados nos dossiês “Educação, Diversidade e Desigualdades” (2016), e “Educação e Literatura:

²³ Nem toda revista tem seu índice h disponível, normalmente por estar hospedada e vinculada a plataformas que não publicam esta métrica.

D'África e suas Diásporas” (2021). Por fim, um dos artigos levantados da revista *Trabalhos em Linguística Aplicada* foi publicado no dossiê “Linguagem e Raça” (2021). A partir destas revistas e juntamente com as revistas *Periodicus*, *O Social em Questão* e *Revista da ABPN*, as outras revistas que publicaram mais de um texto sobre o tema não o fizeram reunindo-os em dossiês, e estes artigos foram classificados como não-temáticos.

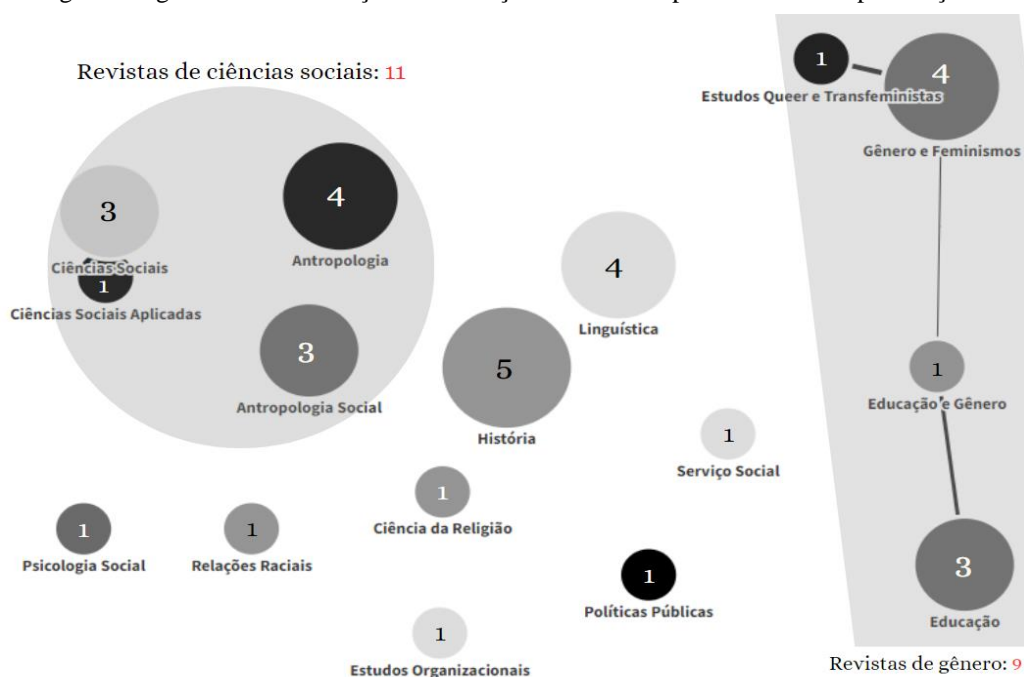
O fato de nem mesmo o dossiê temático da *Revista da ABPN* trazer “masculinidades negras” no título, que consta como “Os Homens Negros no Brasil: questões e perspectivas sobre as relações entre raça e gênero masculino”, pode ter sido proposital, no sentido de evitar transmitir uma imagem de pouca permeabilidade a estudos e autores(as) que não considerem seus trabalhos pertinentes com o tema. Se esta ideia for verdadeira, os organizadores demonstram uma noção mais ou menos fundada de que ainda não há, pelo menos no meio acadêmico brasileiro, nível suficiente de apropriação do tema “masculinidades negras”, de tal modo que seja comum pesquisadores e militantes apresentarem pouca certeza sobre a separação entre as discussões sobre homens negros e as discussões sobre masculinidades negras.

Em geral, o esforço em organizar dossiês sobre homens negros, ou sobre masculinidades de maneira ampla, foi responsável pela inserção de 17 artigos nas camadas de mais alta performance científica. Esse número corresponde a 30% de todo o *corpus* de artigos levantados, mas estes textos estão, sem dúvida, entre os de maior correspondência com o título e com as palavras-chave pesquisadas, bem como possuem as maiores pontuações perante o questionário de hierarquização de leitura.

5.4. Temas das revistas.

As revistas que publicaram artigos sobre masculinidades negras não foram apenas aquelas focadas nas relações de gênero, feminismos e sexualidades. Houve revistas sobre ciência da religião, estudos organizacionais, educação, serviço social, história, entre outras. Ainda assim, foi possível identificar agrupamentos temáticos de maior ocorrência, constituídos por: I) revistas das ciências sociais, em geral; II) revistas sobre gênero e afinidades.

Figura 5 - gráfico de distribuição e associação das revistas por tema e N° de publicações.



Fonte: elaboração própria, 2024

No quadro acima, é possível observar os temas das revistas representados por círculos. O tamanho dos círculos depende do número de revista que cada tema congrega. De acordo com os títulos e resumos dos textos, buscou-se registrar a coincidência temática dos textos entre diferentes temas de revista. Nesta busca, foi possível perceber apenas duas linhas de associação, uma à esquerda, entre as revistas classificadas como de Ciências Sociais e a de Ciências Sociais aplicadas (a linha foi coberta pelos círculos), e a segunda, à direita, entre as revistas que se classificam como revistas de educação, educação e gênero, gênero e feminismos, e estudos *queer* e transfeministas. Todas estas revistas se associam por seus artigos, que abordam as masculinidades na educação e preponderantemente pela abordagem das relações de gênero, feminismos e sexualidades. O restante das revistas está pulverizado no quadro sem correspondência relevante revelada pelos artigos que as representam.

5.5. Região

Estas revistas estão distribuídas pelo território nacional, preponderantemente nas regiões sudeste (14), sul (8) e nordeste (7), respectivamente.

Figura 6 - gráfico representando o número de publicações por UF do país.



Fonte: elaboração própria, 2023.

A preponderância em certas regiões não significa uma diferença importante de aceitação ou engajamento do tema entre as regiões, e mais parece reproduzir, de maneira mais ou menos disforme, o padrão já observado na produção científica brasileira ao longo das últimas décadas, em que a região sudeste, seguida da região sul, sobrepõe-se às demais, em termos de produção e financiamento científicos (SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016).

5.6. Índice-h

Em termos de impacto destas revistas, buscou-se ao menos uma referência sobre seu índice-h (se disponível) a fim de tentar identificar algum padrão de impacto entre elas. O que foi possível coletar ilustra uma realidade em que apenas 19, das 36 revistas consideradas, disponibilizam seu índice-h. Das revistas que disponibilizaram este número, apenas 4 delas apresentam índice-h superior a 20, sendo que este valor corresponde ao índice-h médio dos artigos levantados pelo o PoP8.

Claro que a grande quantidade de revistas que não fornecem seu índice-h (17 revistas) fragiliza qualquer análise sobre a diferença de impacto entre artigos e revistas, mas vale chamar atenção para esta possível discrepância. Revistas de índice-h muito baixo, como as revistas Antropolítica (índice-h 5), Muiiraquitã (índice-h 6), Revista de Antropologia USP (índice-h 8), e Novos Debates (índice-h 8) puxam a média do índice-h para baixo, embora sejam representadas por poucos artigos (5 publicações levantadas), enquanto as revistas de educação, Educação: Teoria e Prática UNESP (21), Revista Tempos e Espaços em Educação UFS (30), Revista da FAEEBA (31), juntamente com a revista Maguaré (32), Universidad Nacional de Colombia, puxam a média para cima

Há de se levantar a ressalva de que o índice-h pode ser uma métrica limitada, especialmente para as ciências humanas e sociais. O índice é mais comum em áreas da ciência com grande volume absoluto de publicações e com tradição de seguir os parâmetros de publicação internacionais. Por outro lado, publicar em revistas internacionais ainda é dificultoso para pesquisadores brasileiro, mesmo para os mais experientes. Ainda, é muito comum que o *status* acadêmico dos pesquisadores nas ciências sociais também se distribua em livros e seu impacto seja orientado, muitas vezes, não para as citações, mas para inovações em seu campo de pesquisa ou influência em políticas públicas. Em pesquisa comparativa dos índices-h de bolsistas de produtividade do CNPq nos níveis 1-A e 1-B, percebeu-se que na sociologia os bolsistas 1-A tinham índice-h zero, em média, enquanto os bolsistas 1-B (mais jovens) já apresentavam média igual a 1. Este resultado impressionou os pesquisadores, que aventaram a possibilidade de estarmos presenciando mudanças nas práticas da sociologia no Brasil a partir da pressão por produtividade científica (MARQUES, 2017).

5.7. Nível Qualis

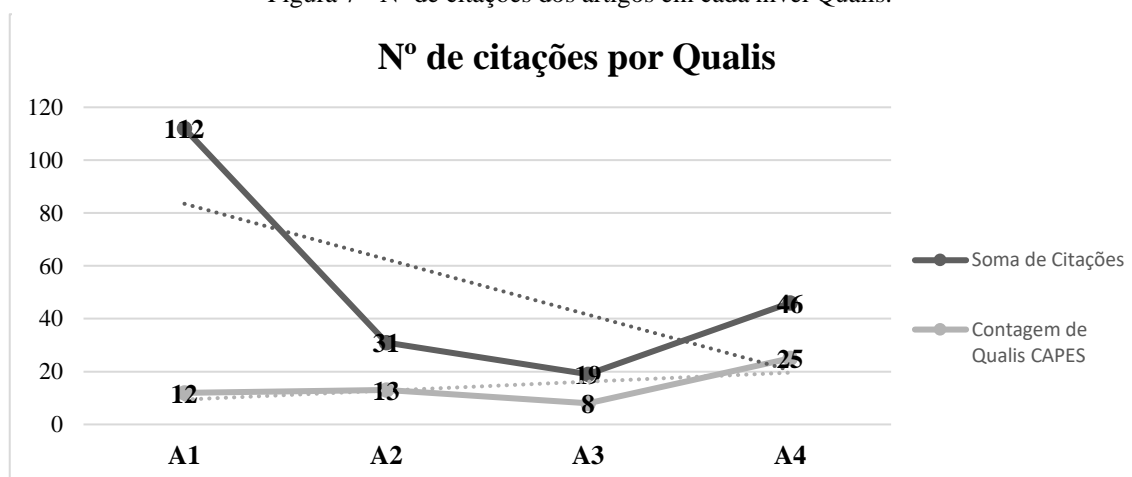
Sobre a qualidade das revistas, a maioria das publicações foi submetida a revistas A4, que publicaram 25 artigos. No caminho ascendente apresentam-se as publicações em revistas A3 (8), A2 (13) e A1 (12). É de se esperar que os artigos reunidos no grupo de maior Qualis (A1) sejam os que concentram maior número de citações (112), contudo trata-se de 12 artigos, dos quais apenas 4 foram citados pelo menos uma vez²⁴. Já no

²⁴ Os textos publicados em revistas A1 são, em ordem, “Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate” (2017); “Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA” (2013); ““Você é uma morena muito bonita”: a trajetória textual de um elogio que fere” (2015); “Questões étnico-raciais em discursos em torno

último quadrante (A4), 11 artigos foram citados pelo menos uma vez. Aliás, vale ressaltar que os segundo, terceiro e quinto textos mais citados do levantamento pontuaram abaixo de 10 (marcaram apenas 2 pontos) na fase de hierarquia de leitura e foram descartados de uma leitura mais detalhada.

Além de não alcançarem as revistas mais conceituadas, em geral, os artigos sobre masculinidades negras não são muito citados entre si. O artigo mais citado do levantamento, “Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em

Figura 7 - N° de citações dos artigos em cada nível Qualis.



Fonte: elaboração própria, 2023.

debate”, de Mônica Conrado e Alan Augusto Ribeiro (2017). Outro texto de Alan Augusto Ribeiro, agora com Deivison Faustino, “Negro Tema, Negro Vida, Negro Drama” (2017), possui 22 citações, mas também é citado apenas 4 vezes por artigos do próprio levantamento. Este é um os artigos de maior impacto no tema Trata-se de uma revisão bibliográfica que tinha como premissa a crença de que “a quantidade de sites, blogs, artigos, livros e palestras” [...] evidenciam “a presença inequívoca do tema em espaços acadêmicos, políticos, entre outros” (RIBEIRO & FAUSTINO, 2017). Mesmo que seja necessário investir em novos argumentos, buscando maior rigor metodológico, o artigo de Ribeiro e Faustino, além de estar entre os mais impactantes e mais citados sobre o tema, proporciona uma importante base teórica, marcadamente fanoniana, para abordar o tema. Ainda assim, tais métricas nem se comparam com outros temas semelhantes mais consolidados.

da virilidade masculina negra em contos homoeróticos” (2021) e; “As meninas de hoje em dia: Gênero, geração e (des) afetos em conversas sobre amor e sexo em Cabo Verde” (2022).

Para fins de comparação, ao realizar raspagem teste sobre o termo “feminismo negro”, além de serem encontrados mais de 1000 resultados, a média de citações por trabalho é de 18, enquanto no caso de “masculinidades negras” é 10. O número total de citações para “feminismo negro” é de 17.906, enquanto para “masculinidades negras” é 7.157.

5.8. Coautoria

Foi apontado anteriormente o esforço de alguns autores em alimentar o tema de pesquisa em diferentes revistas, inclusive organizando dossiês temáticos e livros. No entanto, apenas dois dos nomes destacados, Paulo Melgaço Junior e Alan Augusto Ribeiro, figuram entre os autores em revistas A1. Alan Augusto Ribeiro é coautor do texto mais citado do levantamento, “Homem Negro, Negro Homem” (2017), em parceria com Mônica Conrado. Paulo Melgaço é autor do artigo “Atenção!!! Homens trabalhando”, com coautoria de Vandelir Camilo (2023), e é coautor do artigo “É preto, é bicha e que depende de ajuda de custo do clube” junto de Leandro Teófilo de Brito (2023). Rolf Malungo de Souza, Waldemir Rosa, Henrique Restier e Osmundo Pinho não tiveram nenhuma publicação sobre masculinidades negras em revistas A1, apesar de serem considerados, nesta pesquisa, pontos focais sobre o tema.

Observou-se que 75% dos artigos publicados em revistas A1 foram escritos em coautoria. Os artigos escritos em coautoria também representam 53,8% das publicações em revistas A2, 37% das publicações em revistas A3, e 32% das publicações em revistas A4. Talvez esta situação acompanhe o cenário em que a colaboração científica está atrelada à evolução da produção científica como um todo (SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016).

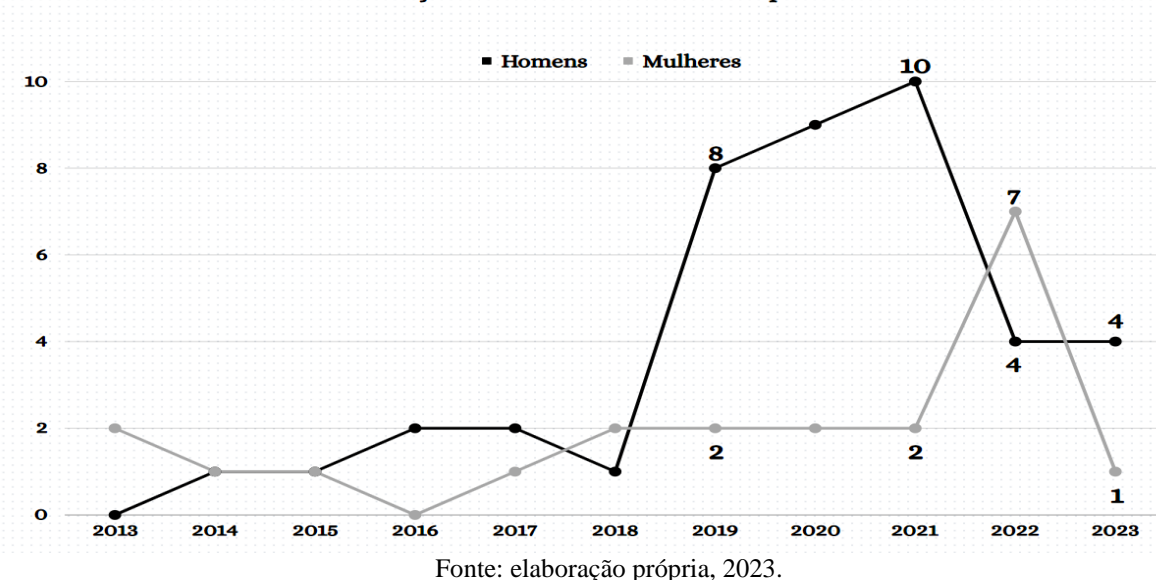
Começa a se desenhar uma impressão de que, os critérios menos rígidos de avaliação e seleção das revistas A4, de alguma maneira têm permitido maior entrada de textos escritos por autoria individual e com, digamos, um pouco mais de liberdade teórico metodológica, de forma que os autores mais relevantes para o tema publicam mais nessas revistas, e nesse mesmo nível de revista pudemos notar um leve aumento do número de citações, referente justamente aos textos destes autores centrais.

5.9. Gênero

Nos estudos sobre masculinidades em geral, é comum partir de um referencial teórico feminista, afinal, foi por meio dos estudos feministas que se desnaturalizou o

gênero e passamos a tratar do conceito como objeto sociológico complexo (CONNEL, 2013). Para além disso, os espaços de discussão sobre masculinidades negras por vezes são compreendidos como espaços de discussão de pesquisadoras – sejam pesquisadoras e militantes do feminismo negro ou não – devido à sensação comum de que homens negros não estão interessados em se colocar como algozes de mulheres (OLIVEIRA & SOUSA, 2020) ou porque é possível aprender que as masculinidades foram eleitas um problema social e de pesquisa pelas epistemologias feministas, e seria atividade privativa dos(as) pesquisadores(as) filiados a estas epistemologias pensar masculinidades de tal maneira.

Figura 8 - gráfico representando o número de publicações de homens (preto) e mulheres (cinza), a cada ano.
Publicações de Homens e Mulheres por ano



De toda forma, parece relevante visualizar o quadro de produção científica deste tema pelo viés de gênero, a fim de desmistificar sentidos comuns, que podem se esgueirar inclusive nos meios acadêmicos e apresentar características interessantes de cada segmento. Tomando como base o nome utilizado nas publicações, resulta que cerca de 34% das autorias dos artigos são de pesquisadoras (20 autoras). 65% das autorias são de pesquisadores (38 autores), mas existem algumas distribuições que merecem atenção.

Tabela 2 - Nº de artigos, citações e pontuação na hierarquização de leitura, dividido por gênero.

Gênero	Nº artigos	Nº citações	Pontuação média
masculino	37	76	12
feminino	21	132	10

Fonte: elaboração própria, 2023.

Apesar de terem publicado 44% mais artigos, autores homens são 43% menos citados que autoras mulheres, em seus artigos acerca das masculinidades negras. Com 132 citações, as pesquisadoras possuem 63,4% de todas as citações sobre o tema, e 109 destas citações estão em revistas de ranque A1. O problema é que, entre os artigos publicados por mulheres em revistas de ranque A1 (5 artigos), 3 foram desclassificados na fase de hierarquia de leitura por conta de sua baixíssima correspondência com o tema, enquanto apenas 11% dos artigos publicados por homens pontuaram mal (até 10 pontos) na fase de hierarquia de leitura, o que fica reforçado quando se observa que, mesmo com um número maior de textos publicados, a nota média dos artigos durante a fase de hierarquização continua maior entre os artigos publicados por homens.

É preciso atentar para o fato de que muitos textos publicados por mulheres, dentre os aqui levantados, citam o termo “masculinidades negras” sem necessariamente fazer do tema o objeto de pesquisa do artigo. Esta observação se mostra adequada ao foi apresentado, uma vez que já foi mencionado que as epistemologias feministas problematizam e tematizam masculinidades há muito mais tempo e, portanto, não é novidade que o termo apareça cotidianamente nas pesquisas sobre gênero, feminismos e sexualidades, sem constituir objeto central dos trabalhos.

A distribuição de gênero entre os níveis de ranqueamento CAPES Qualis se dá da seguinte maneira:

Tabela 3 - Distribuição de publicações em diferentes níveis de revista por gênero.

Gênero	A1	A2	A3	A4
masculino	9 (21%)	4 (9%)	6 (14%)	24 (56%)
feminino	5 (25%)	9 (45%)	2 (10%)	4 (20%)

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os homens que pesquisam masculinidades negras têm encontrado dificuldades para publicar suas pesquisas em revistas de maior performance, e mais da metade de suas

publicações se concentram nas revistas A4. Vale lembrar também que as revistas A4 são o local onde se concentrou a maioria dos dossiês temáticos que convocaram artigos sobre o tema. Não apenas este, mas todos os outros metadados bibliométricos elencados despertam interesse para os desdobramentos que essas características, distorções, tendências, padrões e curiosidades terão na qualidade dos textos. Por isso, vale a pena dedicar um momento a analisar dados textuais a serem contextualizados pelos dados bibliométricos expostos.

5.10. Referências

Como fora exposto, os artigos levantados não parecem citar uns aos outros. De maneira geral, há poucas citações endógenas ao tema. Dos 58 textos levantados, foram separados os 40 artigos com melhor pontuação (todos os não descartados) na fase de hierarquização de leitura e suas referências bibliográficas foram comparadas. Em uma planilha foram recolhidas mais de 1.330 linhas, cada uma com uma citação, condensando mais de 900 autores(as) diferentes.

Apenas 49 autores principais foram referenciados em pelo menos 3 artigos. Destes, apenas 15 foram efetivamente autores de textos objetivamente sobre masculinidades negras. Isto significa que os textos possuem referências bibliográficas bastante diferentes entre si e os autores optam, em maior proporção, por apresentar caminhos teóricos pessoais para abordar o tema, do que filiar-se a certo tronco comum de referenciais teóricos, sem prejuízo da existência de referenciais teóricos mais populares. Também significa que os principais referenciais teóricos são exógenos ao tema, o que pode demonstrar um processo ainda incipiente de formação de referenciais teóricos endógenos.

Entre os mais referenciados²⁵ estão Raewyn Connell, referenciada 20 vezes, ao longo dos 40 textos separados; Judith Butler, referenciada em 18 textos; Frantz Fanon, referenciado em 17 textos (15 o citam diretamente, 2 citam textos sobre a obra dele); bell hooks, referenciada em 15 textos; Guacira Lopes Louro, referenciada em 15 textos; Osmundo Pinho, referenciado em 15 textos; Kimberlé Crenshaw, referenciada em 14 textos; Rolf Malungo Ribeiro de Souza, referenciado em 14 textos (contadas as citações

²⁵ Considero referenciado certo autor toda vez que uma de suas obras é adicionada à seção de referências bibliográficas de diferentes textos, e não quantas vezes este é mobilizado no texto.

ao livro do qual foi organizador²⁶); Henrique Restier, referenciado em 12 textos (duas citações referem-se ao livro do qual foi organizador, juntamente com Rolf M. R. de Souza); Patricia Hill Collins, referenciada em 11 textos; e Alan Augusto Ribeiro, referenciado em 10 textos (6 como coautor e 4 como autor principal).

Figura 9: gráfico de nuvem de palavras representando os autores mais citados.



Enquanto o antropólogo Osmundo Pinho foi o que melhor se distribuiu entre os textos separados, aparecendo em média uma vez a cada texto, outras autoras como Judith Butler e bell hooks, por vezes tinham apenas um texto referenciado em um artigo, por vezes tinham 5 textos de sua autoria referenciados. Saliento que alguns autores considerados relevantes anteriormente foram pouco referenciados, como é o caso de Paulo Melgaço, que foi referenciado apenas 5 vezes, como coautor em diferentes trabalhos acadêmicos.

Foi possível observar que, para construir um referencial teórico sobre raça e racismo, foram mobilizados os seguintes autores: Frantz Fanon (17 referências); Kabengele Munanga (7); Sílvio Almeida (7); Lélia Gonzalez (7); Sueli Carneiro (6); Stuart Hall (6); Angela Davis (6); Florestan Fernandes (5); Nilma Lino Gomes (5); Grada Kilomba (4); e Gilberto Freyre (4).

Os textos mais referenciados de Fanon foram as célebres obras “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952) e “Os Condenados da Terra” (1961). As referências a

²⁶ RESTIER, Henrique, SOUZA, Rolf Malungo de (Orgs.). Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

Kabengele Munanga giraram em torno da palestra “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia” (2003) e o livro “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra” (2008). Naturalmente, o texto mais citado de Silvio Almeida foi seu livro “Racismo Estrutural” (2019). Os de Lélia Gonzalez foram os livros “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988) e “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (1984). No caso de Sueli Carneiro foram “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (2011) e “Gênero, Raça e Ascensão Social” (1995). Os de Stuart Hall foram “The Work of Representation” (1997), “Cultura e representação” (2016), e “A identidade cultural na pós-modernidade” (2006). Quando se trata da historiadora Angela Davis, o livro mais citado foi o “Mulheres, Raça e Classe” (2016 [1983]).

Florestan Fernandes aparece nessa lista com usos mistos, por vezes com a intenção de crítica a sua contribuição sociológica, alegadamente obsoleta, por vezes com a intenção de recuperar, sob outra ótica, contribuições contextualizadas por seu lugar social perante o movimento negro, movimento do qual teve muita proximidade. Os livros “A Integração do negro na sociedade de classes” (2008) e “Significado do protesto negro” (1989) foram os mais acionados. Outro ponto curioso é que a autora Nilma Lino Gomes, que foi referenciada em 5 artigos, não teve nenhum texto referenciado mais de uma vez ao longo dos diferentes textos. Foram 11 publicações diferentes da autora, que constituíram ao menos duas referências em cada texto que a procurou. O contrário aconteceu com Grada Kilomba, cujo único texto citado foi seu livro “Memórias da Plantação” (2008). Por fim, os livros “Casa-grande & Senzala” (1933), “Sobrados e Mucambos” (1936) e “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil” (1937), todos de autoria de Gilberto Freyre, foram veementemente criticados pelo papel do autor na consolidação do “mito da democracia racial” como paradigma das relações raciais no Brasil.

Para construir um referencial teórico sobre relações de gênero, feminismos e sexualidades, foram utilizadas(os) as(os) seguintes autoras(es): Judith Butler (18); Guacira Lopes Louro (15); Joan Scott (7); Avtar Brah (5); Daniel Welzer-Lang (5); Luiz Paulo Moita Lopes (5); Ian Barnard (3); Miriam Grossi (3); e Pierre Bourdieu (2).

Butler, assim como Foucault (referenciado em 7 textos), estabelece uma base teórica que passa por gênero e sexualidades, mas também, e principalmente, pela corporeidade e os processos de sujeição. Naturalmente, o livro mais citado da filósofa foi o “Problemas de Gênero” (2003), seguido de “Corpos que Pesam: Sobre os Limites

Discursivos do ‘Sexo’” (1999) e “Corpos que importam: os limites discursivos do sexo” (2019). Luiz Paulo Moita Lopes teve forte influência dos escritos de Butler e teve os textos “Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula” (2002) e “Discurso, corpo e identidade: masculinidade hegemônica como comunidade imaginada na escola” (2001) como principais textos.

Guacira L. Louro teve importante contribuição pela via da teoria *queer*, especialmente a partir dos textos “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer” (2008) e “Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação” (2001). Ian Barnard teve participação interessante por conta de seu livro “Queer race: cultural interventions in the racial politics of queer theory” (2004) Já Joan Scott é considerada leitura canônica para os estudos de gênero, graças às suas obras “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1986) e “Experiência” (1999). Avtar Brah teve usos variados, mas todos voltados para discussões sobre diferenciação e gênero, nos textos “Diferença, diversidade, diferenciação” (2006) e “Ain’t I a Woman? Revisiting Intersectionality” (2004). Daniel Welzer-Lang teve apenas um de seus escritos bastante usado nesta lista, o artigo “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia” (2001), de tradução da pesquisadora Miriam Grossi (que também consta nesta lista), e que se conecta amplamente com as referências buscadas em Bourdieu, em “A dominação Masculina” (2014 [1998]).

Ressalta-se aqueles textos que tratavam de colonialidade e interseccionalidade. São estes autores: Patricia Hill Collins (11); Kimberlé Crenshaw (14); Catherine Walsh (5); Homi Bhabha (3); e Carla Akotirene (4). Nesta ordem, os principais textos são: “Aprendendo com a outsider within” (COLLINS, 1986); “Pensamento feminista negro” (Idem, 2019[2000]); “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” (Idem, 2017); “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color” (CRENSHAW, 1991); “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex” (1989); “Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial” (WALSH, 2009); “Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas” (Idem, 2009); “O local da cultura” (BHABHA, 2003); “Interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019).

Aquelas referências que podem ser consideradas endógenas ao tema de masculinidades são melhor representadas pelos seguintes autores: a socióloga Raewin Connel (20); bell hooks (15) – que na verdade passaria por todas as áreas já aglutinadas acima; Osmundo Pinho (15); Rolf Malungo Ribeiro de Souza (14) – contando com os

textos contidos no livro organizado pelo autor; Henrique Restier (12); Michael Kimmel (8); Deivison Faustino (7) – frequentemente com a coautoria de Alan Augusto Ribeiro; Mônica Conrado (6) – principalmente em coautoria com Alan Augusto Ribeiro; Paulo Melgaço Silva Junior (5); Benedito Medrado (5); Miguel Vale de Almeida (4); Leandro Teófilo Brito (3); Túlio Custódio (3); Herman Gray (3); Mara Viveros Vigoya (3).

Os principais textos neste subgrupo são: “Masculinites” (CONNELL, 2005[1995]); “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (Idem, 2005); “Políticas da Masculinidade” (Idem, 1995); “The men and the boys” (idem, 2000); “We real cool: black man and Masculinity” (hooks, 2004); “Black Looks: race and representation” (Idem, 1992); “Intelectuais Negras” (Idem, 1995); “Feminist theory: from margin to center” (Idem, 2000); “Feminism is for Everybody” (Idem, 2000); “Escolarizando homens negros” (Idem, 2015); “The Black Male Body and Sex Wars in Brazil” (PINHO, 2014); “Race Fucker: representações raciais na pornografia gay” (Idem, 2012); “Etnografias do brau: Corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador” (Idem, 2005); “Qual é a identidade do homem negro” (Idem, 2004); “As representações do homem negro e suas consequências” (SOUZA, 2009); “Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades” (RESTIER; SOUZA, 2019); “A Confraria da Esquina” (SOUZA, 2003); “O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço” (RESTIER, 2019); “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas” (KIMMEL, 1998); “O pênis Sem o Falo” (FASUTINO, 2014); “Homem negro, negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate” (CONRADO e RIBEIRO, 2017); “Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora” (RIBEIRO e FAUSTINO, 2017); “Periferias, sexualidades e educação para a sexualidade: desafios para as práticas curriculares” (SILVA JUNIOR, 2013); “Sou negão com prazer!” (Idem, 2015); “Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades” (MEDRADO, 2014); “Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades” (Idem, 2022); “Gênero, masculinidade e poder” (ALMEIDA, 1996); “Masculinidade” (Idem, 2005); “Masculinidades performativas no contexto escolar” (SILVA JUNIOR e BRITO, 2018); “Da masculinidade hegemônica à masculinidade *queer*” (BRITO, 2022); “Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição” (CUSTÓDIO, 2019); “Black Masculinity And Visual Culture” (GRAY, 1995); “As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América”

(VIGOYA, 2018); “De quebradores y cumplidores: sobre hombres, masculinidades y relaciones de género en Colombia” (Idem, 2002).

Por fim, existe um pequeno grupo de textos e autores que trazem contribuições para discussões sobre genocídio e necropolítica, pelos autores Abdias do Nascimento (4 referências), João H. Costa Vargas (5), Jaqueline Gomes de Jesus (2), Achille Mbembe (5); cujos textos principais são: “O Genocídio do Negro Brasileiro” (NASCIMENTO, 2016 [1978]); “Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira” (VARGAS, 2015); “A Diáspora Negra como Genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas” (Idem, 2010); “Transfobia e Crimes de Ódio: Assassinatos de Pessoas Transgênero como Genocídio (JESUS, 2013); “Crítica da Razão Negra” (MBEMBE, 2014); “Necropolítica” (Idem, 2018).

6. Considerações Finais

Ao fim do levantamento e exposição dos dados, podemos registrar alguns marcos e observações que ajudam a organizar o estado da arte em torno das pesquisas sobre masculinidades negras. Primeiramente, vale registrar que a escolha de se analisar apenas o recorte mais seletivo da produção acadêmica, os artigos publicados em revistas Qualis A, retirou talvez a parte do movimento que está mais viva e em ebulição. Trata-se do grande volume de literatura cinzenta e das publicações em revistas ranqueadas em níveis inferiores ao Qualis A. A Seleção de textos aqui exposta corresponde a apenas 9,3% de tudo que foi levantado pelo *software Publish or Perish 8* (PoP8) e o tema de pesquisa só alcançou os níveis de maior impacto acadêmico a partir de 2013²⁷. Ou seja, observando por apenas um ângulo de um processo mais amplo de desenvolvimento de um programa de pesquisa, percebemos uma suposta qualificação das pesquisas sobre o tema de maneira tímida, se considerarmos que chegar aos níveis mais altos já é por si só sinal de qualificação do trabalho. Se considerarmos que essa qualificação só poderia ser argumentada a partir do aumento do acesso do tema a esse nível de ranqueamento científico, então a qualificação acabou de começar, em 2019.

²⁷ O primeiro artigo Qualis A com o tema “masculinidades negras” foi publicado em 2013, sob o título “Sociologia das Masculinidades e Educação: da Superação do Binarismo de Gênero à Investigação das Masculinidades Negras”. Outro artigo, “Diferenciais referentes à desigualdade de gênero” (OLIVEIRA; SIMÕES; CARDOSO, 2013) foi publicado na mesma edição do primeiro e se mostrou minimamente pertinente com o tema.

A partir de 2019, houve uma elevação abrupta do número de artigos publicados sobre esse tema, com o pico de publicações em 2021 (11), o que ainda é pouco, quando comparado com outros temas e campos de pesquisa consolidados, que encaram o debate da racialização em diferentes aspectos e contextos, como vimos. Agora, a tendência é que o número de publicações diminua de 2023 em diante, não para voltar ao patamar de 2018 (5), mas a se estabilizar entre 8 e 9 publicações por ano. Justamente por isso acredito que fornecer um trabalho de tentar organizar o estado da arte possa propiciar um impulsionamento ou aceleração de publicações, principalmente aquelas mais numerosas, compreendidas na literatura cinzenta (monografias, dissertações, teses, livros, ensaios fotográficos, comunicações à mídia etc.).

Ao olhar em perspectiva comparativa para textos, por exemplo, de 2013 e 2022, não é possível afirmar seguramente que houve uma maturação do tema ao longo dos últimos 11 anos, porque foi possível verificar que em todos os anos anteriores havia ao menos um artigo que já apresentava vocabulário teórico coincidente com o dos textos mais recente e, aliás, o contrário também é verdadeiro. Mesmo nos anos mais recentes, ainda encontramos artigos que introduzem ideias que em outros nichos já eram consolidadas há anos, ou que até reproduzem programas considerados obsoletos por boa parte dos autores. Isto novamente dá notícias de que não há uma base comum sobre a qual todos os pesquisadores pelo menos sabem da existência, mesmo se tratando da considerada mais alta performance acadêmica.

Se o volume de artigos que ingressa nos patamares superiores das revistas científicas ainda não é tão expressivo, pelo menos o alcance horizontal, chamemos assim, tem sido interessante. O tema espalhado em 36 periódicos de Qualis A já impressiona, principalmente diante de amostras trazidas por outras análises bibliométricas, que apresentam, por exemplo, alcance de 29 periódicos Qualis A que recepcionaram a produção científica em finanças no Brasil (HERLING *et al.*, 2015); 58 periódicos Qualis A, na área de enfermagem (ERDMANN *et al.*, 2009), conhecida a grosso modo por ter se tornado uma das áreas que mais produz artigos científicos e; apenas três periódicos concentravam as produções na área de ciência da informação, em determinado período (DA ROCHA BORBA; ALVAREZ; CAREGNATO, 2019).

A revista da ABPN foi a que mais publicou artigos sobre o tema. Foram 10 artigos publicados, sendo que 7 faziam parte de um mesmo dossiê temático, chamado “Os Homens Negros no Brasil: questões e perspectivas sobre as relações entre raça e gênero masculino” (2019). Os organizadores deste dossiê aparecem recorrentemente nos espaços

de escrita e debate sobre o tema, demonstrando-se atores referenciais no tema. São eles: Rolf Ribeiro Malungo de Souza, Waldemir Rosa, Alan Augusto Ribeiro, Henrique Restier, Osmundo Pinho, Paulo Melgaço da Silva Junior, entre outros. Neste cenário de pulverização das publicações em diferentes revistas, os momentos de aglutinação de publicações normalmente envolviam os autores supracitados, que manifestaram um trabalho constante de promoção desta agenda de pesquisa, colocando-se em diferentes coautorias, organizando diferentes dossiês e eventos acadêmicos, trabalhando em conjunto com o governo em políticas públicas aplicadas em territórios e grupos específicos, e até produzindo trabalhos audiovisuais.

Cumprе salientar que, os textos originados dos dossiês sobre “masculinidades plurais”, ou sobre “homens negros” são os que apresentaram maior relevância e maior correspondência ao título e às palavras-chave pesquisadas. Na verdade, não houve um dossiê que carregasse o termo “masculinidades negras” em seu título, em nenhuma revista Qualis A. Caso venha a ocorrer, vale observar se os artigos terão coerência com o chamamento, ou se ficará evidente que o termo “masculinidades negras” ainda é apreendido de maneira dúbia e incoerente entre os pesquisadores – principalmente os não especializados neste tema.

Também houve certa diversidade nas áreas de concentração dos periódicos levantados. Um grupo mais coeso, que compreende 11 revistas classificadas como de Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Antropologia e Antropologia Social. Já outro grupo que aparentou estar solidamente conectado foi o das revistas de gênero, grupo que começa com estudos de gênero em revistas de educação, passa por uma revista nomeadamente sobre gênero e educação, avança para revistas sobre gênero, feminismos e sexualidades, chegando em uma revista que declara os estudos *queer* e transfeministas como sua área de concentração – este grupo está bastante próximo dos temas na área de linguística –, resultando em 9 revistas. Vale mencionar também a área de história, que teve 5 revistas recebendo artigos sobre as masculinidades negras.

As regiões que mais publicaram artigos de interesse foram, respectivamente, a região sudeste, enfatizando São Paulo e Rio de Janeiro; a região sul, principal o Rio Grande do Sul; e a região nordeste, em especial, a Bahia. A maioria das revistas são ligadas a universidades públicas brasileiras, com especial atenção a uma quantidade considerável de revistas de estudantes de pós-graduação, o que pode (ou não) indicar que a disputa pela entrada do tema nas agendas de pesquisa é uma demanda de uma nova geração de pesquisadores, ainda discentes.

Tendo em vista que o PoP8 é a principal ferramenta a fornecer dados sobre a métrica de impacto índice-h, busquei coletar o índice em todas as revistas levantadas. O resultado é a confirmação, pelo menos nesta amostra, de que os periódicos brasileiros nas ciências humanas e sociais (inclusive aqueles de Qualis A) ainda não elegem as métricas de citação como fator preponderante de impacto. O uso do índice-h ainda é distante para estas revistas, inclusive pelo caminho de adequação aos parâmetros de publicação e desempenho científico internacionais.

Apenas 19 das 36 revistas disponibilizam o índice-h, dificultando fazer uma análise comparativa entre índice-h de autores, do corpus de artigos e das revistas. Mesmo assim, ao comparar a média de índice-h das revistas disponíveis, percebe-se que a média (15) é inferior à média do índice-h do corpus de textos levantados. Isto pode dar sinais de que os artigos sobre masculinidades negras têm sido mais impactantes, em termos de citação, que a média das revistas que os aceitam. Caso esta possibilidade se confirme, o prospecto de continuidade do crescimento de publicações ganha força e pode-se inferir que a procura por artigos da área tem não só aumentado, como também tem fomentado novas pesquisas.

Conclui-se também que apesar de serem os pesquisadores que mais se propõem a dar centralidade às masculinidades negras enquanto objeto de pesquisa, os pesquisadores homens têm apresentado dificuldades em publicar artigos sobre masculinidades negras em revistas mais bem ranqueadas. Ao todo, 25 artigos (dos 56) foram publicados em revistas A4, e 24 desses artigos são de autoria de homens. Apesar do menor número de artigos, proporcionalmente, mulheres têm melhor desempenho científico nos níveis mais altos quando escrevendo sobre masculinidades negras, tanto em termos de aceitação em revistas bem ranqueadas, quanto em termos de citação de seus trabalhos.

Para fins de impacto e expansão do tema, é essencial buscar publicações em revistas A1, isto porque a proporção de citação/publicação nos demais níveis Qualis é muito próxima. Para cada trabalho publicado em uma revista A4 gera-se 1,84 citações; para cada trabalho publicado em uma revista A3 neste tema, gera-se 2,3 citações; no caso das publicações em A2, gera-se aproximadamente o mesmo valor. Já em publicações sobre o tema em revistas A1, para cada publicação são geradas quase 10 citações. Ao lembrarmos do número considerável de trabalhos com baixa correspondência ao tema nas revistas A1, parece que alcançar estas revistas torna-se um importante em prol da edificação do tema de pesquisa “masculinidades negras” no Brasil.

O mais importante, contudo, seria relatar algumas tendências observadas nestes trabalhos. Em termos discursivos, a primeira coisa a se destacar seria a força que o conceito de masculinidades hegemônicas (e não só este) possui sobre as técnicas de pesquisa empregadas. Afinal, se as masculinidades são práticas discursivas de posicionamento social pela expressão de gênero, nada mais lógico que ouvir homens sobre o que é ser homem, buscando as práticas empregadas por eles para se posicionarem socialmente enquanto homens. Neste sentido, pelo menos 17 artigos se utilizaram de técnicas para ouvir diretamente homens em determinados contextos, e outros 15 artigos o fazem por meio de pesquisa e análise de manifestações artísticas. Nesta seara também está presente a preocupação com as representações sociais dos homens negros, estas que alegadamente produzem variados e duradouros sofrimentos psíquicos. Por enquanto, pouco se vê de pesquisas documentais, quantitativas, etnografias de fôlego ou outros tipos de pesquisa que visem olhar para as masculinidades negras por diferentes ângulos. Para este caso, uma vertente não tão numerosa, mas bastante contundente é a vertente de pesquisadores concentrados em tratar dos processos de assujeitamento, racialização e os efeitos psíquicos do racismo pelos termos fanonianos e foucaultianos. Este grupo compreende mais estudos teóricos e bibliográficos, porém apresentam interessante potencial de investigar hábitos e tradições institucionais, os impactos de uma sociabilidade atravessada por condições de desigualdade e privação de direitos e as disputas travadas por homens negros contra agentes que constroem suas oportunidades de autodeterminação, como ocorre com os jovens do morro do Fallet, os privados de liberdade e demais pessoas que lidam com faces menos disfarçadas da violência estatal e suas coalizões.

Em geral, o poder conferido às identidades sociais hegemônicas ou às imagens de controle, por vezes pode nos levar a desentendimentos, por desprestigiar o protagonismo que as ações daquele homem deveriam ter, em relação ao que se impõe a ele reproduzir. O tão natural estranhamento que nós pesquisadores temos com os indivíduos e grupos que pesquisamos, pode por fim nos afastar do centro da disputa entre produção e reprodução. Veja, quando fazemos a associação automática entre um gosto musical de um garoto pela putaria do pagode baiano, por exemplo, e sua expressão como forma de reivindicar discursivamente alguma posição em um sistema compartilhado de vantagens e desvantagens desigualmente dispostos para homens e mulheres em um determinado ciclo social, perdemos a oportunidade de enxergar outra disputa que este garoto travou em relação à desenvoltura corporal da dança, situação na qual ele faz questão de se

posicionar como estranho à imposição do homem “durão”, “quadradão”. Neste diálogo, em algum lugar, está também as mensagens de ruptura com tradições violentas

Para encerrarmos esta discussão, registro em destaque aquilo que acredito ser a contribuição mais contundente e relevante em todos os textos levantados. Osmundo Pinho, avançou em seu entendimento sobre as masculinidades racializadas, ao focar os homens em processos de negociação constante com as representações e estereótipos durante a construção de suas próprias subjetividades. Talvez o caminho do desejo, da descoberta e reconquista do corpo, da sexualidade e até da vulgaridade, caminho que passa muitas vezes por negociações com um lugares sociais proporcionados pelo racismo e pelo patriarcado, por exemplo, pode se tornar o caminho que homens encontram para a libertação, apesar das ambiguidades e contradições, tomando “de assalto o dispositivo da sexualidade” (PINHO, 2015. p. 234). Pinho propõe considerarmos as masculinidades negras como entendemos as masculinidades *queer*, em seu compromisso teórico político emancipatório em relação às identidades sociais hegemônicas (Ibid., p. 215), porém, diferente do que alguns esperam, o caminho para a emancipação pode partir exatamente da disputa pelo dispositivo da sexualidade como sustentáculo de estratégias de poder, e esta talvez seja uma abordagem mais realista para interpretar práticas sociais de gênero que observamos em homens negros.

Bibliografia

AGÊNCIA SENADO. **Polícias militares têm origem no século 19**. 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19>.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La frontera: la nueva mestiza. **Capitán Swing Libros**, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Paloma Palmieri et al. **Atlas da violência 2021**. 2021.

ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

ARANTES, José Estevão Rocha. **Homossexualidades e negritudes: identidades e afetividades no entre lugar**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

BATISTA, Nilo. APRESENTAÇÃO. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brado Negro. 2006, pp. 11-13.

BATISTA, Vera Malaguti S.W. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. 2003.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas. Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2012, 27.80: 71-88.

BEATO FILHO, Cláudio; RIBEIRO, Ludmila. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, 2016, 16. p. 178.

BITTENCOURT & DADALTO. Seletividade penal e criminalidade violenta: os esquadrões da morte e as masmorras no estado do Espírito Santo. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2017, 10.2: 189-213.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, v. 1, n. 19/20, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: difel, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

_____. Decreto de 13 de abril de 1809. **Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro**. Collecção das Leis do Brazil (1809). Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1>.

CAETANO, Marcio; DA SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; GOULART, Treyce Ellen Silva. Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 2016.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; ALVAREZ, Marcos César. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê, p. 143-216, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 199-218, abr. 2006.

_____, et al. Violências percebidas por homens adolescentes na interação afetivo-sexual em dez cidades brasileiras. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 853-864, 2016.

_____; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. “BASTA TÁ DO LADO”: a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, 2018, 31.82: 99-116.

CHOO, Hae Yeon; FERREE, Myra Marx. Practicing intersectionality in sociological research: A critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological theory**, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2010.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 73-97, 2017.

CONTE, Marta. Desafios na Juventude: drogas, consumismo e violências. **Educação & Realidade**, 2008. 33.2: 131-146.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. **Boitempo Editorial**, 2022.

CONNELL, R. W. **Gender and Power**. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1987.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 27, p. 09-20, 2012.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013.

COATES, Ta-Nehisi. **Between the world and me**. Text publishing, 2015.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 43-64, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. In: **Feminist legal theory**. Routledge, 2018. p. 57-80.

DA ROCHA BORBA, Vildeane; ALVAREZ, Gonzalo Rubén; CAREGNATO, Sônia Elisa. Análise altmétrica da produção científica das revistas brasileiras em Ciência da Informação Qualis A1 (2011-2017) no Mendeley. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 55, p. 1-20, 2019.

DA SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; IVENIKI, Ana. Entre sexualidades, masculinidades e raça: contribuições do multi/interculturalismo para a prática pedagógica. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 29, p. 9, 2019.

DA SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; CAMILO, Vandelir. Atenção!!! Homens trabalhando: um olhar sobre masculinidades negras na pornografia gay hardcore brasileira. **O Social em Questão**, v. 1, n. 55, p. 177-200, 2023.

DAHLBERG, Ingtraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, 1978, 7.2.

DE BIVAR MARQUESE, Rafael. A Dinâmica da Escravidão no Brasil. **Novos Estudos**, 2006, 74.

DE CARVALHO, Marília Pinto. Quem são os meninos que fracassam na escola?. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 11-40, 2013.

DE JESUS SILVA, Jorge Augusto; DA FONSECA, Silvana Carvalho; DOS SANTOS OLIVEIRA, Sílvia Roberto. Afropessimismo, antinegitude e ancestralidade no Brasil por Osmundo Pinho. **ODEERE**, v. 8, n. 1, p. 24-33, 2023.

DE OLIVEIRA, Antonio Carlos; DE BRITO, Leandro Teófilo; LOPES, Paulo Victor Leite. Masculinidades plurais. **O Social em Questão**, v. 1, n. 55, 2022.

DE OLIVEIRA, Isabela Venturoza; SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. “Podem duas mulheres falar sobre masculinidades?”: entre saberes localizados e a reflexão sobre múltiplas masculinidades. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 13, p. 25-43, 2020.

DE SOUZA, Daniel Cerdeira; RODRIGUES, Ingrid Mesquita; FERREIRA, Fernanda Sousa. Masculinidades Na Escola: Revisão Integrativa Da Literatura. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2023. p. 287-310.

DE SOUZA, David da Costa Aguiar. Desvio e estetização da violência: uma abordagem sócio-antropológica acerca da atividade dos pichadores de muros no Rio de Janeiro. **Dilemas Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 5.2: 267-294.

DE SOUZA FONSECA, Michele Pereira; SILVA, Samara Oliveira; MOREIRA, Fabille Mara Assumpção. “Não há masculinidade no singular, somente no plural”: percepções iniciais a partir do ciclo de cinema e diversidade. **O Social em Questão**, v. 1, n. 55, p. 107-130, 2023.

DOOB, Anthony N. Prevenindo a delinquência violenta nos jovens. In. **SEGURANÇA PÚBLICA**, 2008, 103.

DOS SANTOS MATTOS, Carla. Da valentia à neurose: Criminalização das galeras funk, ‘paz’ e (auto) regulação das condutas nas favelas. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2012, 5.4: 653-680.

DUARTE, Evandro C. P. **Criminologia e racismo**. 1998.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brado Negro. 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário brasileiro de segurança pública**. Brasília, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/17-anuario-brasileiro-de-segurancapublica/.

_____. **Racismo Estrutural e Segurança Pública: caminhos para a garantia do direito às vidas negras**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/nota-tecnica-violenciadesigualdade-racial-2023.pdf>.

FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. Campos de possibilidade, liminaridade e deriva: Trajetórias de adolescentes em conflito com a lei na Grande Vitória. **Dilemas - Revista e Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 170-194, jan. 2019.

GOMES, Cândido Alberto, et al. Violências nas escolas: decifrai-me ou vos devoro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 2013, 71: 39-59.

GOMES, Lunara Carolline Nascimento. A violência do heterossexismo racializado em James Baldwin e Maya Angelou. **Letrônica**, v. 15, n. 1, p. e40762-e40762, 2022.

GOMES, Sandra Lúcia Rébel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**, p. 97-104, 2000.

GURSKI, Rose. Violência juvenil e laço social contemporâneo. **Educação & Realidade**, 2012, 37.1: 233-249.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, no. 92/93, 1988.

HERLING, Luiz Henrique Debei *et al.* Produção científica em finanças: mapeamento das publicações em periódicos Qualis A no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 51-64, 2015.

HOKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores - 2011**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. ibge, 2012.

LIEDKE FILHO, E. D.. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, n. **Sociologias**, 2005 (14), jul. 2005.

LIMA, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000**. 2005. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, R. G. **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: FNSP e ANPOCS, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARQUES, Fabrício. Os limites do índice-h. **Boletim Técnico do PPEC**, v. 2, n. 1, p. 35-39, 2017.

MARINHO, Frederico Couto; VARGAS, Joana Domingues. Permanências e resistências: legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2015, 267-298.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, 2(32). 2017.

MEDEIROS, Flavia. Sobre discursos e práticas da brutalidade policial: um ensaio interseccional e etnográfico. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 30, 2019.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: Comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva**. Rio de Janeiro, s/d.

_____. O senhor e o escravo como tipos: limite de dominação e estratificação. **Dados**. Rio de Janeiro, 1996, 39.1: 61-100.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, 2007, 21: 139-157.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15-38, 2010.

MOURA, T.; RIBEIRO, N. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)** – Junho de 2014. Coordenação Executiva de Renato Campos Pinto de Vitto, Coordenação Técnica de Tatiana Whately de Moura. Brasília. DEPEN/MJ, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, Aline Borges *et al.* Comparação entre o Qualis/Capes e os índices H e G: o caso do portal de periódicos UFSC. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 70-91, 2015.

OLIVEIRA, Nathália; RIBEIRO, Eduardo. O massacre negro brasileiro na guerra às drogas. Revista Sur, 2018, apud CARINHANHA et al (Coord.). **Liberdade negra sob suspeita: o pacto da guerra às drogas no Estado de São Paulo**. São Paulo: Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas, 2023. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacao/liberdade-negra-sob-suspeita/>.

PACHECO, Dennis; BRANDÃO, Juliana. **Racismo estrutural e segurança pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Nota técnica. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/racismo-estrutural-e-seguranca-publica/

PAMPLONA, Roberta Silveira; BARROS, Betina Warmling. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 95, 2021.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 445-454, 2022.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, v. 16, n. 32, p. 337-356, 2015.

PESSOA, Gláucia T. A. Casa de Correção do Rio de Janeiro. Verbete In: DA MARINHA, Arsenal Real. **Arquivo Nacional MAPA**, 2016.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafrikanização em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 127-145, 2005.

_____. Um enigma masculino: interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 77, p. 227-250, jun. 2014.

_____. “Putaria”: masculinidade, negritude e desejo no pagode baiano. **Maguaré**, v. 29, n. 2, p. 209-238, 2015.

_____. Ontologia (s): Perspectivismo e Afropessimismo. **Novos Debates**, v. 7, n. 2, 2021.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; LYRIO, Caroline. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. **Anais eletrônicos do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica**. Rio de Janeiro: Editorial MEC/ISEB. 1996 [1972].

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; FAUSTINO, Deivison Mendes. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. **Revista TransVersos**, n. 10, p. 163-182, 2017.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2015, 8.2: 277-301.

ROLIM, Marcos; BRAGA, Cristiane; WINKELMANN, Fernanda. POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária. **Revista Brasileira de Segurança Pública**.

ROSA, Waldemir. **Homem preto do gueto: um estudo sobre a masculinidade no rap brasileiro**. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SENTO-SÉ, João Trajano; COELHO, Maria Cláudia. Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime. **Horizontes Antropológicos**, 2014, 20.42: 327-357.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, v. 28, p. 15-32, 2016.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves et al. Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, 2018.

SILVA, José Carlos Gomes da. Sounds of youth in the metropolis: the different routes of the Hip Hop movement in the city of São Paulo. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 2011, 8.1: 70-94.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SINHORETTO, Jaqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: **SEGURANÇA pública e direitos humanos: temas transversais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. p. 121-158.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 1-19, 2018.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações do homem negro e suas conseqüências. Rio de Janeiro. **Fórum identidades**, v. 3, n. 6, p. 98-115, 2009.

SOUZA, R. S. R., & SOUZA. M. D. N. Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. **Segurança Pública**, v. 4, n. 6, p. 114-133. 2010.

VALLE, Lílian do. Categoria, teoria, conceito (para dizer o ser em múltiplos sentidos). **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, p. 303-320, 2008.

VIVEROS VIGOYA, Mara. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: **Papéis Selvagens**, p. 29-30, 2018.

VINCENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, 2011, 23.1: 97-113.

VINUTO, Juliana; ALVAREZ, Marcos César. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais. Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé”(Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). **Tempo Social**, 2018, 30.1: 233-257.

ZACKSESKI, Cristina; ANDRADE, Vera. A guerra contra o crime: permanência do autoritarismo na política criminal latino-americana. **Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, 5: 123-132.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, et al. **Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Editora Revan, 1981.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

_____. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 19, n. 3), p. 463-487, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo**. Secretaria Nacional de Juventude, 2016.